

Dar uma nova dimensão à luta

● Artigo de *Jerónimo de Sousa* Pág. 18

PCP e CDU na constituição dos órgãos autárquicos

Pág. 11

Parlamento Europeu

Negro borrão em livro branco

● Artigo de *Barata-Moura* Pág. 19

Campanha de assinaturas do «Avante!»

ver Agenda

Cavalgada legislativa contra o direito à habitação

● Artigo de *Odete Santos* Pág. 20

OPERAÇÃO "MÃOS LIMPAS" PARA AS PRIVATIZAÇÕES

Discursando no Plenário da DORS Carlos Carvalhas reclama

Pág. 5

Semana de luta e convergência



Centrais

Ministro muda política de Saúde é a mesma

Pág. 3

EDITORIAL

Aberrações e clarificações



Sindicatos anunciam greve na Administração Central

RESUMO

5 Quarta-feira

Sindicatos da Função Pública consideram inaceitável proposta governamental e anunciam greve geral do sector para a última semana de Janeiro ■ A Assembleia da República aprova projecto do PSD sobre a representação portuguesa no Comité das Regiões, cuja fórmula distorce o princípio da representação regional e política ■ O PSD, através do seu secretário-geral, Nunes Liberato, anuncia que vai deixar a direcção da Associação Nacional de Municípios (ANMP) ■ n. Martins Goulart nega que tenha pedido a demissão da liderança do PS/Açores ■ A Grécia ameaça fechar a sua fronteira com a antiga república jugoslava da Macedónia caso esta não satisfaça as exigências de Atenas quanto à sua designação, símbolo na bandeira e aspectos da Constituição ■ É anunciado o suicídio de Zviad Gamsakhurdia, ex-presidente da Geórgia, que terá ocorrido a 31 de Dezembro ■ Um avião transportando congressistas americanos é impedido de aterrar em Malanje devido a um ataque da Unita ao aeroporto.

6 Quinta-feira

Na sequência do veto presidencial, a Assembleia da República volta a debater a contestada Lei das Propinas ■ O presidente da ANMP classifica de "estranha" a decisão do PSD de abandonar o conselho directivo daquele órgão ■ O Sindicato dos Funcionários Judiciais afirma em carta aberta ao ministro que a "reforma do sistema judiciário" agrava a Justiça ■ É adiado em Monsanto o julgamento do mafioso Emilio Di Giovanni ■ A Procuradoria-Geral da República rejeita em parecer a hipótese de anulação das matrículas aos estudantes que não pagarem propinas ■ Washington e Pyongyang chegam a acordo sobre a inspecção das instalações nucleares norte-coreanas ■ O vice-primeiro ministro belga é acusado de estar envolvido num caso de corrupção relacionado com a compra de helicópteros ■ Decretado o estado de sítio na capital do Togo ■ O mau tempo assola a costa Leste dos Estados Unidos e do Canadá provocando 19 mortos.

7 Sexta-feira

É apresentado em Lisboa o Manifesto do Congresso "Portugal: que futuro?" ■ CGTP-IN e UGT tornam públicos os seus calendários de lutas laborais ■ O Presidente da Assembleia da República confere posse aos sete elementos da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados ■ O PCP anuncia João Saraiva (efectivo) e Pedro Canário (suplente) como seus representantes no Comité Europeu das Regiões ■ Buthelezi, líder do Inkatha, garante que o seu partido não participará nas primeiras eleições multi-raciais sul-africanas ■ A França solicita que a próxima cimeira da NATO aprove um plano da União Europeia para a Bósnia.

8 Sábado

Carlos Carvalhas responsabiliza o Governo por aplicar uma política ao serviço da concentração da riqueza ■ António Guterres afirma que vai manter a sua estratégia apesar do Congresso "Portugal: que futuro?" ■ A Conferência Episcopal pronuncia-se em documento sobre o trabalho ao domingo, afirmando que este dia deveria ser "um tempo destinado ao repouso e ao culto divino" ■ Mário Soares afirma-se satisfeito com o

seu veto ao decreto-lei das Propinas porque ele obrigou a reabrir o debate na Assembleia da República ■ 140 focos de incêndio incontrolláveis envolvem a cidade de Sydney, na Austrália ■ Governo e ANC criticam o Inkatha pela sua recusa em participar nas eleições de Abril ■ O chefe de delegação palestina às negociações com Israel admite que a OLP e Telavive poderão chegar a um acordo final dentro de duas semanas.

9 Domingo

Reunidas em Vila Real, as Associações Académicas recusam a proposta da ministra da Educação para rever a Lei das Propinas e reafirmam que ela é "injusta, errada e sem fundamento" ■ Martins Goulart, presidente do PS/Açores, anuncia a sua demissão oficial do cargo ■ A União de Sindicatos de Viana do Castelo denuncia o aumento das situações de salários em atraso no distrito ■ Umberto Bossi, líder da Liga do Norte, renuncia provisoriamente ao federalismo para permitir a criação de uma aliança política capaz, disse, de enfrentar a esquerda nas eleições legislativas italianas ■ Uma comitiva integrando o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, e o líder do Partido Comunista da África do Sul é alvo de um atentado de que resultou a morte de um jornalista ■ Mau tempo mata mais duas pessoas nos EUA, enquanto em Sydney, Austrália, as chamas que cercam a cidade continuam difíceis de controlar.

10 Segunda-feira

A Associação Portuguesa de Insuficientes Renais exige, em conferência de imprensa, a divulgação do Relatório oficial sobre as mortes do Hospital de Évora e reclama indemnizações condignas aos familiares das vítimas ■ Sindicatos da TAP enviam à administração um novo documento para a recuperação da empresa ■ Plenário de Professores do Sindicato da Grande Lisboa apoia greve geral da administração pública ■ Bill Clinton, presente na Cimeira da NATO, em Bruxelas, declara-se favorável ao recurso a ataques aéreos de forças da Aliança Atlântica contra posições sérvias na Bósnia ■ As instalações da NATO em Roma são alvo de um atentado à bomba ■ Facções somalis que se opõem ao general Aidid pedem a manutenção da missão da ONU no país ■ Intensos combates entre grupos rivais prosseguem em Cabul, Afeganistão.

11 Terça-feira

Segundo Cavaco Silva, Portugal não vai assumir um empenho «mais vincado» na questão da ex-Jugoslávia; a afirmação foi feita em Bruxelas, após uma cimeira da NATO ■ A CGTP-IN, pela voz de Carvalho da Silva e no final da reunião da sua Coordenadora, mostra séria preocupação pela entrada em vigor, já este ano, «de um sistema de medidas a nível da Segurança Social que vem a descaracterizar o sistema»; a CGTP-IN acusa, nomeadamente, o Governo de agravar os acessos aos direitos e os níveis de prestações ■ Condições meteorológicas favoráveis permitem, finalmente, que os bombeiros australianos isolem os incêndios nos arredores de Sidney que, desde há uma semana, já destruíram 600 mil ha de floresta ■ O presidente da República de Itália, Oscar Luigi Scalfaro, é alvo de acusações de fraude e corrupção por parte de Vincenzo Parisi, director administrativo dos Serviços Secretos Civis (SISDE), que o acusa (a par de outros altos dirigentes) de haver tentado esconder da opinião pública o uso dos fundos especiais dos Serviços Secretos em proveito próprio.

ão inegavelmente positivas as disposições de luta que começam a afirmar-se no início deste ano do XX Aniversário do 25 de Abril:

As movimentações laborais já anunciadas com destaque para a semana de luta da CGTP (de 24 a 28 de Janeiro), as greves da administração central, regional e local e da Carris, entre outras, mostram que os trabalhadores não se resignarão a aceitar os novos e injustificados sacrifícios que o Governo lhes quer impor, no quadro de uma política de descarada injustiça social.

Diferentes iniciativas de natureza cultural, cívica e política que se preparam no âmbito das comemorações de Abril e outras, como o Congresso "Portugal: que futuro?", mostram que importantes correntes da vida nacional não se conformam e estão dispostas a reagir à crise em que o cavaquismo mergulhou o país e às sombrias perspectivas que a sua política aponta para Portugal.

A par, no entanto, de traços positivos, como os que se salientam, a situação nacional continua a ser afectada por aberrantes actuações ou omissões de graves consequências no plano social, económico e político, sobretudo da parte do Governo e do PSD, mas também em alguns casos da parte do PS.

É, evidentemente, uma aberração, mesmo para um Governo ao serviço dos interesses do grande capital, a tentativa de impor, com uma inflação prevista de 7 por cento, aumentos de 1 por cento aos trabalhadores da administração pública (com o simultâneo agravamento de 2 por cento dos descontos para a ADSE) e aumentos nulos para trabalhadores de empresas públicas.

Os resultados estão à vista. Os trabalhadores lutarão justamente para contrariar esta forma de empobrecimento forçado. A conflitualidade social vai agudizar-se nestes e noutros sectores. O país sofrerá as consequências e os incómodos daí decorrentes. Mas o responsável é só um: o Governo de Cavaco Silva.

É, também, evidentemente, uma aberração mesmo para um Governo que tem como estratégia confessada a restauração dos grupos monopolistas, a política de abafarete seguida face aos escândalos das privatizações, em especial, o silêncio persistentemente mantido em relação ao pantanal da privatização do

Banco Totta e Açores e a falta de medidas para contrariar o domínio deste banco português pelo banco espanhol Banesto, apesar dos alertas vindos a público de diferentes proveniências.

Agora é Mário Conde, o ex-patrão do Banesto, que vem reconhecer perante a comunicação social que o banco espanhol controla de facto 50 por cento do capital do Totta, o que constitui uma brutal violação da lei portuguesa e deixa o Governo de Cavaco Silva na situação vergonhosa de suspeito de conivência num processo de grandes negociações feitas à margem da lei e de flagrante atentado aos interesses nacionais.

Com toda a razão Carlos Carvalhas reclamou, no passado sábado, em Setúbal: "As privatizações bem precisavam de uma operação de "manipulite" (mãos limpas) à italiana".

Podíamos prosseguir com outras aberrações do Governo e

A delegação ao Comité das Regiões é, assim, o último casamento do PS com o PSD, devidamente consumado fora da Assembleia da República, antes de nesta ser formalizado com o sim envergonhado de uma abstenção.

do PSD como o abandono da Associação Nacional dos Municípios...

O que é, no entanto, especialmente preocupante é ver como o PS é capaz de se envolver e ser cúmplice das práticas aberrantes do PSD, mesmo as mais absurdas e desrespeitadoras das regras democráticas, como acaba de acontecer com a constituição da delegação portuguesa ao Comité de Regiões da União Europeia.

Esta delegação devia dimanar das próprias regiões, das Regiões Autónomas, mas também das Regiões Administrativas do Continente, que embora consagradas na Constituição não existem em Portugal pelo bloqueamento do processo de regionalização, primeiro pelo PS, enquanto foi Governo e depois, há praticamente dez anos a esta parte, pelo PSD.

À falta de Regiões Administrativas, o único critério de representa-

tividade são as eleições para as autarquias locais.

O primeiro absurdo é que o PS tenha menos representantes na delegação quando tem mais câmaras do que o PSD. Mas o segundo e maior absurdo é que as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira contem duas vezes para a constituição da delegação: uma enquanto regiões, dando desde logo dois representantes ao PSD; outra, com as suas autarquias que uma vez somadas às que o PSD detém no Continente servem para retirar um representante ao PCP (que ficou reduzido a um só) e conferi-lo ao partido do Governo. O PS nada perdeu, claro, ajudou mais uma vez a sacrificar o PCP.

A delegação ao Comité das Regiões é, assim, o último casamento do PS com o PSD, devidamente consumado fora da Assembleia da República, antes de nesta ser formalizado com o sim envergonhado de uma abstenção.

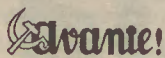
É para disfarçar o escândalo deste casamento que o PS promove a campanha em curso, com a conivência de vários órgãos da comunicação social, sobre as alegadas "alianças" do PCP ou da CDU com o PSD na constituição ou funcionamento de órgãos autárquicos.

O PS faz mais uma vez o mal e a caramunha, porque onde não foi possível o entendimento entre eleitos comunistas e socialistas, a culpa cabe inteiramente ao PS, pela arrogância e exigências desmedidas com que se apresentou, quando em minoria, e pelo total desprezo que revelou por soluções consensuais, quando em maioria. Em muitos casos, sublinhese, o entendimento foi possível. Mas o que infelizmente será predominante são os entendimentos do PS com o PSD contra o PCP e a CDU.

Aberração, aberração, para finalizar, é a ficção dos "encontros" da direcção do PS com a chamada "Plataforma", que alguns jomais cobrem com grandes títulos e fotografias e as televisões com demoradas imagens.

Não há medida do ridículo! Pois não se percebe que esses "encontros" são a mesma coisa que o Secretário-Geral do PS chamar para conversar alguns elementos de "sensibilidade" "sampaista" ou "gamista" ou "joãosorista". A chamada "Plataforma", agora muito reduzida, não é mais de que um lobby ou grupo de pressão para a disputa de lugares e posições no interior do PS.

Entretanto, com a brincadeira destes "encontros", o Secretário-Geral do PS vai escamoteando a grave questão do indispensável e urgente entendimento das forças democráticas, no interesse do país e da democracia.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7^a-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1^a, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heca Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números — 6 750\$00
	25 números — 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Ministro muda política de Saúde é a mesma

À excepção do ministro, nada mudou na política de Saúde do actual Governo, acusou o PCP durante uma conferência de imprensa promovida anteontem em Lisboa

Um mês decorrido sobre a posse do novo ministro da Saúde - homem cujo percurso contraditório muitos profissionais do sector conhecem - e confrontado o país com as numerosas declarações em que este membro do Governo se tem desdobrado, um primeiro comentário de ordem geral se impõe fazer. Para traduzir a decepção perante quem procurou apresentar-se aureolado pela competência manifestada na direcção de uma unidade hospitalar, mas que vem afinal revelando uma acentuada ligeireza na terapêutica que apresenta para os complexos problemas que atingem o conjunto do sector da saúde. E para deixar sublinhadas, desde já, as mais profundas reservas e a oposição frontal às orientações essenciais, de inspiração neoliberal, da política que o novo ministro anunciou ir prosseguir.

Não pode aliás deixar de ser anotada a contradição de quem afirma que as despesas da saúde têm sido geridas de forma "notável" pelo serviço público e de que importantes indicadores de saúde nos situam "indiscutivelmente no pelotão da frente dos países que lideram o mundo ocidental" e que ao mesmo tempo anuncia propósitos de destruição do Serviço Nacional de Saúde, o instrumento afinal que - apesar do subfinanciamento crónico e dos ataques de que tem sido alvo por sucessivos governos - conseguiu elevar depois do 25 de Abril de forma significativa o nível dos cuidados de saúde do conjunto da população portuguesa.

Debalde se procura nas declarações do novo ministro o reconhecimento da preocupante deterioração dos serviços de saúde nos últimos anos - apesar do empenhado esforço de muitos dos seus profissionais - e uma abordagem frontal e objectiva das causas de alguns dos mais importantes problemas acumulados no sector. Desde os critérios economicistas, às graves restrições financeiras e aos processos de "comando" administrativo das unidades de saúde que afectam a qualidade dos serviços e que chegam mesmo a pôr em causa os seus níveis de segurança (e de que o caso do Centro de Hemodiálise do Hospital Distrital de Évora constituiu o símbolo mais dramático); à crescente inadequação de muitos serviços em relação às novas exigências de organização e de equipamento; ao desprezo a que na prática vêm sendo crescentemente votadas as actividades de defesa e de promoção da saúde e, de modo particular, toda a área dos cuidados de saúde primários; e aos entraves e desigualdades reais que têm vindo a ser estabelecidos no acesso aos cuidados de saúde da população em geral.

Tentativa de novo impulso do PSD

Deixando por ora de parte a análise e o comentário a propósitos diversos com que o novo ministro, ciente das lutas que conduziram ao imparável afastamento do seu antecessor, tem procurado reganhar espaço de manobra, designadamente junto dos profissionais do sector, importa chamar vivamente a atenção para o núcleo fundamental das linhas de orientação apresentadas para o sector da saúde e que visam, em substância, imprimir um renovado impulso à concretização da filosofia neoliberal e mercantilista que inspira desde 1985 os governos do PSD.

Nomeadamente:

- a desresponsabilização do Estado pela garantia do direito à saúde da população portuguesa com a fixação de um tecto de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) para o orçamento da saúde, quando Portugal é o país da Comunidade Europeia que menos gasta proporcionalmente com a saúde (a média comunitária atinge os 6% do PIB), ao mesmo tempo que é também o país em que é mais elevado o encargo financeiro suportado individualmente com as despesas da saúde;

- a imposição à grande maioria da população do pagamento da prestação de cuidados de saúde (nomeadamente internamentos, cirurgias, consultas e elementos de diagnóstico), em nome de um pretensão objectivo de "justiça social" e em flagrante violação da universalidade e do carácter tendencialmente gratuito do Serviço Nacional de Saúde estabelecidos pela Constituição;

- a aceleração da entrega a grupos financeiros privados de importantes e valiosas parcelas do sector público, seja através da sua privatização seja da apropriação privada dos seus financiamentos públicos através da chamada privatização da gestão; é nesta perspectiva que se enquadram as afirmações do novo ministro de que o Serviço Nacional de Saúde "não pode ser uma estrutura tentacular que absorve tudo e todos, senão vai esmagar o sec-

tor privado, o que é pouco útil", que "as regras globais do financiamento (público) devem ser idênticas para os sectores público e privado" e de que a responsabilidade pela prestação de cuidados de saúde deve ser entregue ao chamado melhor prestador, seja público ou privado;

- e a decisão de rápida implementação do Estatuto do SNS, diploma que mereceu a generalizada discordância e oposição das organizações profissionais do sector, bem como das principais organizações sociais e de largos sectores da opinião pública; é neste contexto que acabam de ser nomeados pelo novo ministro da Saúde os presidentes de cinco ARS (Administrações Regionais de Saúde), que ao invés de corresponderem à concretização de um correcto objectivo de descentralização e de regionalização democrática, não passam afinal de um processo de manter a governamentalização asfixiante do Serviço Nacional de Saúde e o tradicional clientelismo do PSD, num quadro de desconcentração territorial de algumas das funções do Ministério da Saúde.

A hipocrisia da «justiça social»

No núcleo político e ideológico que o novo ministro tem destacado nas suas sucessivas declarações avulta a invocação da "justiça social" e das mistificatórias "teorizações" do "Estado Providência de segunda geração" como inspiradoras do pagamento dos cuidados de saúde prestados no Serviço Nacional de Saúde e como via para a resolução dos seus problemas de financiamento.

Do que se trata é da reedição da velha fórmula neoliberal, de que "quem quer Saúde paga-a", por cuja aplicação se têm batido os sucessivos governos do PSD desde 1985. Fórmula que embora apresentada agora na versão populista de que os ricos e os remediados que paguem a



Na conferência de imprensa participaram Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP, Luís Peixoto, médico e deputado à AR, Orlando Leitão, professor, director do Serviço de Neurologia do Hospital de Egas Moniz, e Paulo Fidalgo, médico assistente hospitalar de Gastrenterologia

sua saúde, não consegue disfarçar o objectivo real de impor aos trabalhadores e às classes médias um imposto suplementar, a adicionar à pesada carga fiscal que já suportam, para que lhes seja assegurada a prestação de cuidados de saúde quando deles precisem.

Não pode deixar de ser assinalada a profunda contradição entre a política de um governo que protege os detentores de rendimentos mais elevados e que não utiliza o sistema fiscal - como a Constituição taxativamente estabelece - para assegurar "uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza" e que tem sido, além disso, particularmente permissivo face ao alastramento de fenómenos de evasão e de fraude fiscal na sociedade portuguesa, e as hipócritas preocupações com a "justiça social" manifestada pelos ministros das áreas sociais - como a educação e agora a saúde - para conseguirem impor agravamentos contributivos a quem usufrui de direitos consagrados.

Trata-se, por tudo isto, e na boca do novo ministro da Saúde, do velho e revelho programa neoliberal. Com a agravante dos seus objectivos políticos serem enunciados num momento em que internacionalmente, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, é generalizadamente reconhecido que as políticas assentes na lógica do lucro máximo e da mercantilização produziram efeitos sociais

catastróficos, com a criação de gravíssimas desigualdades entre os cidadãos, crescimento insuportável dos custos, desperdício e irracionalidade na oferta de cuidados, e se debate a adopção de novas políticas de saúde que protejam efectivamente os direitos dos cidadãos.

Tudo isto fundamenta a oposição frontal do PCP à filosofia orientadora e aos propósitos que o novo ministro anunciou, numa linha de continuidade essencial com o que tem sido a política neoliberal do PSD na área da Saúde. E não autoriza quaisquer posturas expectantes ou a concessão de um "estado de graça" que um partido com as responsabilidades democráticas do PS, lamentavelmente, se apressou a conceder ao novo responsável pelo Ministério da Saúde do Governo Cavaco Silva.

Contra a política do Governo por uma nova política democrática

O PCP recusa, firmemente, a filosofia neoliberal e mercantilista que tem inspirado a política de saúde dos governos do PSD e que o novo ministro pretende levar por diante com renovado empenho e que visa dividir os portugueses em cidadãos de primeira e de segunda. Distinguindo entre os que dispõem de capacidade económica para pagar e que por isso podem usufruir da prestação de cuidados de saúde de qualidade. E os restantes portugueses, a grande maioria da população, que não tendo essa capacidade económica, deveria ter apenas acesso a um sistema residual de saúde, com cuidados de saúde sem qualidade e com um nível baixo de outras prestações (medicamentos, próteses, etc.).

Recusamos por isso as opções que o Governo pretende impor, que vão desde a privatização de hospitais, centros de saúde e outros serviços públicos ou a entrega da sua exploração a entidades privadas, até à transferência das responsabilidades públicas com a saúde para os próprios cidadãos, através do pagamento da prestação dos cuidados de saúde ou de seguros que a garantam. E que, contrariamente aos propósitos propalados, não só não conduziram à redução das despesas com a saúde, quer suportadas pelo Estado quer pelos cidadãos, como acentuariam ainda mais as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde.

A concretização do direito à saúde dos portugueses, como a nossa Constituição estabelece, não constitui uma utopia ou um objectivo socialmente ultrapassado.

Trata-se de um grande e prioritário objectivo nacional. Que impõe a intensificação da resistência à política do Governo, mas que coloca igualmente a necessidade de concentração de energias e capacidades na definição de uma nova política de saúde, de orientação democrática, e na luta pela sua concretização.

Por isso, o PCP vem assumindo a necessidade e a proposta de um alargado debate nacional centrado na análise da situação do sistema de saúde e na política necessária para a sua alteração, debate em que os profissionais e estruturas da área da saúde e os movimentos de utentes têm, naturalmente, um papel muito importante a desempenhar.

Na proposta de Reforma Democrática dos Serviços de Saúde que o PCP, através da sua Comissão Nacional para as questões da Saúde, apresentou recentemente ao país assumimos, como base essencial para a concretização de uma política de saúde democrática, a necessidade do aumento dos recursos e da melhor utilização dos meios públicos disponibilizados para a saúde.

Defendemos a desgovernamentalização, a descentralização e a autonomia do Serviço Nacional de Saúde, dotado de financiamento.

Defendemos uma maior eficácia dos serviços de saúde através de medidas, entre as quais são de referir a utilização intensiva da capacidade produtiva instalada, a adopção de novos sistemas de organização da produção de cuidados de saúde e uma melhor articulação entre cuidados diferenciados e cuidados primários.

Assumimos firmemente a necessidade de soluções de gestão democrática e participada pelos trabalhadores da saúde e pelas populações.

E defendemos a adopção de medidas no domínio da avaliação da qualidade em saúde e da humanização dos serviços de saúde, cuja concretização permitirá assegurar uma profunda e favorável modificação no panorama actualmente existente.

Reuniu o plenário da DORS CDU alcançou no fundamental os seus objectivos eleitorais

Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, reuniu no passado sábado, em Setúbal, no Edifício Arrábida, o Plenário da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

A par da análise da situação política e social, tanto no geral como mais particularmente no distrito, os resultados eleitorais e a instalação dos órgãos autárquicos decorrentes foram objecto de especial atenção.

Neste sentido entrevistaram, respectivamente, os camaradas Rui Paixão, do CC e coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, e Carlos Humberto, do Comité Central.

Manuel Sobral, membro da Comissão Política, abriu os trabalhos e, no final, pronunciou-se sobre o fundamental das questões levantadas na reunião e sintetizadas num comunicado que a seguir transcrevemos:

«Na sua primeira reunião plenária após as eleições para as Autarquias Locais com a participação do Secretário-

-Geral do Partido, a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP analisou os resultados eleitorais, a instalação das novas autarquias actualmente em curso, a situação social e política do distrito e as perspectivas e tarefas partidárias nesta fase da vida política nacional e distrital.

«Tendo vencido as eleições em 12 dos 13 municípios e em 63 das 81 freguesias do nosso Distrito e aumentado em cerca de 20 000 votos obtido nas eleições autárquicas anteriores, a DORS do PCP concluiu que a CDU alcançou no fundamental os objectivos eleitorais definidos para estas eleições.»

Uma vitória renovada

«Esta vitória renovada não constitui surpresa para a população do distrito de Setúbal que identifica os eleitos da CDU com a importante obra realizada pelo Poder Local e vê na CDU uma força que inspira confiança pelos princípios

os que defende, pela coerência com que actua e pelo grande empenhamento em cumprir aquilo que promete.

«Estando a processar-se a instalação dos diversos órgãos autárquicos e a eleição das Juntas e Mesas das Assembleias de Freguesia e Municipais a DORS do PCP reafirma o empenhamento do PCP, dos seus eleitos e dos eleitos da CDU, na procura de soluções que, no quadro da unidade dos eleitos das várias forças políticas e em função dos resultados eleitorais obtidos, melhor contribuam para a resolução dos problemas concretos das populações.

«Dentro desta linha, o PCP e os eleitos da CDU tomaram a iniciativa, logo após as eleições autárquicas, de contactar estruturas do PS ou eleitos do PS em todos os concelhos do distrito.

«Lamentamos que o PS tenha, nesta matéria, persistido na mesma linha de intervenção que caracterizou, em muitos concelhos do distrito de Setúbal a sua campanha eleitoral: anticomunismo

doentio, demagogia e concepções partidárias e sectárias do exercício do Poder Local.

«Em todo o Distrito, da parte dos eleitos do Partido Socialista não partiu um único gesto ou iniciativa para o diálogo com os eleitos da CDU no sentido da obtenção de consensos para a composição e preenchimento do cargo nos órgãos autárquicos.

«A maior parte das propostas que os eleitos da CDU avançaram para a realização de conversações com eleitos do PS, ou mereceram respostas evasivas ou foram de pronto rejeitadas.

«Enquanto recusava propostas da CDU, o PS procurava afanosamente fazer acordos com o PSD, com o objectivo, já concretizado em grande número de autarquias, de não permitir aos eleitos da CDU ocuparem os cargos que, em função dos resultados eleitorais e na observância de critérios éticos e democráticos lhe deveriam caber por direito.»

As alianças PS/PSD

«Dos muitos casos que ilustram a forma como o PS actuou nesta matéria destacamos as seguintes freguesias onde a CDU embora tenha sido a força política mais votada nas eleições, em resultado das alianças do PS com o PSD, a CDU não ocupa nenhum dos lugares a pre- encher (Presidentes e Secretários das Mesas das Assembleias e Secretários, Tesoureiros e Vogas das Juntas), tendo todos eles sido preenchidos por eleitos do PS e do PSD: Verderena (Barreiro), Marateca (Palmela), Quinta do Anjo (Palmela), Abela (Santiago do Cacém), Castelo (Sesimbra), Santiago (Sesimbra). O mesmo aconteceu onde o PS ganhou com a maioria relativa mas a CDU foi a segunda força mais votada como é o caso de Alvalade (Santiago do Cacém), Charneca da Caparica (Almada).

«Por ser suficientemente ilustrativa esta amostragem não referimos muitos outros casos em que as alianças do PS com o PSD para afastar a CDU desrespeitaram manifestamente os resultados

eleitorais, como é o caso da Assembleia Municipal de Sesimbra onde todos os lugares da mesa são ocupados integralmente pelo PS e pelo PSD, pese embora a CDU ter sido a segunda força mais votada.

«Julgamos, aliás, que o PS não foi ainda mais longe somente porque os eleitos do PSD o recusaram.

«Contudo, é bom que se desiludam aqueles que não tendo derrotado a CDU no terreno das eleições pensam que o vão fazer, mesmo que prejudicando as populações no terreno do exercício do Poder Local. A CDU já demonstrou, nas autarquias do distrito, que tem capacidade suficiente para ultrapassar dificuldades deste tipo e para prosseguir o seu trabalho no cumprimento do seu projecto e dos Programas Eleitorais que apresentou às populações, sempre aberta à unidade e cooperação com todos aqueles que estejam interessados quer na resolução dos problemas locais, quer na resolução dos graves problemas sociais que resultam da política do governo PSD.»

PCP apoia acções de luta para a Administração Pública

O Organismo de Direcção do Sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa do PCP, que apreciou a actual situação decorrente da «proposta salarial inaceitável e provocatória que o Governo apresentou aos Sindicatos da Administração Pública», manifesta o apoio dos comunistas às acções de luta avançadas pelo movimento sindical. Em nota entretanto emitida, afirma o referido Organismo:

Num ano em que a previsão oficial da inflação é da ordem dos 7%, o Governo avança com uma proposta de pseudo-aumento salarial de 0 a 1%, acompanhada de um crescimento de 2% do desconto para a Caixa Geral de Aposentações. Trata-se não apenas de concretizar uma

política de contenção salarial, mas de redução salarial, que se traduz na desvalorização, em pelo menos 8%, dos salários reais dos trabalhadores da Administração Pública.

Mantendo a política de precarização do emprego e a execução da lei dos disponí-

veis, o Governo dá provas evidentes de má-fé nestas negociações que tardiamente está a realizar com os trabalhadores da Administração Pública, e de completo desrespeito pelas condições de vida e pelos direitos destes trabalhadores.

O Organismo de Direcção da Organização dos Comunistas da Função Pública da ORL alerta os trabalhadores da Função Pública para esta situação e para a necessidade de se manterem unidos e preparados para uma resposta firme e combativa à vergonhosa proposta do Governo.

Manifestando a sua solidariedade aos trabalhadores, o Organismo de Direcção considera ser da maior importância e manifesta o seu apoio às acções de luta marcadas pelo Movimento Sindical Unitário para a última semana do mês de Janeiro, apelando à unidade na acção e ao envolvimento dos comunistas no esclarecimento e mobilização, que conduzam a uma vigorosa afirmação de unidade e disposição de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

Os «brindes» PSD na Madeira

«Ai estão os brindes do Ano Novo», diz o Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, em nota publicada no fim da passada semana sobre os aumentos de produtos e bens essenciais «com que os Governos do PSD presentearam os madeirenses» logo no início de 1994. E afirma a nota da DORAM:

O pão aumentou 6%. A energia eléctrica, água e gás 6,5%. Os transportes ao contrário do que o PSD quer fazer crer não aumentaram 6%, mas muito mais. Por exemplo, na Horários do Funchal, o Passe Estudantil, zona três, aumentou 11,5%, o Passe da Terceira Idade em 11,25%.

Nos transportes interurbanos há bilhetes que aumentaram 30%. Passes

como o de Funchal-Gaula 16%. No tocante à Habitação falta ainda os aumentos da Renda Social. Entretanto a Renda Técnica dos Bairros Sociais sofreram aumentos na ordem dos 20%.

Sem estar ainda concretizado o programa de aumentos de preços perspectivado pelo PSD, estima-se que os aumentos dos preços aos consumidores no presente período tenham sofrido um acréscimo na ordem dos 8,5% a 9%. Em contrapartida, o Governo Regional e o Patronato querem impor aos trabalhadores aumentos salariais na ordem dos 6% a 6,5%. Isto sem contar com os trabalhadores da Administração Pública que sem auferir qualquer aumento já estão a pagar os aumentos verificados. Tal como o Partido Comunista e a CDU avisaram antes e durante o período eleitoral, que logo que passasse o

período eleitoral, as promessas do PSD seriam postas de parte, aí está de novo a política de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e seus agregados familiares.

Não se pode aceitar esta política. Este ano, em que se comemora o 20.º Aniversário do 25 de Abril, os trabalhadores devem unir-se na luta contra esta política anti-social dos governos PSD.

Os comunistas madeirenses e os seus aliados na CDU continuam a trabalhar empenhadamente junto dos trabalhadores e das populações para que neste ano em que se comemora o 20.º aniversário do 25 de Abril se intensifique a luta contra esta política e se lancem as bases de uma nova política mais justa. Só assim, Abril será cumprido!

CAMARADAS FALECIDOS

JOÃO DE DEUS DE SOUSA

Com 71 anos de idade, militante do Partido desde 1975, faleceu recentemente o camarada João de Deus de Sousa. Reformado, o camarada foi radiotelefonista da Secretaria de Estado das Pescas. Estava organizado na Freguesia da Anunciada, Setúbal, e era conhecido e estimado entre os pescadores do concelho.

JUDITE ROSA

A camarada Judite Rosa completaria em Abril próximo 100 anos de idade. Faleceu no passado dia 13 de Novembro. Era membro da Organização Norte A, da Baixa da Banheira do PCP, onde era muito estimada.

CUSTÓDIA MARIA

Também com avançada idade, pois nasceu em 1900, faleceu no passado dia 3 de Janeiro a camarada Custódia Maria. A camarada pertencia também à Organização Norte A, da Baixa da Banheira do PCP.

ANTÓNIO SANTOS SILVA

Camarada com muito prestígio na Organização de Freguesia da Verderena, Barreiro, faleceu em 31 de Dezembro, com 78 anos de idade, António dos Santos Silva. O camarada foi responsável pelo recebimento da quotização do Partido durante vários anos, tarefa que sempre desempenhou com dedicação.

MARIA PINTAINHO

Com 88 anos de idade, faleceu, em 22 de Dezembro passado, a camarada Maria Pinto Ferreira, natural e residente no Barreiro. Sempre ali manteve, antes e depois do 25 de Abril, uma actividade política e partidária destacada, grangeando estima e respeito entre os cidadãos. Em 1984 foi objecto de homenagem pública pela Câmara Municipal do Barreiro.

JOSÉ SALUSTIANO DE JESUS

Faleceu recentemente em Portimão o camarada José Salustiano de Jesus. Membro do Partido desde a clandestinidade, tendo na década de 50 sido preso pela PIDE, o camarada retornou após o 25 de Abril o seu trabalho militante. Foi eleito presidente da Comissão Administrativa do Sindicato dos Operários Conserveiros do Barlavento Algarvio. Faleceu com 78 anos, após prolongada doença, defendendo sempre os ideais do proletariado e do seu Partido.



Carlos Carvalhas na reunião da DORS

Governo em ofensiva global contra os trabalhadores

No decurso da reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizada no passado sábado e que noticiamos nestas páginas, o secretário-geral do Partido proferiu uma intervenção a que a comunicação social teve oportunidade de assistir, tendo na altura sido divulgados extractos do texto lido por Carlos Carvalhas e que a seguir publicamos.

A nossa primeira preocupação nesta reunião da DORS foi a de analisar os problemas e a situação social do distrito, a de inventariar os casos mais urgentes e dramáticos e, tendo por base o actual quadro social, bem como os interesses e aspirações das populações, ver como e onde concentrar as nossas energias e forças no sentido de lhes dar resposta. Quais as medidas, linhas e formas institucionais e não institucionais da nossa intervenção em defesa dos trabalhadores e das populações, em defesa do desenvolvimento, da melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses?

É que prosseguindo a mesma política, isto é, desculpando-se com a crise e utilizando como pretexto a competitividade, mas na realidade prosseguindo uma política ao serviço da concentração da riqueza e da restauração dos monopólios, o Governo desenvolve uma ofensiva global contra os trabalhadores centrada em três grandes eixos: **redução dos salários; agravamento das condições de trabalho; dismantelamento da protecção social.**

Esta ofensiva é acompanhada de uma batalha mediática bem orquestrada em que os trabalhadores são cinicamente convidados a consentir na destruição da legislação social e na intensificação da sua exploração em nome do emprego e de uma hipócrita concepção de solidariedade! Assim enquanto se expandem os lucros especulativos e os senhores do dinheiro multiplicam as suas fortunas, o Governo pressiona e procura difundir a teoria de que é preciso sacrificar os salários e regalias sociais para criar postos de trabalho! Procura, em resumo, difundir a ideia que o emprego é hoje um privilégio...

E quando a teoria e a propaganda não convencem, é posta em marcha a chantagem, a repressão e a liquidação da liberdade de negociação e do direito à contratação colectiva. Com o apoio do Governo, prossegue agora nos sectores e empresas, a operação de chantagem exercida pelo Primeiro-Ministro quando quis envolver as centrais sindicais num acordo profundamente gravoso visando a intensificação da exploração dos trabalhadores, a diminuição dos seus direitos, a sua polivalência, precariedade e flexibilização dos horários de trabalho a tempo parcial.

Nas mais variadas empresas e sectores, o Governo procura passar a factura da sua política para cima dos trabalhadores visando a destruição massiva de postos de trabalho designadamente na Lisnave, na Setenave e Solisnor, na TAP, na Administração Pública, nas Telecomunicações, na EDP, na Indústria vidreira, na Metalomecânica pesada e nos transportes e os salários encontram-se no ponto de mira do Governo e do grande patronato.

A palavra de ordem geral é, com o eufemismo da "moderação salarial", degradar mesmo os salários dos trabalhadores. Assim empenhado em estimular a redução dos salários e para que sirva de exemplo, o Governo propõe aumentos para os trabalhadores da Administração Pública da ordem de 1% o que, se se tiver em conta a taxa de inflação prevista para este ano (7%) e que o Governo simultaneamente se propõe aumentar em 2% os descontos para a ADSE, significa uma enorme machadada nos salários reais dos trabalhadores da Administração Pública.

Nós manifestamos daqui a nossa solidariedade activa a todos os trabalhadores, a todos os que são vítimas das injustiças de uma política classista, de uma política que acentua as desigualdades, promove o desemprego, o trabalho precário, as exclusões e a pobreza.

O Governo não consegue iludir

No distrito de Setúbal só em cinco empresas, Vale Frio, Lisnave, Setenave, Siderurgia e Rodoviária Nacional, há cerca de 6000 trabalhadores ameaçados de despedimento. E é sabido que a grave situação dos trabalhadores se reflecte na dinâmica económica de outros sectores, como é o caso do pequeno comércio aqui na cidade de Setúbal e no distrito.

O Governo não consegue já iludir a persistência e o agravamento de chagas sociais como a dos salários em atraso e o trabalho infantil, chagas a que se havia proposto erradicar da sociedade portuguesa quando pedia os votos aos portugueses.

É igualmente incontestável que o desemprego cresce a ritmo acelerado e que a tendência, a persistir a política de abdicação nacional e de penalização da produção portuguesa, é para se

agravar ainda mais. É crescente a substituição da produção nacional pela produção estrangeira e a deslocação para Espanha de centros produtores. **É mesmo em relação aos fundos é a própria Comissão a lembrar que «de 100 ecus investidos nas regiões menos desenvolvidas, 40 ecus beneficiam, em média, sob a forma de trocas comerciais ou de concursos, as economias dos países mais ricos».**

É necessário interromper esta política. O desemprego não é uma fatalidade. Mas também não é com uma política de mera gestão do capitalismo, e de prosseguimento dos critérios de convergência de Maastricht, salpicada de votos pios sobre o desemprego, ou seja uma espécie de política cavaquista com um pouco de escuteirismo social que se dá resposta a estes problemas... Aqueles que estão com as medidas do Livro Branco da Comissão de Bruxelas sobre o emprego, e que se mostram mais papistas que o papa sobre as virtudes e critérios da actual construção da União Europeia não têm muita credibilidade quando se dizem chocados com a actual situação social, ou quando propõem (no estilo do ex-ministro que considerava o desemprego como psicológico) a criação de empregos (estamos a ver os metalúrgicos desempregados) no apoio à Terceira Idade, aos deficientes ou às crianças em idade pré-escolar.

No XX aniversário do 25 de Abril

Para o PCP, é inaceitável que o início deste ano de 1994, ano em que se comemora o XX aniversário do 25 de Abril, seja marcado em matéria de segurança social pela entrada em vigor de legislação em que, nomeadamente, se aumenta a idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos, se aumenta de 10 para 15 anos o prazo contributivo necessário para a atribuição de pensões de velhice, se reduz o montante das pensões através de modificação da forma de cálculo e se agrave o regime de protecção dos desempregados. É para nós intolerável que se mantenha a pensão mínima em valores ultrajantes e que se recuse a actualização do degradado salário mínimo nacional apesar das insistentes reclamações das organizações sindicais.

Por isso, a luta é o caminho. Luta contra as injustiças e prepotências, luta pelos direitos e pela melhoria do nível de vida. Nós não aceitaremos que a lógica do dinheiro esmague a lógica humana, não nos resignaremos à lógica do lucro, da especulação, das exclusões, do desemprego e da injustiça. Nós privilegiaremos os homens, a sua vida, o seu trabalho e a sua criatividade.

As privatizações e as negociatas

A DORS conferiu também a sua atenção às consequências das privatizações e às suas negociatas.

As privatizações não foram concebidas para responder aos problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada, mas para determinar uma nova dominação do grande capital sobre ela. O que se está a passar com a Lisnave é paradigmático da reconstituição monopolista, nomeadamente no sector naval à custa do erário público.

Sempre afirmámos que as privatizações do Sector Empresarial do Estado iriam abrir as portas à entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao grande capital e ao capital estrangeiro.

E não só. O caso do Banesto (e mais à frente havemos de ser confrontados com outros casos do mesmo tipo mesmo de sector bancário) mostra também o mito da eficiência da gestão privada e os fundamentalismos do neo liberalismo.

O caso Banesto-Totta e Açores veio confirmar as crescentes preocupações sobre o domínio do capital estrangeiro sobre a nossa economia e sobre a falta de transparência no processo de privatizações designadamente quanto à ultrapassagem do limite da participação de capital estrangeiro.

É o caso, por exemplo, do Banco Totta e Açores e do Crédito Predial Português, no sector financeiro, ou da Centralcer nas não financeiras.

O PCP, seja através de um pedido de inquérito parlamentar de "apreciação dos critérios de avaliação e processos de privatização das empresas públicas", duas vezes apresentado e duas vezes rejeitado pelos votos do PSD, seja através de requerimentos e intervenções, tem mantido sobre esta matéria uma permanente atenção e reclamação de que se cumpram os dispositivos legais existentes e de que sejam salvaguardados os interesses da economia nacional. **As privatizações bem precisavam de uma operação de "manipulite" (mãos limpas) à italiana.**

De facto, contra as hipócritas afirmações de membros do Governo, negando a ultrapassagem daqueles limites, veio-se agora a confirmar, tal como há muito o PCP vinha afirmando, por motivo da profunda crise financeira do Banesto, que afinal este é não só o maior accionista do BTA como detém, directa ou indirectamente, cerca de 50% do seu capital, quando a legislação em vigor prevê um máximo de 25%.

O Grupo Parlamentar do nosso Partido propôs agora uma audição parlamentar em presença de membros do Governo, do Presidente do Conselho de Administração do Totta, do Sindicato dos Bancários. Mas exige-se que o Governo e o Primeiro-Ministro não continuem com a postura de Pilatos e digam qual é a verdadeira situação e quais as medidas que pretendem tomar para defenderem o interesse nacional.

A arrogância e as tentações hegemónicas do PS

É nossa convicção que os portugueses, os democratas e os trabalhadores não vêm com simpatia as crescentes manifestações de arrogância e hegemónio do PS, nomeadamente após as eleições autárquicas. O PS continua a não retirar as lições da experiência e a insistir na miragem da maioria absoluta, para evitar definir alianças recusando entendimentos com as outras forças democráticas.

É necessário reconhecer que, em eleições legislativas, o que conta não é o de saber quem é o partido mais votado, mas sim qual a maioria que se forma, isto é se a soma dos deputados eleitos pelo PCP, PS e outras forças democráticas é superior à soma dos deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS. É uma questão numérica e de qualidade pois não basta apenas um outro governo. É necessário um outro governo com outra política e não outro governo com uma política, no essencial muito semelhante à actual. Os portugueses "não são de facto masoquistas". Sabem que um governo do PS sozinho, quer em termos de clientelas, quer na postura de "quero, posso e mando", quer em questões fundamentais da política social não seria substancialmente diferente. Por isso, o reforço do PCP, o aumento da sua influência social e eleitoral é o **caminho mais certo e seguro para a construção de uma nova maioria com uma nova política ao serviço do povo e do País.**

Os acordos do PS

E qual tem sido a postura do PS, nomeadamente em questões de representação nacional?

Como é sabido, a Assembleia da República, com os votos do PSD e com a significativa abstenção do PS (o preço do acordo feito fora da A.R. com o PSD), aprovou esta semana uma resolução sobre os critérios que o Governo português deverá observar na designação dos membros portugueses do Comité das Regiões da Comunidade Europeia. É mais um escândalo e mais um caso que mostra o verdadeiro posicionamento do PS, nesta intolerável e anti-democrática manipulação que afecta a representatividade dos membros portugueses no Comité das Regiões, posicionamento que nem sequer tomou em conta a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que se pronunciou a favor de critérios mais equitativos e despartidarizados e da participação dos Presidentes das Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto na representação portuguesa.

A afirmação do PCP

A DORS conferiu também especial atenção às tarefas relativas ao desenvolvimento da organização do Partido, à sua ligação às massas, à preparação das eleições para o Parlamento Europeu e à participação dos comunistas nas comemorações do 25 de Abril, contribuindo para o reforço do PCP e para a sua crescente influência na vida nacional, questão de primordial importância para a defesa dos interesses dos trabalhadores e para uma viragem política que a grave situação do País exige e reclama.

Considerando a actual situação política e social, a DORS do PCP encara como tarefa fundamental a organização do Partido no distrito de Setúbal, a mobilização das populações e dos trabalhadores contra a política de destruição do aparelho produtivo, pelo desenvolvimento, pela defesa da soberania e da independência nacionais.

(...)

A visita-espectáculo de Guterres ao Porto Brandão

A propósito da recente visita do secretário-geral do PS às instalações do antigo asilo «28 de Maio» no Porto Brandão, que o Secretariado da Comissão Concelhia de Almada do PCP classificou como «visita-espectáculo», este organismo do Partido divulgou uma nota em que chama a atenção para os seguintes factos:

1. A repetição da visita anteriormente realizada que coincidiu com a etapa final da campanha eleitoral, não se fez por razões de solidariedade para com as pessoas que ali habitam em situação de profunda degradação, mas sim porque da primeira visita o secretário-geral do PS não conseguiu fazer-se acompanhar da Comunicação Social nacional, nomeadamente as televisões como aconteceu agora passados pouco mais de quinze dias.

2. É de lamentar que só agora o PS, que foi gover-

no neste país até 1985, sozinho ou acompanhado, mas sempre com grandes responsabilidades na área da habitação, venha mostrar-se tão preocupado com a situação em que vivem estas 600 pessoas.

3. Em 16 de Abril de 1991, o PS interpelou na AR o Governo sobre a política de habitação. António Guterres foi chamado a fazer a intervenção de abertura sem uma única vez falar do asilo «28 de Maio», o mesmo tendo feito a deputada e na altura vereadora da Câmara

de Almada – Leonor Coutinho.

Neste debate, foi o deputado do PCP e o presidente na Assembleia Municipal – José Maia quem mais uma vez inter-rogou o governo sobre as responsabilidades que teima em não assumir não só para com os habitantes do asilo «28 de Maio», mas também da Q.ª do Valdeão.

4. O PS e o seu secretário-geral não foram capazes de perceber que a enorme derrota que sofreram em Almada foi também em parte pela vergonhosa campanha que aqui realizaram de demagogia, mentira e calúnia que mantém mesmo após as eleições.

5. Ao insistir com a responsabilização das Autar-

quias CDU pela resolução de problemas que são da responsabilidade do Poder Central, o secretário-geral do PS mostra uma grande falta de solidariedade para com os seus camaradas autarcas em muitas regiões do país onde o flagelo da habitação se faz sentir com maior gravidade como nos concelhos do Porto e Lisboa.

6. Para quem encheu o país de frases bonitas como «As pessoas não são um negócio» e «As pessoas primeiro», utilizar as grandes dificuldades dos habitantes do asilo «28 de Maio» para se promoverem politicamente é indigno e mostra que para estes políticos, quando o objectivo é o poder, todos os meios se justificam.

Em escolas de Lisboa Mais de mil crianças com programas socioeducativos

Mais de 1000 crianças de 23 escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico e de 10 Jardins da Rede Pública de Lisboa participam desde o dia 10 nos programas «sensibilização à criatividade e à leitura» e «Artes e Ofícios de Lisboa» do Pelouro da Educação da C. M. de Lisboa.

As 69 turmas e grupos envolvidos terão actividades nas diversas áreas todas as semanas e os programas prolongar-se-ão durante 4 meses úteis, até 13 de Maio deste ano lectivo.

O programa «Sensibilização à criatividade e à leitura» apoiado pela Associação Portuguesa de Escritores, abrange três zonas da cidade – Olivais, Carnide e S. Condestável/Campolide/Santa Isabel. As 27 turmas e 16 grupos dos Jardins de Infância totalizam 823 crianças que terão oportunidade de descobrir, experimentar e criar nas áreas de Teatro, Artes Plásticas, Literatura, Música, Cinema de Animação e Vídeo, Marionetas e Dança, com os respectivos animadores, nos quais se contam Matilde Rosa Araújo, Mário Pereira e Vasco Granja, entre outros.

O programa «Artes e Ofícios de Lisboa», apoiado pelo Centro de Artesanato de Lisboa, integra duas zonas da cidade – Santa Maria de Belém e São Domingos de Benfica/Musgueira Norte. As 26 turmas dos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo totalizam 449 crianças que terão sessões com duas equipas de artesãos, todas as semanas.

A descoberta das artes e ofícios de Lisboa e a realização de trabalhos em sete

áreas de artesanato culminarão no final de Maio com uma exposição que integrará ainda artesãos das freguesias envolvidas, que serão solicitados pelas escolas para participarem no programa.

O Programa «Sensibilização à Criatividade e à Leitura» terá os seguintes dinamizadores:

Glória Bastos, Graça Vilhena, Alberto Oliveira Pinto e Matilde Rosa Araújo, na Literatura;

Natália Vieira, Luís Assis, Carlos Martins, Mário Pereira, José António Pires e Paulo Jorge, no Teatro;

Irene Barroca, João Duarte, Fátima Neves, Graçiete Rosa, Maria Luísa Albuquerque e Francisco Ferro, nas Artes Plásticas;

Susana Crespo e Margarida Pinto Coelho, na Dança;

Vasco Granja, no Cinema e Vídeo;

Maria José Velho, nas Marionetas.

Quanto ao Programa «Artes e Ofícios de Lisboa», tem os seguintes:

Hortência e Paula Marques, na Cerâmica;

Helena Gal e Mestre Ameixinha, na Correaria;

Álvaro Neves, na Cestaria;

Manuel Rodrigues, no Papel Reciclado;

Elsa Barros, na Trapologia;

Teresa Cidade, nos Fantoches;

Guida Fonseca, na Tapeçaria.

Montemor-o-Novo aprova Plano e Orçamento

A Câmara e Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo no passado dia 22 e 30 de Dezembro, respectivamente, o Plano de Actividades e o Orçamento para 1994.

O Plano de Actividades traçado para este ano «vai ao encontro das prioridades traçadas no manifesto eleitoral da CDU. O apoio ao desenvolvimento económico e à recuperação e construção de habitação, a defesa do ambiente, do património, a melhoria da qualidade de vida, a consolidação e renovação da acção sócio-cultural, o apoio à solidariedade social e a participação popular no Poder Local, são algumas das linhas estratégicas do Plano de Actividades», informa a autarquia liderada pela CDU.

Os cortes financeiros efectuados pelo Governo ao Poder Local colocam sérias

dificuldades à concretização de projectos por parte dos municípios. «A Câmara de Montemor-o-Novo vai ser este ano privada de uma verba de 200 mil contos, retirada do FEF, o que põe em causa a concretização de alguns dos projectos agendados para este ano», afirma-se no documento, acrescentando:

«Apesar das dificuldades financeiras, está previsto para 1994 o início da construção do Parque Urbano e das obras no Rossio, a construção do Centro Cultural das Silveiras, do novo cemitério e a electrificação das zonas rurais. O desenvolvimento económico continuará a ser privilegiado pelo executivo camarário, continuando a avançar o processo de infra-estruturação da Zona Industrial da Adua, com o início da construção de uma ETAR. A instalação de uma residen-

cial e o funcionamento do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, são dois dos aspectos considerados importantes para o desenvolvimento económico do concelho. Em 1994, a autarquia vai prosseguir o seu esforço no reforço do abastecimento de água às populações rurais, bem como no saneamento básico com a construção de uma ETAR na freguesia de Santiago do Escoural e a ampliação da rede de esgotos em Montemor».

O Plano de Actividades contempla ainda a beneficiação e a conservação de estradas e caminhos e a construção da 2.ª fase da estrada municipal Baldios/Cabrela. Os arranjos exteriores continuarão a ser efectuados em diversos locais do Concelho, com destaque para Cortiçadas de Lavre, Ciborro e Montemor.

Na área sociocultural estão previstas ainda diversas iniciativas dirigidas às crianças e aos jovens, a realização de um ciclo de debates sobre «A resistência antifascista e a liberdade de expressão», o «Ciclo da Primavera», a participação nas VI Olimpíadas Populares do Distrito de Évora e o apoio à XII Volta ao Alentejo em Bicicleta.

O Plano de Actividades prevê ainda a gestão do Plano Director Municipal em articulação com o PID-DEV e do Plano Geral de Urbanização, a reivindicação da construção da Barragem dos Minutos, do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários e a recuperação do Convento da Saudação e a sua transformação em pousada.

O orçamento camarário aprovado para 1994 ascende a 1 577 766 contos.

Em Barcelos água, só para o presidente...

Dois comunicados sucessivos, vindos a público nos primeiros dias da semana e assinados pela Comissão Concelhia de Barcelos do PCP, chamam a atenção para o grave problema de abastecimento de água do concelho. Mas se a população tem falta de água, do mesmo se não pode queixar o presidente da Câmara...

Diz a primeira nota, emitida na segunda-feira:

A CDU tinha razão ao defender no seu programa eleitoral para as Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro, como medida prioritária que a Câmara Municipal deveria resolver a reparação da actual rede de abastecimento público de água e elaboração de um plano de abastecimento.

Os problemas ocorridos no final do ano 1993, a água fornecida pela rede pública de abastecimento à população de Barcelos que apresentava características susceptíveis de ameaça à Saúde Pública – situação mais tarde confirmada pela Câmara Municipal ao considerar a água imprópria para consumo – e a falta de água nas torneiras dos municípios ocorrida hoje, que apanhou desprevenida toda a gente e criou grandes transtornos para a população, impedindo-a de usufruir um bem essencial, confirmam a justeza das posições da CDU e a necessidade urgente de a Câmara Municipal rever a actual rede de abastecimento de água.

No dia seguinte, a Comissão Concelhia do PCP volta à carga:

O Concelho de Barcelos ficou sem água praticamente todo o dia de ontem, sem que a Câmara Municipal tivesse alertado atempadamente para esta situação ou informado posteriormente as razões de tal anomalia.

A falta de água na maior parte do Concelho apanhou desprevida toda a gente e criou graves problemas para a população, os comerciantes, nomeadamente Cafés e Restaurantes, que tiveram grandes dificuldades para servir os seus clientes e algumas Escolas do Concelho tiveram que encerrar.

Os problemas originados com a falta desse precioso bem não afectou todos os municípios de Barcelos, uma vez que a residência do presidente da Câmara não sentiu a sua falta, um camião da Câmara Municipal deslocava-se à sua residência sempre que necessário para transportar a água em falta.

Não restam dúvidas que o povo de Barcelos, nas Eleições Autárquicas de Dezembro passado, soube escolher um presidente capaz de resolver os seus problemas!

Os 150 anos do nascimento de Lopes Praça

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo vai assinalar a passagem do 150.º aniversário do nascimento de José Joaquim Lopes Praça, insigne jurista e figura destacada do Direito Constitucional e da Filosofia do nosso país.

No dia 13 de Janeiro, pelas 21h00, será inaugurada, no Convento de S. João de Deus, uma exposição bibliográfica sobre Lopes Praça, seguida de uma conferência sobre a sua vida e obra, a cargo do Professor Doutor Esteves Pereira, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A exposição estará patente ao público de 14 de Janeiro até meados de Fevereiro na Galeria Municipal (Convento de S. João de Deus).

COMUNIDADE EUROPEIA

Medidas de rigor para a Grécia

O Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Henning Christophersen, apelou ao governo grego para que tome novas medidas de rigor em relação à economia.

Em entrevista publicada no diário grego "Kathimerini", Christophersen afirmou que a economia grega se encontra numa situação muito difícil, com um défice orçamental próximo de 13 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma dívida pública da ordem dos 160 por cento do PIB, o que classifica como "níveis inquietantes".

Dada esta situação, o comissário europeu defendeu a adopção de novas medidas de relançamento, apontando a necessidade de luta contra a fraude fiscal, redução das despesas públicas e controlo dos custos de produção.

Para o comissário, a questão que se coloca é se a Grécia estará em condições de poder elaborar uma boa estratégia de médio prazo, reservando a sua opinião para depois do exame do novo plano de convergência que o Governo grego deve apresentar à Comissão no início da Primavera.

Christophersen encontrou-se com o ministro da Economia grego, Georges Gennimatas, no decurso de uma visita que realizou, quarta-feira da semana passada, a Atenas.

Alargamento comunitário

O ministro dos Negócios Estrangeiros grego, Théodore Pangalos, visitou esta semana, na qualidade de presidente em exercício do Conselho de Ministros da União Europeia, os países escandinavos.

A Grécia preside à União Europeia desde 1 de Janeiro, estando encarregue de levar a "bom porto" as negociações sobre o alargamento comunitário antes de 1 de Março deste ano.

Théodore Pangalos disse que a Áustria e a Suécia estão mais próximas de concluir as negociações de adesão à União do que a Finlândia e a Noruega.

A presidência grega deseja igualmente acelerar a abertura das negociações sobre a adesão de Chipre.

TOMAR na rede de cultura europeia

A Câmara Municipal de Tomar aderiu ao projecto de itinerário cultural europeu, designado por "redes europeias dos descobrimentos", organizado pela

Comissão Nacional da Unesco, com o apoio do Centro Nacional de Cultura.

O principal objectivo desta iniciativa é a colaboração no âmbito do turismo e dos intercâmbios culturais entre cidades europeias com relações históricas antigas.

São membros potenciais da rede: Bruges, Gand, Bruxelas, Sevilha, Barcelona, Cadiz, Saragoça, Bilbao, Toledo, Granada, Tomar, Batalha, Viseu, Porto, Sagres e Lagos.

Antuérpia, Madrid e Lisboa são membros fundadores através das comissões nacionais da Unesco e das Câmaras Municipais.

Este projecto, que servirá de base para intercâmbios a vários níveis, como turismo cultural e da juventude, será apresentado a 14 de Março, na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura 94.

De 15 a 17 de Março realiza-se um itinerário-piloto pelas principais cidades portuguesas ligadas aos descobrimentos.

Desemprego na Bélgica

A taxa de desemprego na Bélgica aumentou em Dezembro 1,6 por cento, passando para 14 por cento (ou seja, atingindo 495.548 pessoas), anunciou o Ministério do Trabalho.

Em termos anuais, o aumento é de 12,9 por cento, segundo as estatísticas oficiais.

As estatísticas belgas não incluem no conceito de desempregado os desempregados idosos subsidiados e que não procuram emprego, que no mês de Dezembro eram 74 328.

Os aumentos mais significativos em termos anuais ocorreram nos sectores de fabrico de produtos metálicos (mais 14,2 por cento), na indústria química (mais 13,3 por cento), nos serviços prestados às empresas (mais 13,2 por cento), no ensino (mais 12,8 por cento) e na construção (mais 12,6 por cento).

Controlo dos "media"

O governo britânico anunciou recentemente que está a rever as medidas de controlo dos "media", visando permitir a criação de grandes grupos capazes de competir no mercado internacional.

As medidas, anunciadas pelo ministro da Cultura, Peter Brooke, prevêem, nomeadamente, que possam integrar o mesmo grupo empresas de meios de comunicação diferentes - jornais, televisão, editoras - e mesmo de telecomunicações.

Em Novembro último, o ministro da Cultura anunciara propostas para permitir que uma companhia pudesse ser proprietária de duas empresas da televisão independente.

A revisão iniciada agora, e cujos resultados deverão ser apresentados ao Parlamento britânico no Outono, traria rápidas mudanças ao sector, tendo em conta a crescente internacionalização da propriedade dos meios de comunicação.

Apelo à Nato pela paz na Europa

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, reunido em Bruxelas na passada sexta-feira, divulgou um apelo à cimeira da Nato de 10 e 11 de Janeiro, que se transcreve na íntegra.

Consideramos que para construir uma paz duradoura baseada na cooperação numa Europa pacífica, democrática, responsável e solidária que reflecta mais fielmente as aspirações dos povos, é preciso pôr fim a todas as organizações herdadas da guerra fria.

Foi com preocupação que o Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu tomou conhecimento da ordem do dia da cimeira da NATO e dos *dosiers* em discussão.

A continuação e o reforço do bloco político-militar herdado da guerra fria não contribuirá para a segurança, a estabilidade, o desanuviamento e o desarmamento convencional e nuclear na Europa e no mundo. Esta orientação arrisca-se, pelo contrário, a contribuir para criar novas tensões e divisões na Europa, a multiplicar os perigos de confrontações armadas entre Estados.

A proposta dos Estados Unidos de "Partenariado para a Paz", que visa o alargamento da NATO ao Leste, num espírito de "bloco" ultrapassado, pela combinação do reforço dos laços militares acompanhado do reforço progressivo do papel da União da Europa Ocidental (UEO) com forças militares "separáveis mas não separadas" da Nato, e que podem intervir fora da área desta, constitui um novo factor de desestabilização política e militar e será considerada como uma ameaça na Europa e fora dela.

A argumentação utilizada, a partir dos problemas resultantes dos conflitos internos, para justificar estas propostas, não é nem séria nem convincente. As causas desses conflitos, como na ex-Jugoslávia, são conhecidas.

Acreditamos que uma Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) reforçada, dispondo



de estruturas e meios mais eficientes, permitiria enfrentar e resolver esses problemas através da prevenção, o diálogo e a cooperação.

Precisamos de uma Europa que responda às necessidades dos povos e aos inte-

resses de cada país para assegurar a solidariedade e a cooperação, o desenvolvimento, a democracia, o progresso económico e social e a paz e não de armas e de blocos militares. (Ver mais informação no Internacional).

Transportes rápidos à espera de decisão

Segundo notícias recentemente vindas a público, o desenvolvimento dos Transportes de Grande Velocidade na Península Ibérica só incluirá Portugal se para tal for tomada uma "decisão política", uma vez que não há mercado que o justifique. Mesmo neste caso, as linhas de alta velocidade em Portugal seriam sempre um "mero apêndice" da rede espanhola.

Segundo as mesmas notícias, divulgadas na sequência de um encontro entre a

Associação Europeia dos Jornalistas Ferroviários e os responsáveis da RENFE, este últimos reconheceram já que o TVG ligando Madrid a Sevilha tem sido um êxito, ao contrário do que se esperava, apresentando taxas de ocupação da ordem dos 80 a 85 por cento e beneficiando cidades como Ciudad Real e Puertollano (da zona interior de Castilla-La-Mancha).

Cabe recordar que a perspectiva inicial era de que a

referida linha, ligando Madrid ao sul de Espanha, a zonas desertificadas e atrasadas industrialmente, era um erro e que o acertado teria sido ligar a alta velocidade ao Norte e a França.

Face a esta experiência, o eurodeputado comunista Barata Moura decidiu questionar a Comissão sobre o assunto. Em causa está saber-se como aquele organismo "vê o futuro desenvolvimento do TVG em Portugal e suas ligações à Espa-

nia e a outros países comunitários" e se "tenciona pressionar no sentido de a 'decisão política' ser concretizada rapidamente à luz da própria experiência espanhola".

A pergunta, a aguardar resposta, salienta - reportando-se ao exemplo espanhol - que "a esperada 'lógica de mercado', para além de nem sempre corresponder aos interesses regionais e às aspirações dos populações, pode também ver-se contrariada pelas realidades".



Dê uma boa prenda a um amigo





Pedidos a
Editorial Avante!
 Av. Almirante Reis, 90, 7º-A
 1100 Lisboa
 Telef. (01)815 34 87/815 35 11
 Fax: 815 34 95

Lei das Propinas Eventuais mexidas não alteram conteúdo injusto

A Lei das Propinas voltou à Assembleia da República. De novo, só mesmo o rosto do ministro. Quanto às políticas e aos métodos, tudo o indica, permanecem na mesma. Inalteráveis. Pequenas nuances e uma aparente abertura a alterações não chegaram para mudar uma imagem que de novo esteve patente na passada semana: a postura arrogante e prepoten-

te do PSD, um indisfarçável autoritarismo a impor o "quero, posso e mando", sob a força de ser maioria. Contra tudo e contra todos.

Provou-o o debate, desde logo ao impedir o agendamento para esse mesmo dia de uma iniciativa legislativa do PCP que propõe a revogação da Lei das Propinas ou ao não auscultar previamente as associações de

estudantes, como determina obrigatoriamente a Lei. É a recusa ao "confronto de propostas, de ideias e opiniões", assinalou a propósito o deputado comunista António Filipe.

Mas foi também no discurso de abertura do ministro Marques Mendes, verdadeira diatribe contra o Presidente da República, particularmente virulenta, abun-

dante em acusações gratuitas e infundadas, que o Governo revelou a sua natureza e a sua aposta forte na manutenção do confronto institucional. Foi o discurso da arrogância, de quem acha ter razão em tudo e não quer dar o braço a torcer em nada.

Curiosamente, porém, foi outro o tom utilizado pela ministra quer em plenário, quer sobretudo na Comissão

especializada. Embora não abrindo mão nas questões fundamentais e de princípio, surgiram sinais de aparente abertura ao diálogo de alguma receptividade a alterações.

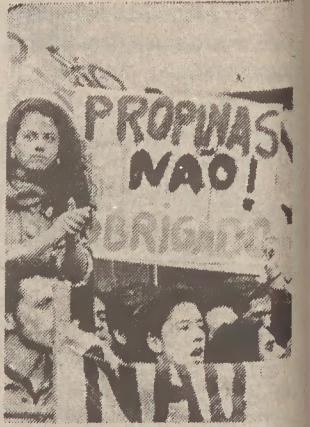
Por outras palavras, significa isto que o Governo recusa em termos públicos aquilo que tacitamente parece começar a admitir em círculo restrito.

Uma duplicidade no discurso do PSD que não pode ser dissociada das enormes dificuldades na aplicação da Lei, impostas por uma poderosa movimentação estudantil, que levaram o Governo a repensar a questão e a começar a ser obrigado a reconhecer que tem de emendar a mão nalguma coisa.

Mas se esta atitude da nova ministra, particularmente sentida em comissão, pode traduzir efectivamente algum sinal de recuo relativamente a algumas questões, ainda que não nas essenciais, tem de ser dito que isso só é possível quer pela dimensão da luta contra as propinas, quer porque o Governo a isso foi obrigado pelo veto presidencial que teve o mérito de fazer reequacionar todo o processo.

Seja como for, a verdade é que esta linha de cedência está longe de satisfazer os estudantes, como provam as suas reacções posteriores ao debate, bem como em nada altera a posição de voto frontalmente contra a proposta de lei assumida pela bancada comunista.

Para o PCP, como sublinhou no debate António Filipe, o que está verdadeiramente em causa não são as



"pseudo-alterações ou a falsa regulamentação da Lei", mas sim o diploma no seu todo, que consideram responsável por aumentos brutais impostos administrativamente, passando por cima da autonomia universitária, estabelecendo um regime sancionatório para os estudantes que resistam à sua aplicação.

Do que se trata, em conclusão, foi ainda António Filipe a lembrá-lo, não é de uma oposição conjuntural nem de pormenor à Lei das Propinas, mas sim de uma "oposição de fundo", uma vez que a Educação é um "direito social dos jovens portugueses e não um mero privilégio individual" e o objectivo da Lei é a "mercantilização do ensino".

Há que aguardar, pois, pelos próximos desenvolvimentos, com a ideia de que este é um assunto que está longe de estar encerrado. Até porque, como recordou António Filipe, o movimento estudantil "tem todas as condições para acreditar nas suas próprias forças e na sua capacidade para impedir que as arbitrariedades e as injustiças sejam factos consumados".

Negociações na Função Pública Governo tem postura revanchista e provocatória

— acusa o Grupo Parlamentar do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de assumir "uma postura claramente revanchista e provocatória", na condução do processo negocial com os trabalhadores da Administração Pública e de pretender impor reduções não apenas nos salários reais como também nos nominais.

Motivo de preocupação para a bancada comunista, de acordo com a exposição feita pelo seu deputado Paulo Trindade numa declaração política proferida faz hoje, oito dias, é ainda a pretensão do Executivo de levar por diante a aplicação do diploma dos disponíveis, enquanto vai fomentando a "proliferação de formas de trabalho precário".

Inteiramente dedicada às questões laborais e sociais,

esta intervenção do deputado comunista serviu ainda para chamar a atenção para o que classificou de "cegueira economicista" do Governo, na base da qual se explica em sua opinião a crescente "inoperacionalidade" da Administração Pública, "com custos acrescidos para todos os portugueses quer em termos de quantidade, quer de qualidade dos serviços prestados".

Analisando a crise económica e social, cuja responsabilidade imputou ao Executivo PSD, Paulo Trindade considerou também que a privatização das empresas públicas em nada contribuiu para o relançamento económico, servindo apenas no essencial para "promover negócios especulativos subordinados aos interesses de

meia dúzia de grupos económicos nacionais e do grande capital estrangeiro".

Lembrados da tribuna foram ainda o trabalho infantil, os salários em atraso e a subida galopante do desemprego, realidade dramática para a qual tem concorrido o encerramento de empresas como a "Ideal", a liquidação de três mil postos de trabalho nos sectores químico, farmacêutico e gás, ou os despedimentos colectivos na hotelaria, na UNICER e no sector mineiro.

Em matéria de segurança social, do ponto de vista da bancada comunista, as coisas também não vão nada bem, ficando este início de 1994 marcado, segundo Paulo Trindade, pela entrada em vigor de

diplomas particularmente gravosos, como são o caso do aumento da idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos, o alargamento de 10 para 15 anos do prazo contributivo necessário para a atribuição da pensão de velhice, ao mesmo tempo que se reduz o montante das pensões através da modificação da forma de cálculo e se agrava o regime de protecção aos desempregados.

Razões de sobra, pois, para que se cumpra o voto deixado pelo deputado comunista no início da sua intervenção no sentido de que este ano, em que se comemora o XX aniversário do 25 de Abril, seja possível "dar um curso novo e diferente à situação política e social do País".

Petições à Assembleia da República

A problemática dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, o caso Bolama, o processo que envolveu a privatização da RN, a crise no concelho de Tomar e o encerramento de linhas e ramais da CP, constituíram temas que foram objecto de petições subscritas por cidadãos e alvo da atenção do plenário na Assembleia da República. Ao exercerem este direito constitucional, os signatários utilizam um instrumento de intervenção cívica colocado ao seu dispor, cujo papel é reconhecidamente insubstituível na sensibilização do Parlamento para problemas e situações normalmente associadas à vida da comunidade. Pena é, contudo, como já assinalámos nestas páginas, que o processo de tramitação em comissão — longo e burocrático — aliado à forma apressada como as questões são apreciadas em plenário, acabe por esvaziar em boa parte a eficácia do direito de petição e defraudar as legítimas expectativas dos cidadãos. Aqui fica a síntese dos problemas, nas palavras dos deputados comunistas.

Caso Bolama

Já passaram mais de dois anos sobre o trágico desaparecimento do navio Bolama, com trinta pessoas a bordo, em 4 de Dezembro de 1991. De então para cá especulou-se muito sobre o real destino desta embarcação. Fizeram-se conjecturas. Anunciaram-se inquéritos. Teceram-se comentários sobre as condições de segurança a bordo das embarcações de pesca. No entanto passaram dois anos e não são do conhecimento público, nem são do conhecimento dos familiares das vítimas, os resultados de quaisquer diligências realizadas com vista ao apuramento de responsabilidades pelo ocorrido. Passaram dois anos sem que as famílias dos naufragos do Bolama tenham recebido quaisquer indemnizações ou tenham beneficiado de quaisquer medidas compensatórias da difícil situação em que ficaram com a perda dos seus familiares. António Filipe

Atraso escandaloso

A petição que apreciamos foi entregue na Assembleia em Fevereiro de 1992, há 23 meses!

Ela é subscrita por perto de 4000 trabalhadores, isto é, mais de metade do total dos trabalhadores das dez empresas abrangidas.

Mesmo assim, apesar da manifesta representatividade da petição, ela demora perto de dois anos a ser apre-

ciada pelo Plenário. E um atraso escandaloso e inaceitável e que aqui critico frontalmente.

Face à situação com que então se defrontavam há mais de dois anos, os signatários concluíam pedindo: «a defesa e dinamização dos EFA's; a garantia dos postos de trabalho e direitos dos trabalhadores; a efectivação do direito de participação dos trabalhadores e suas organizações.»

O que se passou nestes dois anos mostra que eram plenamente justificadas as apreensões dos trabalhadores.

Os Estabelecimentos Fabris, no seu conjunto, não foram dinamizados (...), os postos de trabalho não foram defendidos (...) o direito de participação dos trabalhadores foi claramente desrespeitado. João Amaral

Populações mais isoladas

Desejam os peticionantes que a Assembleia da República se pronuncie sobre o problema das vias férreas de bitola estreita, particularmente as linhas do Dão e do Vale do Vouga de ligação, respectivamente, entre Viseu-Santa Comba Dão e Sernadas-Viseu.

Tal desejo tem por base o facto da linha ferroviária do Dão ter servido, ao longo de muitos anos, milhares de passageiros e habitantes de freguesias dos concelhos de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão e a CP sem qualquer processo prévio de auscultação das populações servidas, ter acabado com o serviço ferroviário, substituindo-o por serviço rodoviário. Acresce que o referido serviço rodoviário tem vindo a sofrer reduções de carreiras, prejudicando os cidadãos que necessitam de se deslocar. José Manuel Maia

do-o por serviço rodoviário. Acresce que o referido serviço rodoviário tem vindo a sofrer reduções de carreiras, prejudicando os cidadãos que necessitam de se deslocar. José Manuel Maia

Crise em Tomar

A Petição nº 110/VI, publicada em 20 de Novembro de 1992 no Diário da Assembleia da República, e assinada por 1279 cidadãos solicita a tomada de medidas urgentes de forma a solucionar o grave problema económico e social que afecta grande parte das empresas de Tomar, respectivos trabalhadores e a população em geral. Mais de um ano passou desde essa data, e a realidade é que, neste período, as únicas alterações existentes foram o agravamento da situação.

Em números, podemos afirmar: Na indústria do papel menos 556 postos de trabalho, 323 na Matrena e 233 na Porto Cavaleiros. Na indústria têxtil, menos 316 postos de trabalho, 30 na empresa Graça e Sob e 286 na Fiação de Tomar, actualmente completamente paralisada, como aliás a Matrena e a Porto Cavaleiros.

Na indústria cerâmica menos 20 postos de trabalho, 10 na MF Eusébio e igual número na A. Ferreira e Filhos. Mantém-se, no entanto, outros sinais de crise eminente e a confirmá-la está a situação de salários em atraso e dívidas a trabalhadores que afectam, neste momento, 317 na IFM e 349 na Mendes Godinho, autêntico

barril de pólvora pronto a explodir a qualquer momento. Luís Peixoto

História de ilegalidades

A história recente do processo de privatizações está cheia de pequenas grandes histórias de ilegalidades, atitudes pouco transparentes, prejuízo para a economia e os interesses nacionais, desrespeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores:

A Petição que hoje nos é aqui trazida não foge a este quadro.

E o que pretendem os trabalhadores peticionantes da RNIP? Tão-só que sejam respeitados os comandos constitucionais que mandam que seja assegurada a participação dos trabalhadores na gestão das empresas do sector público (artº 90 da CRP) e que as Comissões de Trabalhadores sejam ouvidas e participem na elaboração da legislação e de todas as matérias relevantes para o exercício das suas funções (artº 54º).

Nada disto é cumprido, de forma sistemática, pelo Governo do PSD.

Transformou a Rodoviária Nacional, EP numa sociedade de capitais públicos (...). Alterou profundamente o decreto que criou a RNIP cindindo-a em 13 empresas (...) promoveu transferências de trabalhadores, rescisões de contratos, despedimentos, sem qualquer informação prévia ou intervenção também da Comissão de Trabalhadores, processo que deu já origem à diminuição de centenas de postos de trabalho. Lino de Carvalho

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comité das Regiões

Fórmula do PSD distorce representação regional e política

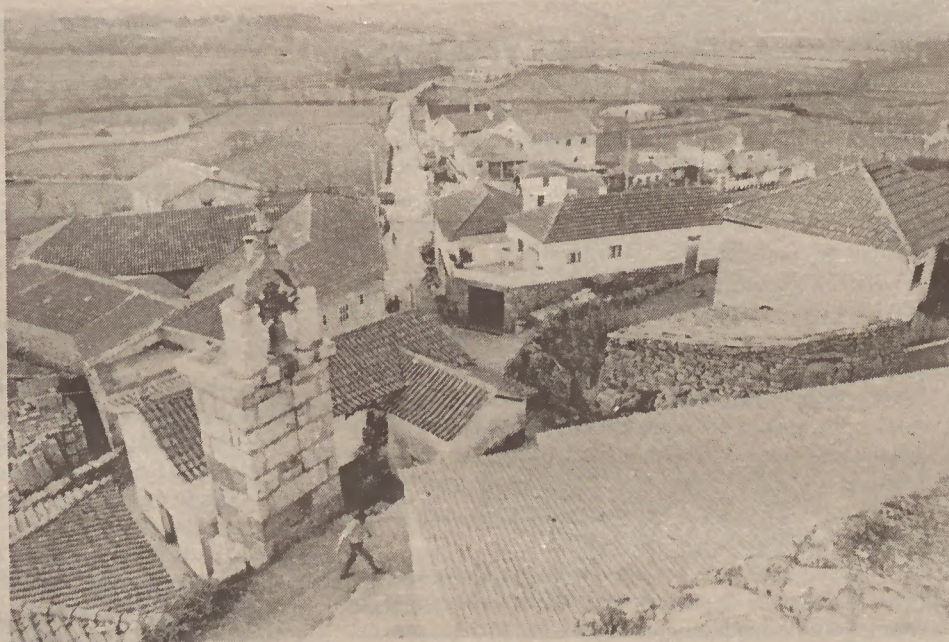
Ao distorcer a representatividade regional, a fórmula do PSD impede que regiões como o Minho ou Trás-os-Montes não tenham representantes seus no Comité das Regiões

Foram já designados os representantes portugueses ao Comité Europeu das Regiões. Perfazem doze, repartidos pelo PSD (seis), PS (cinco) e PCP (um). O processo teve o seu epílogo fez ontem oito dias, na sequência de um debate parlamentar onde acabou por prevalecer a proposta do PSD. A questão, porém, não foi pacífica. Na origem das críticas, uma fórmula que duplicando a contagem das Regiões Autónomas, beneficiou o partido do Governo, conferindo-lhe mais um representante que deveria pertencer, por direito, no respeito pela proporcionalidade resultante das eleições autárquicas, ao PCP. Tal só foi possível, no entanto, ao que tudo leva a crer, devido a uma negociação de bastidores entre o PSD e o PS (aliás nunca desmentida). A abstenção da bancada socialista relativamente ao projecto de resolução da maioria, que contraria o seu próprio e o do PCP, parece confirmar isso mesmo.

Mas esta não seria a única questão a polemizar o debate. Numa atitude que não é inédita, antecipando-se ao juízo da Assembleia, já na véspera o Governo, através do gabinete de Valente de Oliveira, pedia aos partidos que indicassem segundo a fórmula previamente combinada entre Jorge Lação e o PSD os nomes dos seus representantes para o Comité das Regiões.

Completamente ignorada do processo de decisão final foi ainda a Associação Nacional de Municípios (ANMP), que sempre se bateu por uma representação portuguesa naquela instância comunitária integrada unicamente por "membros legitimados por eleições regionais e locais". No próprio dia do debate, em comunicado do seu Conselho Directivo, a ANMP manifestava a sua discordância em relação a qualquer solução "cujo critério primordial seja o da representação partidária da delegação portuguesa" e reiterava a sua proposta quanto à composição da delegação nacional (os presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira; os presidentes das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e oito presidentes de Câmara na base de critérios de representatividade regional).

Tratava-se no fundo de uma fórmula que garantia, como sublinhou no debate o deputado João Amaral, as "exigências democráticas de adequada representação regional e política".



Preocupações igualmente subjacentes ao projecto do PCP, cuja elaboração obedeceu à "tripla exigência democrática", ainda segundo o deputado comunista, de garantir representantes eleitos das autarquias (e não funcionários da Administração Central indicados pelo Executivo), garantir a representatividade regional, e garantir a "realidade plural do País" com respeito pela proporcionalidade saída das últimas eleições. Nesse sentido, aplicando o método de Hondt aos resultados nos 305 municípios, a distribuição dos doze mandatos corresponderia a cinco representantes ao PS, cinco ao PSD e dois ao PCP.

Pervertendo totalmente a lógica a que devia estar subordinada esta representação naquele órgão, a fórmula do PSD, inversamente, acaba por dar seis representantes ao PSD, cinco ao PS e um ao PCP. Ou seja, ao duplicar a representação das Regiões Autónomas em seu benefício, garante dois representantes à partida, voltando os 30 municípios que compõem os Açores e a Madeira a contar para a distribuição dos dez restantes representantes.

Em resumo, como sublinhou João Amaral, a proposta do PSD viola o princípio da distribuição proporcional, põe o PS que tem maior expressão autárquica atrás do PSD, tira um elemento ao PCP para o dar ao partido do Governo e não garante a representatividade regional.

Disto mesmo é testemunho o facto de, por exemplo, o Porto ter três representantes, enquanto regiões como o Minho, Trás-os-Montes e as Beiras (à excepção da Beira Baixa) ficam de fora da representação no Comité das Regiões.

Estatuto de Aposentação para a Administração Pública

Diploma socialmente injusto

"Inaceitável a todos os títulos", eis como o Grupo Parlamentar do PCP classifica as alterações ao Estatuto de Aposentação no sentido de aplicar aos trabalhadores da Administração Pública, admitidos após a entrada em vigor do diploma, a fórmula de cálculo das pensões consagradas para o regime geral da Segurança Social.

Para o deputado Paulo Trindade, que se pronunciou sobre esta matéria no debate de ratificação ao diploma, o que está em causa é uma "harmonização" nivelada por baixo, ou seja, pelo regime mais desfavorável.

Nesse sentido, defende o deputado comunista, do que se trata é de "uma tripla

penalização para os novos trabalhadores da Administração Pública", uma vez que a esta alteração jurídica se vem juntar, por um lado, a redução significativa do poder de compra daqueles trabalhadores, e, por outro, a alteração também num sentido negativo dos mecanismos para as reformas de invalidez e velhice do regime geral de Segurança Social.

Na visão do secretário de Estado do Orçamento, segundo disse, a questão resume-se a um problema de "decréscimo da taxa de natalidade e consequente envelhecimento da população", gerador de um "desequilíbrio entre os beneficiários do sistema e a população activa".

Esqueceu-se de referir é que aos jovens que eventualmente ingressem na Administração Pública, como observou Paulo Trindade, é retirada a possibilidade de "acesso a um direito histórico dos trabalhadores da Função Pública", ao mesmo tempo que lhes é agravado o regime de aposentação, obrigando-os a "trabalhar mais quatro anos para terem acesso à pensão máxima possível, a qual fica a ser 20 por cento inferior à situação existente".

Para a bancada comunista, ao unificar pelo regime mais desfavorável, o Governo desrespeitou ainda o artigo constitucional que prevê a unificação do sistema de

Segurança Social e o regime unitário previsto na Lei das Bases da Segurança Social, já que esta última refere taxativamente que a integração deve ser feita gradualmente, "através da unificação das disposições que regulam os esquemas de prestações, sem prejuízo de disposições mais favoráveis".

Exactamente o contrário do que agora sucedeu, uma vez que a unificação efectuada pelo Governo, foi ainda Paulo Trindade a lembrá-lo, "consistiu na absorção de um regime pelo outro", sendo que, no caso vertente, "é o regime mais favorável que é absorvido pelo mais desfavorável".

Audição parlamentar ao caso Totta



O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar ao processo de privatização do Banco Totta & Açores e eventuais incidências nesta instituição da crise do Banesto.

Esta iniciativa surge na sequência de anteriores diligências da formação comunista (um pedido de inquérito parlamentar e vários requerimentos e intervenções) no sentido de chamar a atenção para a necessidade de serem cumpridos os dispositivos legais existentes e salvaguardados os interesses da economia nacional (ver artigo na página 21).

Em causa está sobretudo a falta de transparência no processo de privatizações, designadamente quanto à ultrapassagem do limite da participação de capital estrangeiro.

Entre as entidades a ouvir, de acordo com o pedido de audição parlamentar, contam-se o presidente do Conselho de Administração do BTA, a Comissão de Acompanhamento das Privatizações, o presidente da Comissão dos Mercados e Valores Imobiliários, o Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas e o ministro das Finanças.



Arrendamento urbano

"Mais um passo no desfiguramento do contrato de arrendamento" e um "grave retrocesso no direito à habitação", assim classificou a deputada comunista Odete Santos o Decreto-Lei (278/93) que introduziu alterações ao Regime de Arrendamento Urbano.

Chamado à ratificação pela sua bancada, faz amanhã oito dias, o diploma voltou a ser alvo de duras críticas por se entender que não só não resolveu nenhum dos problemas existentes (carências habitacionais e estagnação do mercado de arrendamento), como ainda introduziu "novos entorses na figura do contrato de arrendamento, prosseguindo o caminho de reconduzir aquele contrato ao típico contrato em que todo o seu conteúdo é deixado na livre disponibilidade das partes".

"No arrendamento urbano a total liberdade contratual oprime, enquanto a lei reguladora, em nome do interesse público, liberta", comentou a propósito Odete Santos, antes de enumerar vários exemplos que testemunham o carácter nefasto da lei e fundamentam o pedido de não ratificação subscrito pelos parlamentares comunistas (ver artigo página 20).



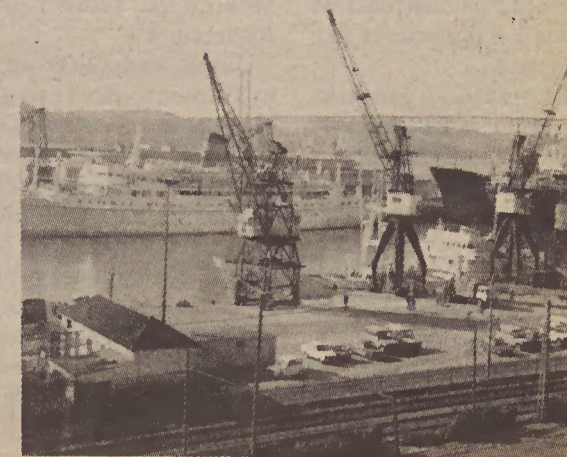
Regime do trabalho portuário

Corrigir a visão estreita que enforma o actual regime jurídico do trabalho portuário, tal é o sentido de algumas propostas apresentadas neste capítulo pelo Grupo Parlamentar comunista, as quais, em sua opinião, a serem consideradas, poderão superar os vícios do diploma.

Quem o garante é o deputado Paulo Trindade, que justificou ainda estas alterações no debate de ratificação ao diploma pelo facto de este ser "imperfeito" e padecer de "laivos corporativistas", porquanto, disse, confina o trabalho portuário à movimentação de cargas e descargas, excluindo daquele condição trabalhadores que, nalguns casos, há cerca de 40 anos exercem a sua actividade profissional nos portos nacionais.

Grave no entender de Paulo Trindade é ainda o facto de se restringir a emissão de carteiras profissionais de acordo com os estreitos critérios referidos, o que origina um quadro jurídico que "permite o despedimento de trabalhadores que desde sempre exerceram laboração portuária", como são os casos dos manobreadores de máquinas, ferramenteiros, motoristas, mecânicos, carpinteiros, electricistas e trabalhadores administrativos.

Não contestando a reestruturação do regime jurídico do trabalho portuário nem a melhoria do funcionamento dos portos nacionais, a bancada comunista não deixa no entanto de chamar a atenção para o facto de ser uma falsa solução a redução do número de trabalhadores como meio de obter melhor rentabilidade e capacidade de resposta às necessidades nacionais.



A Moita em andamento

Na sua última sessão, ocorrida no passado dia 28 de Dezembro, a Assembleia Municipal da Moita aprovou, por unanimidade, o Plano de Actividades e o Orçamento para 1994.

Avaliado em 2,6 milhões de contos, o novo Plano contempla vários investimentos no âmbito da melhoria ambiental e o quadro de vida da população, como o reforço do abastecimento de água às Freguesias da Moita, Caio/Rosário e Sarilhos Pequenos, a cons-

trução de um novo Parque Urbano em Alhos Vedros e o Programa Especial de Realojamento para as famílias que vivem em habitações degradadas, para além de conclusão das obras em curso e da construção de infra-estruturas nos bairros periféricos.

A revisão do Plano Director Municipal e o lançamento de um conjunto de novos investimentos para o quadriénio são igualmente aspectos a salientar no Plano de Actividades para 1994.

Montijo toma posse do presente e do futuro

Como noticiámos, realizou-se no passado dia 3 de Janeiro, no Montijo, a cerimónia de tomada de posse da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Estiveram presentes na cerimónia diversos representantes de entidades civis, militares e religiosas, assim como os membros dos órgãos autárquicos do concelho e muitos outros convidados.

O novo executivo camarário é agora constituído por Jacinta Ricardo (CDU) — Presidente da Câmara, e pelos vereadores Flausino Barradas (CDU); José Serra Graça (CDU); Luís Graça (PSD); José Sarreira Lopes (PSD); José Evagelista (PS) e Honorina Silvestre Luiz (PS).

Na sua intervenção, a presidente do município do Montijo, Jacinta Ricardo, começou pro afirmar que «os desafios são grandes e a vontade de os vencer terá de ser maior. O Montijo, território sobre o qual se desenharam grandes apetites e prefigura enormes possibilidades não pode perder o comboio do progresso e do desenvolvimento.»

E pormenorizou: «Até 1999 iremos confrontar-nos com grandes *dossiers*.

«Em primeiro lugar, o Plano de Desenvolvimento Regional e o Quadro Comunitário de Apoio.

«Em segundo lugar, a construção do Novo Atravessamento do Tejo e as suas consequências no plano urbanístico.

«Em terceiro lugar, a Exposição Internacional de Lisboa e o impacto da sua implantação.»

Entretanto «o Montijo deve querer novas actividades económicas, dinâmicas e multiplicadoras de emprego. Não para armazéns ou actividades de rentabilidade duvidosa.»

Finalmente o programa de habitação e irradiação de barracas, onde afirmou:

«Pese embora o Montijo não ser dos concelhos mais carentes no contexto da Área

Metropolitana de Lisboa, pareceu-nos importante aderir a este Programa e tentar resolver de vez os problemas dos pátios do Montijo. Programámos a construção de 300 habitações. Fizemo-lo com a consciência de que tal é possível e exequível neste período de 5 anos.»

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Regional, «as suas principais linhas orientadoras estão definidas. O Quadro Comunitário de Apoio é, neste momento, objecto de negociações em Bruxelas. Com todas as críticas que se possam fazer ao modo como o Governo elaborou e negociou, a verdade é que ele está aí e, eventualmente, constitui uma oportunidade que não devemos nem podemos perder.»

Sublinhou Jacinta Ricardo, que falou ainda de investimentos, dizendo:

«Elaborámos e apresentámos já a nossa carteira de investimentos para os próximos cinco anos. Esse plano de investimentos corresponde, globalmente, às necessidades levantadas pelo Plano de Desenvolvimento Regional e cobre áreas com o Ordenamento e Planeamento do Território, infra-estruturas Básicas de Saneamento, Abastecimento e Tratamento de Águas e Resíduos Sólidos, infra-estruturas Viárias e rede de Equipamentos Colectivos. Fomos ousados mas não ambiciosos, na proposta que formulámos. Ela é exequível e a sua concretização significará uma mudança radical na configuração do Montijo que actualmente conhecemos.»

Quanto à solução do atravessamento do Tejo no Montijo, «é irreversível». Foi uma batalha «que ganhámos com a consciência que ela também nos vai trazer problemas, particularmente no domínio urbanístico». E acrescentou: «Necessitamos melhorar a imagem urbana do concelho, quer no que se refere a espaços degradados, quer na renovação do mobiliário urbano.»

Posição do PCP sobre Comité das Regiões

Transcrevemos a Nota do Gabinete de Imprensa do PCP sobre a questão da designação dos membros portugueses do Comité das Regiões, anexando, no final, dados biográficos dos elementos designados pelo PCP para este Comité.

1. A Assembleia da República aprovou ontem (dia 5 de Janeiro de 1994) uma resolução sobre os critérios de designação que o Governo português deverá observar na designação dos membros portugueses do Comité das Regiões da Comunidade Europeia.

Tais critérios, embora constituindo uma derrota para os propósitos iniciais do PSD de designar funcionários da confiança governamental, não deixam de constituir um intolerável abuso e uma grosseira manipulação antidemocrática, com a indiscutível complacência do PS, que terá estabelecido um acordo com o PSD sobre esta matéria, bem evidenciado no facto de não ter votado contra o projecto de resolução apresentado pelo PSD.

Não há regras democráticas que possam explicar que o PSD, com a maioria em 116 municípios num total de 305, tenha ficado com seis membros do Comité das Regiões num total de doze e que a CDU, que tem a maioria em 49 (além de participar na maioria que governa Lisboa) tenha apenas um representante. Nada pode explicar igualmente que o PS tenha aceite, para retirar um representante à CDU, entregá-lo ao PSD, ficando com menos um membro do que o PSD, apesar de ter a maioria em mais 10 Câmaras do que este partido.

É incompreensível, por outro lado, que tenha sido desprezada a tomada de posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que se pronunciou a favor de critérios mais equitativos e despartidarizados e da participação dos Presidentes das Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto na representação portuguesa. O PCP lutará para que esta representação venha a ser assegurada no futuro, garantindo assim, em particular, a participação das áreas metropolitanas de Lisboa nesta instituição comunitária.

2. Apesar de justa indignação contra esta intolerável e antidemocrática manipulação, que afecta a representatividade dos membros portugueses do Comité das Regiões, o PCP entendeu proceder à designação do membro efectivo e do suplente que lhe foi atribuído, para não prejudicar as populações e, em particular, a luta pelo desenvolvimento regional equilibrado. Esta designação não envolve, porém, qualquer mudança de apreciação ou menor indignação quanto à deliberação tomada pelo PSD, com a cumplicidade do PS, nem o reconhecimento da represen-

tatividade dos membros portugueses no Comité das Regiões.

3. Nestes termos, foi hoje comunicada ao Governo a proposta de designação de João Saraiva como membro efectivo e de Pedro Canário como membro suplente do Comité das Regiões.

Autarcas designadas pelo PCP

João Carlos Durão Lopes Saraiva, 50 anos, casado, engenheiro agrónomo, membro do PCP, residente em Mora.

Exerceu os seguintes cargos:

— Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mora (1974/75);

— Presidente da Associação de Regantes do Vale do Sorraia (1975/76);

— Presidente da Câmara Municipal de Mora (1983/89);

— Membro efectivo do Conselho Geral da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses);

— Presidente do Conselho da Região da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo;

— Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República;

— Candidato nas listas da CDU às eleições para o Parlamento Europeu em 1989 e Assembleia da República (círculo eleitoral de Évora) em 1991;

— Adjunto do Presidente de Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa.

— Actual Presidente da Câmara Municipal de Mora.

Pedro Alberto Correia de Andrade Canário, 41 anos, casado, residente no Barreiro.

— Membro do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal;

— Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses na Comissão de Transportes do Conselho de Municipalidades e Regiões da Europa;

— Membro da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa;

— Foi membro da Assembleia Municipal do Barreiro;

— Presidente da Câmara Municipal do Barreiro desde 1990.

Castelo Branco CDU denuncia problemas com a água

A CDU, na última Assembleia Municipal do município de Castelo Branco, votou contra o aumento dos contadores da água por o considerar «socialmente injusto e pela qualidade do fornecimento da água não justificar tal medida».

No seu programa eleitoral, a CDU defendeu a divulgação dos resultados das análises de qualidade da água e a tomada de medidas em relação aos grupos de risco, com ampla publicidade das precauções a tomar. «Tal informação continua a ser sonegada à população, quando é sabido que muitos utentes se queixam que, para obter água mais límpida, têm de desperdiçar água mantendo as torneiras abertas para que esta saia menos barrenta, quando muitos consumidores têm de pagar para desentupir a canalização dos resíduos», afirma a CDU, que estranha e condena o aumento aprovado pela maioria PSD na Assembleia Municipal.

O aumento dos contadores da água para 850\$00 (ou seja mais 500\$00) «significam um aumento de milhares de contos no Orçamento, sendo uma medida que visa impor aos

consumidores a angariação de avultadas verbas para os Serviços Municipalizados de forma a colmatar o incumprimento orçamental da Câmara em 1993 e a dívida de 80 mil contos que a própria Câmara Municipal deve pelo fornecimento de água», acusa a CDU, que pormenoriza:

«Assim, no recibo emitido de dois em dois meses para cobrança, a verba habitual de 700\$00 referente aos contadores passará a ser de 1700\$00, e que em muitos casos é superior ao valor do consumo de água.»

Estas medidas contabilísticas para aumentar o Orçamento dos Serviços Municipalizados «visam alcançar verbas orçamentais que permitam recorrer a fundos comunitários, mas à custa dos utentes», acusa ainda a CDU, que condena tal actuação junto da opinião pública «como uma medida socialmente injusta, pior que o

aumento da água, dado que independentemente do consumo e de usufruir ou não uma magra pensão ou reforma, estar ou não desempregado, ter ou não um baixo salário, o aumento do contador é igual para todos».

Perante a insensibilidade

da maioria PSD que aprovou tal medida, «resta o protesto popular junto da Câmara e dos Serviços Municipalizados para que tal medida lesiva dos interesses da população possa ser revista o mais depressa possível», concluiu a CDU de Castelo Branco.

Tarouca está doente

Têm surgido vários casos de hepatite A, no concelho de Tarouca, ao mesmo tempo que mais 80% das águas públicas do concelho se apresentam impróprias para consumo, alerta a CDU local. Esta situação está a assumir a maior gravidade «e é do conhecimento das autoridades locais e distritais», sublinha a CDU, que acrescenta:

«Entretanto, o presidente da Câmara Municipal de Tarouca, numa forma irresponsável, apareceu na comunicação social minimizando o problema e mesmo um canal de televisão tratou o assunto na mesma linha de desvalorização da gravidade da situação.»

Segundo informação de última hora chegada à nossa Redacção, a CDU de Tarouca marcou para ontem uma conferência de Imprensa que prevê uma deslocação, ciceroneada pelos vereadores da Coligação Democrática Unitária na Câmara Municipal de Tarouca, «a alguns locais do Concelho onde se poderá observar com objectividade a verdade da situação».

O PCP e a CDU na constituição dos novos órgãos autárquicos

Como se assinalava na nota da Comissão Política do PCP que publicámos a semana passada, os eleitos comunistas sempre manifestaram total disponibilidade para o diálogo e o entendimento com os eleitos autárquicos de outras forças políticas, favorecendo, em cada caso, as soluções que melhor contribuam para garantir os interesses das populações. Trata-se de uma orientação desde há muito seguida pelo PCP e a CDU, com provas abundantes em todo o território nacional, seja em situação de maioria ou minoria.

Daí o absurdo da campanha desencadeada pelo PS, com a conivência de vários órgãos da Comunicação Social, no sentido de acusar o PCP e a CDU

de se «aliar» ao PSD, na presente fase de constituição dos órgãos autárquicos resultantes das últimas eleições. Trata-se de uma colossal distorção da realidade dos factos, eles sim, a demonstrar todos os dias que é o PS que continua a inviabilizar — salvaguardando honrosos casos onde o entendimento tem sido possível — diversos entendimentos propostos pela CDU, ora recusando linearmente o diálogo, ora procurando impor partilhas leoninas do poder e, em geral — e ele, sim — aliando-se indiscriminadamente com o PSD, apenas movido pela voracidade do poder e o anticomunismo obcecado, com evidente desprezo pelos interesses das populações. Os exemplos de que damos nota nesta página demonstram-no à evidência.

Marinha Grande Não há nem haverá coligação da CDU com o PSD

Face «ao desmesurado e artificial empolamento e as abusivas leituras e falsificações sobre a eleição da Mesa da Assembleia Municipal da Marinha Grande, a Comissão Concelhia do Partido Comunista Português tornou público um comunicado dirigido à comunicação social e ao povo do concelho e que citamos:

1. Não houve, não há e nem haverá qualquer coligação da CDU com o PSD.

2. As circunstâncias que levaram à constituição da Mesa da Assembleia Municipal por um membro do PSD (Presidência) e dois membros da CDU (1.º e 2.º secretários) assentou nas mesmas razões, meramente locais, que os próprios socialistas invocaram e que levaram, no mandato anterior quando a CDU detinha a presidência da Câmara, ao acordo pontual entre o PS e o PSD, visando garantir um certo equilíbrio de poderes e a necessária isenção do órgão fiscalizador da actividade do executivo.

3. Acresce ainda, ao contrário do que tem sido a prática da CDU, nomeadamente no último mandato, que tem tomado a iniciativa de dar a primazia ao diálogo e entendimento com o Partido Socialista de forma a encontrar os necessários equilíbrios e a cooperação institucional que sempre se impõe, o PS, numa atitude de arrogância e com nítidos propósitos de hegemonizar todos os órgãos da autarquia, não deu a mínima possibilidade de se encontrarem soluções consensuais. Além disso, o candidato proposto pela lista do PS não dava garantias mínimas de isenção e imparcialidade, como tem sido demonstrado pelas suas posições públicas, para a condução dos trabalhos de uma Assembleia pluripartidária e a quem cabe um papel fundamental na representação dos interesses das populações do concelho.

4. As extrapolações abusivas e as persistentes campanhas difamatórias não nos desviarão do necessário combate à nefasta política do Governo PSD, à denúncia das convivências do PS, essas sim, que em questões fundamentais de regime e em matéria política de fundo não salvaguarda os interesses da população.

5. O PCP/CDU reafirma, independentemente da conduta sectária que desde já o PS dá mostras, que pautará a sua acção nos órgãos municipais por uma atitude construtiva de apoio às medidas que sirvam os interesses da população e do concelho, mas denunciando e recusando o que aqueles interesses for contrário.

Em Beja... não aceitam pelouros

Em nota divulgada anteontem, a Comissão Concelhia de Beja do PCP veio manifestar publicamente o seu apreço «pela extraordinária e entusiástica participação dos activistas da CDU na campanha eleitoral», e realçou «o importante contributo da

juventude, que se traduziu numa bem expressiva vitória da Coligação Democrática Unitária, que registou uma importante subida eleitoral, atingindo 46 por cento dos votos expressos».

A propósito da distribuição dos pelouros na vereação eleita, a Comissão Concelhia de Beja do PCP esclarece:

Na Câmara Municipal de Beja, a CDU colocou à disposição dos eleitos do PS e do PSD pelouros de grande importância e responsabilidade, como Educação e Acção Social, Ambiente e Trânsito. Foi ainda colocado à disposição deste eleitos, um lugar na Administração dos Serviços Municipalizados, que poderia ser a própria Presidência, bem como dois lugares a meio tempo na Vereação.

A Comissão Concelhia de Beja do PCP denuncia que, ao contrário das posições assumidas no decurso da campanha eleitoral, nem o PS nem o PSD aceitaram qualquer pelouro no actual Executivo da CMB. É um acto que consideramos grave, pois constitui a quebra de um compromisso que havia sido assumido com o eleitorado do concelho.

É preciso denunciar ainda que o PS, que de forma demagógica se quer apresentar como alternativa ao PSD, em termos nacionais, nas freguesias de S. João Batista, Salvador, Santa Maria e S. Matias, votou juntamente com o PSD, aliando-se a nível local àqueles que diz combater em termos nacionais, e votando com o PSD contra a CDU.

Pontinha Um esclarecimento da CDU

A Coligação Democrática Unitária da Pontinha achou necessário publicar uma nota visando esclarecer a população sobre a distribuição de pelouros na respectiva Junta da Freguesia. Com data de sábado passado, eis o resumo da referida nota:

1. A CDU foi a força mais votada (tendo aumentado em votos) na Freguesia tendo ganho a presidência da Junta de Freguesia. No entanto, tal como afirmámos no decorrer da campanha eleitoral, considerámos que deveríamos estabelecer diálogo com todas as forças políticas que tinham eleito representantes para a Assembleia de Freguesia, ou seja, o PS (7 representantes), o PSD (4 representantes).

2. Do diálogo estabelecido verificou-se que era impossível para a CDU aceitar a proposta do Partido Socialista que pretendia ficar com os Pelouros mais importantes da Junta de Freguesia, — Cultura, Desporto e Tempos Livres / Actividades Económicas / Educação, Ensino, Escolas / Gestão de Pessoal e Financeira, o cargo de Tesoureiro e o de Presidente da Assembleia de Freguesia. Ou seja, o Partido Socialista pretendia que quem ganhou as eleições (CDU) ficasse com os Pelouros menos importantes e que, quem perdeu as eleições (PS) ficasse com os Pelouros mais importantes.

3. Apesar de não termos chegado a acordo com o PS, na tomada de posse da Assembleia de Freguesia procurámos encontrar uma solução que permitisse a todos os Partidos em

quem a população votou na freguesia e que elegeram representantes, tivessem representação na Junta de Freguesia.

Tendo sido apresentadas 3 listas, uma da CDU, uma do PS e uma do PSD, o resultado obtido permitiu eleger 3 vogais da CDU, 3 vogais do PS e 1 vogal do PSD.

4. A CDU não tem acordo com qualquer um dos Partidos (PS e/ou PSD) e continua disponível para o diálogo, procurando as soluções mais ajustadas que, com respeito pelos resultados eleitorais, possibilitam o desenvolvimento do trabalho e a defesa dos interesses da população da Freguesia.

Freguesia da Verderena PS e PSD juntos para alterar resultados

Na Freguesia de Verderena, no Concelho do Barreiro, o PS aliou os seus cinco mandatos aos dois mandatos do PSD e produziu um fenómeno: alterou os resultados eleitorais, retirando à força vencedora, a CDU (que obteve seis mandatos), os lugares a que tinha direito nos órgãos autárquicos da Freguesia! Eis o comunicado onde a CDU denuncia a situação.

No acto eleitoral do passado dia 12 de Dezembro, a força política mais votada foi a CDU.

No contexto da votação expressa, a constituição da Assembleia de Freguesia é a seguinte:

— 6 mandatos CDU; 5 mandatos PS; 2 mandatos PSD.

Antes da tomada de posse, que ocorreu no dia 6, eleitos CDU, numa atitude de diálogo que nos é própria, desenvolveram contactos com eleitos PS e PSD, no sentido de criar condições para que os Órgãos Autárquicos pudessem vir a ser constituídos de acordo com o sentido de voto expresso, pela maioria dos eleitores da Freguesia.

Infelizmente, o PS aliado ao PSD, votaram uma constituição para os Órgãos Autárquicos que em nada os dignifica, já que esta sua aliança deixou a CDU — força maioritária em votos expressos — em minoria na Junta de Freguesia e na Mesa da Assembleia de Freguesia, onde os cargos se distribuíram da seguinte forma:

Junta de Freguesia: Presidente CDU; 2 eleitos PS; 2 eleitos PSD.

Mesa da Assembleia de Freguesia: 2 eleitos PS; 1 eleito CDU.

De referenciar que a Presidência da Junta, neste quadro de aliança antidemocrática, foi assegurada porque a própria lei eleitoral define que a presidência da Freguesia é assumida pela força política mais votada.

A verdade é que houve uma aliança política e «acordos de gabinete» que viabilizaram uma constituição dos Órgãos Autárquicos, que como referenciamos não corresponde, de facto, à intenção de voto da maioria da população da Freguesia da Verderena.

Alverca Inviabilizada

1. Na sequência das eleições autárquicas de 12 de Dezembro,

tomaram posse os eleitos, no passado dia 5 de Janeiro, tendo os órgãos autárquicos de Alverca — Mesa da Assembleia de Freguesia a Junta de Freguesia, ficado com a seguinte composição:

Junta de Freguesia: Presidente CDU; vogais: três CDU mais um PSD.

Mesa da Assembleia de Freguesia: Presidente PSD; 1.º e 2.º secretários CDU.

Os resultados eleitorais para a Assembleia de Freguesia de Alverca foram os seguintes:

CDU	5 006	42,6%	6 eleitos
PS	4 005	34,1%	5 eleitos
PSD	1 980	16,8%	2 eleitos
MPT	400	3,4%	

Os resultados obtidos são uma clara vitória eleitoral da CDU e expressam a confiança renovada da população no trabalho que estamos a realizar em Alverca e no concelho de Vila Franca de Xira.

2. A CDU sempre teve como orientação geral nas autarquias, não privilegiar nem marginalizar ninguém, procurar o diálogo e o entendimento com outros eleitos e favorecer, em cada caso, as soluções que melhor contribuam para garantir os interesses das populações.

Em Alverca, de acordo com tal orientação, foi encetado o diálogo, primeiro com os eleitos do PS e posteriormente com os eleitos do PSD.

Os eleitos do PS propuseram a participação de dois membros seus na Junta de Freguesia (sendo um o Tesoureiro) e a presidência da Assembleia de Freguesia. Por considerar esta pretensão exagerada, a CDU comunicou aos eleitos do PS que aceitaria a participação de dois membros seus na Junta de Freguesia, mas nesse caso, o Presidente da Assembleia de Freguesia não deveria ser do PS.

A resposta final dos eleitos do PS foi sempre a mesma (dois vogais na Junta e a presidência da Assembleia de Freguesia), pelo que não houve acordo.

É completamente falso que a CDU tenha chegado a qualquer «plataforma de acordo» com o PS.

3. Ao chegar ao entendimento com os eleitos do PSD para a composição dos órgãos autárquicos, a CDU fê-lo com a convicção de que esta é uma solução responsável que permite dotar a freguesia duma gestão eficaz na defesa dos interesses da população e para a continuação do projecto de desenvolvimento de Alverca.

4. O PS/Alverca, talvez inspirado pelas recentes posições da sua Direcção Nacional quanto à política de alianças, é o único responsável pela inviabilização do entendimento com a CDU e revelou, com a sua tomada de posição pública, que tinha como preocupação principal a ocupação de lugares nos órgãos autárquicos e não a busca de um entendimento com a CDU, aceitável para ambas as partes.

Só é «insólito» para o PS o facto da CDU alcançar entendimentos com eleitos de outras forças políticas. A realidade do poder local mostra numerosos exemplos onde a CDU chega a entendimentos, para servir as populações, com eleitos de outras forças políticas, quer em situações de maioria, quer de minoria.

Alhandra O boicote PS/PSD

A Assembleia de Freguesia de Alhandra, no Concelho de Vila Franca de Xira, está impedida de funcionar por um boicote articulado entre o PS e o PSD. Eis o relato da CDU local:

Quando a presidente da Assembleia de Freguesia cessante procedia à instalação dos novos membros eleitos, verificou-se que o cabeça de Lista do PSD, José Manuel Soares Peniche não estava presente, pelo que, não tendo sido instalado não poderia ser substituído, uma vez que na acta de apuramento geral da Freguesia de Alhandra não constavam outros nomes de eleitos pelo PSD para além do que faltou e do que foi instalado.

A iniciar-se a primeira reunião da Assembleia de Freguesia, presidida, nos termos da Lei, pelo cabeça de lista da CDU e actual presidente da Junta, António Primavera, os cinco membros do PS e o membro do PSD anteriormente instalados abandonaram a mesma, invocando como razão a não substituição do José Manuel Peniche.

Impossibilitado o funcionamento da primeira Assembleia de Freguesia por falta de quórum, o PS e o PSD não permitiram que fossem eleitos os quatro vogais da Junta de Freguesia e a mesa da Assembleia de Freguesia.

Perante a situação criada e a fim de não permitirmos que da mesma decorram prejuízos para a população de Alhandra, a Junta de Freguesia actual continuará a funcionar até que estejam reunidas as condições para a eleição da próxima junta. Hoje mesmo foi solicitado à Comissão Nacional de Eleições os esclarecimentos indispensáveis à superação agora criada pelo PS e pelo PSD.

Figueiró do Campo CDU trabalha apesar da arrogância PS

«A CDU - Coligação Democrática Unitária, de Figueiró do Campo, reunida no dia 8 do corrente, para fazer o balanço dos resultados das eleições Autárquicas, considerou que os seus 3 eleitos na Assembleia de Freguesia (Joaquim Vaz, António Garrido e Tozé Malhão), entre os 9 membros que a compõem, vão aí trabalhar para procurar as melhores soluções para os problemas da Freguesia, dentro das possibilidades do número dos seus eleitos», afirma a CDU local, que prossegue:

«O Partido Socialista, sectariamente, formou o Executivo da Junta de Freguesia apenas com elementos socialistas, mostrando, assim, pouco espírito de abertura e pluralismo democrático, já que o que está em causa nestas eleições, são os problemas das nossas terras e as melhores soluções para os mesmos.

«Foi considerado igualmente, como ilegal, o facto de ainda não estar aprovado o Plano de Actividades para 1994, que deveria ter sido aprovado no passado mês de Dezembro, cuja legalidade deverá ser rapidamente reposta.»

Lei das propinas é errada e sem fundamento

Associações académicas querem justiça

As associações académicas do Ensino Superior aprovaram no passado domingo uma proposta onde reiteram posições anteriores, considerando que a Lei das Propinas é «injusta, errada e sem fundamento». A proposta das associações académicas que foi discutida e aprovada no âmbito do Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), promovido este ano em Vila Real pela Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AA-UTAD), sublinha que a nova posição do Ministério da Educação «não mudou no essencial».

Os estudantes salientaram que os princípios da Lei 20/92 - Lei das Propinas - levam a que haja não só mais estudantes a pagar, como também implica um aumento das próprias receitas.

O documento observa ser incoerente que as associações académicas se pronunciem sobre as propostas da ministra da Educação por discordarem do essencial, salientando que as novas

posições «surgem como alterações puramente superficiais».

As associações académicas vincaram as posições tomadas no último encontro realizado na Universidade Técnica de Lisboa relativamente à Lei das Propinas e, nomeadamente, quanto à sua revogação.

Entretanto, Rui Santos, porta-voz da AA-UTAD, promotora desta iniciativa, disse à agência Lusa que, na prática, a Lei das Propinas passa da sua fórmula de quatro escalões para três mantendo os erros básicos, pois «assenta da mesma forma no modelo do IRS, com um

complemento no escalão de isenção apenas concedível juntamente com os mecanismos de acção social escolar».

Segundo aquela agência noticiosa, a mesma fonte acrescentou que, a ser assim, a lei implicaria, num segundo escalão, a existência de um número muito maior de alunos pagantes, atingindo aproximadamente 70 por cento dos matriculados no Ensino Superior.

Acentuou, em consequência, que «o ENDA não aceita este tipo de proposta, por conter os mesmos erros que o Ministério da Educação vem perfilhando».

Por sua vez, a Associação de Estudantes da Universidade do Algarve afirmou que se recusa a discutir com a Comissão Parlamentar da Educação a regulamentação

da Lei das propinas, por a considerar injusta e inoportuna.

Em declarações prestadas na semana passada à agência Lusa, o presidente daquela associação estudantil argumentou não fazer sentido «discutir uma lei que consideramos injusta e lesiva dos interesses dos estudantes», sublinhou Ernesto Jardim, acrescentando que a Associação de Estudantes da Universidade do Algarve estaria presente na Comissão Parlamentar para discutir pontos que considera mais importantes, «mas nunca a regulamentação vetada pelo Presidente da República».

Jardim revelou estar agendada para ontem, quarta-feira, uma reunião geral dos alunos da universidade do Algarve a fim de ser feita

uma análise de pormenor, visando encontrar um sistema alternativo à lei 20/92.

Para os estudantes daquela universidade, a questão de fundo não é pagar propinas, «mas sim a forma e o sistema como as vamos pagar».

A proposta dos estudantes é de que a Lei seja anulada e passe para uma forma mais «lógica e justa».

Dão como exemplo o sistema de «propina única» para todas as universidades, tal como defendem as restantes associações do País. Aponta ainda outra forma como a do pagamento de propinas no fim do curso, quando os estudantes já desenvolvam actividade profissional. A Associação de Estudantes da Universidade do Algarve representa cerca 6500 alunos.



Os estudantes mantêm as suas reivindicações acerca das propinas

Hemodialisados não esquecem tragédia de Évora

A Associação Portuguesa de Insuficientes Renais (APIR) apelou na segunda-feira à Ordem dos Médicos para não deixar «abafar a tragédia» da morte dos 22 hemodialisados do Hospital de Évora.

Em conferência de imprensa, Vítor Simões, da APIR, anunciou as decisões tomadas domingo numa reunião da direcção da associação para analisar a situação em que se encontra o caso dos 22 insuficientes renais crónicos falecidos na sequência da intoxicação alumínica no hospital distrital de Évora.

A APIR considerou que, «após ter expirado o prazo necessário para apurar o resultado das autópsias, é incompreensível e inaceitável que ainda não tenha sido tornado público o relatório do inquérito do Ministério Público».

«Hoje, passados mais de nove meses, após ter sido conhecida publicamente esta tragédia, é inadmissível que ainda não tenham sido declarados culpados os responsáveis

por tão grosseira violação ao direito à vida de mais de duas dezenas de insuficientes renais crónicos», considera a APIR num documento divulgado.

A associação estranha ainda que, após «dois ou três meses de suspensão», os únicos visados, nomeadamente João Aniceto, tenham regressado ao

de um Fundo Social de Apoio permanente aos familiares dos insuficientes Renais Crónicos falecidos, que viviam em comunhão de bens, como forma de atenuar as graves dificuldades que os mesmos atravessam.

A APIR pretende ver atribuídas indemnizações condignas aos familiares dos falecidos e a



As vítimas da hemodálise não são esquecidas pelos eborenses

seu serviço, sem serem conhecidas as conclusões do inquérito da Procuradoria-Geral da República.

A direcção da APIR decidiu, domingo, manter a exigência da demissão imediata de todo o Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora.

Reivindica ainda a publicação imediata do Relatório de Inquérito da Procuradoria-Geral da República e a criação

todos os atingidos pela contaminação no Serviço de Hemodálise do HDE.

A direcção da APIR decidiu pedir entrevistas ao Procurador-Geral da República, Provedor da Justiça e Ministro da Saúde para esclarecimentos sobre o desenvolvimento deste caso e vai enviar exposições ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Presidente da Assembleia da República.

38 mil imigrantes ainda por legalizar

O Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas preconiza a abertura de um processo de «regularização especial» para legalizar «os milhares de estrangeiros» que continuam a residir ilegalmente em Portugal.

Numa nota hoje divulgada à imprensa pelo Gabinete de Comunicação Social do município lisboeta, o Conselho, que se reuniu na passada semana, manifesta «profunda preocupação» pelo número de cidadãos, «cerca de 38 mil», cuja situação não foi possível legalizar.

A maioria dos cidadãos estrangeiros em situação irregular a residir em Portugal é oriunda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) e do Brasil.

O Conselho que integra associações representativas das diferentes comunidades, analisou a situação decorrente da regularização extraordinária dos imigrantes a residir em Portugal e a forma como a actual Lei dos Estrangeiros tem vindo a ser aplicada, bem como a

situação de todos os cidadãos a quem foi concedida autorização de residência durante o processo de legalização.

A autorização é apenas concedida por um ano e a sua prorrogação tem de ser requerida no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras até

45 dias antes de caducar o prazo.

«O Conselho está particularmente preocupado com o facto de existirem muitos cidadãos que ainda não quiseram a prorrogação e que, em breve, voltarão, face à Lei, a poder ser considerados ilegais», alerta a nota.

MDM Sida não se resolve com bordéis

O MDM veio a público manifestar «perplexidade e repúdio» pelas declarações de José Luís Judas ao semanário «Expresso». Segundo o Movimento Democrático de Mulheres «o combate à Sida não passa por arrigimentar mulheres que pelas mais diferentes razões foram forçadas a prostituírem-se, não se combatem calamidades agravando situações já por si calamitosas. O MDM conclui por isso que «defender a abertura de bordéis como solução para acabar com a Sida é estar, na prática, a legalizar a prostituição».

O movimento considera que «se a propagação da sida passa pela prática da prostituição, então combata-se a prostituição, criando estruturas para a reintegra-

ção das mulheres prostitutas à nível nacional, regional e local, combatendo as redes de proxenetismo».

A nota divulgada à imprensa, na passada segunda-feira, adianta ainda que «o combate à Sida passa também pelo combate à prostituição, que se deve a causas económicas, sociais e culturais, que não podem nem devem ser ignoradas pelos poderes políticos, nacionais e locais».

Por último, o comunicado do MDM refere que «o combate à Sida passa por medidas bastante mais vastas e não se reduz às questões da prostituição - não se usem as(os) prostitutas(os) como bodes expiatórios de uma realidade social de que são as primeiras vítimas».

UCNOD promove colóquio em Março

A União Coordenadora Nacional dos Organismos Deficientes (UCNOD) decidiu realizar em Março próximo um colóquio sobre Direitos Humanos dos Deficientes. A decisão foi confirmada na última reunião da direcção executiva daquela estrutura representativa das associações de deficientes, que ocorreu no passado dia oito e analisou a situação social dos deficientes portugueses, verificando «que continua a degradar-se», segundo se afirma num comunicado divulgado após a referida reunião.

A UCNOD analisou igualmente a sua estrutura interna, e decidiu proceder a algumas mudanças de forma a «adaptar-se a novas situações, nomeadamente em relação às novas delegações criadas e a criar». Por outro lado foi mandatado um grupo de trabalho para iniciar o estudo do END/94 em Beja.

Congresso «Portugal: que futuro?»

Um apelo à participação dos cidadãos

Um grande número de personalidades esteve presente na passada sexta-feira na apresentação do manifesto que sustenta as razões da realização nos próximos dias 8 e 10 de Março do Congresso «Portugal: que futuro?»: membros das direcções de vários partidos (PCP, PS, PEV, UDP, entre outros), de várias associações e movimentos políticos, centrais sindicais, Ordens (advogados e médicos), organizações profissionais, e também deputados, militares de Abril, médicos, professores, cientistas, escritores, jornalistas e outras destacadas personalidades da vida política, social e cultural do país. Prevista esteve a presença de dirigentes dos movimentos estudantil, mas àquela hora os jovens universitários tiveram de dar prioridade a uma reunião com a nova ministra da Educação sobre o problema das propinas universitárias.

Entre essas personalidades estava o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas que, questionado por vários jornalistas, justificaria a sua presença por pensar que este Congresso poderá ser importante para que «a sociedade civil possa reflectir, possa apresentar questões e apre-

sente propostas de soluções que tracem um rumo possível para o nosso país».

O prazo para as inscrições no Congresso termina a 28 de Fevereiro. Antes será publicado em dois jornais diários de grande circulação um encarte com o manifesto divulgado na sexta-feira e as fichas de inscrição que asseguram a participação na iniciativa. Estão inumerados, a título meramente indicativo, um conjunto de seis temas e um total de 26 subtemas para discussão entre os participantes, que começarão a ser debatidos já a partir de Março próximo, numa iniciativa para a qual serão convidados órgãos de comunicação social, comentadores políticos e outras individualidades. Solicita-se aos que pretendem participar no Congresso a entrega de comunicações escritas, que serão debatidas e posteriormente publicadas e vai concretizar-se um conjunto de debates a nível regional cujo resultado será outro contributo a enviar para a FIL.

Estas informações foram divulgadas pelo comandante Gomes Motta, coordenador do secretariado executivo da Comissão Organizadora do Congresso, que leu o manifesto e respondeu às ques-

tões postas pelos jornalistas, tendo oportunidade para sublinhar que este movimento de opinião que desencadeou o processo de organização do Congresso «Portugal: que futuro?», «não pretende fazer qualquer tipo de concorrência, aos partidos existentes ou movimentações ou associações políticas criadas ou a criar», sendo antes um grupo de cidadãos que, segundo diz o próprio manifesto, «pretende que os actuais partidos funcionem com transparência, democraticidade e eficácia».

«A história deste Congresso tem meses», diria Gomes Motta, em resposta a uma pergunta sobre a ligação desta organização e as últimas eleições autárquicas: «o nosso campo não é o terreno eleitoral. Isto é um Congresso de ideias onde pretendemos ver discutido o futuro de Portugal e não qualquer assunto que tenha a ver com resultados ou estratégias eleitorais». Questionado sobre se estaria a colocar em causa a capacidade dos partidos em protagonizar esse tipo de discussão, o coordenador do secretariado executivo do Congresso negou a hipótese, reafirmando a importância e o papel dos partidos, que qualificou de

«essenciais para a democracia», afirmando estarem os promotores desta iniciativa «ao lado dos partidos políticos na mesma ideia e ambição de fazer com que a sociedade civil seja mais viva e se pronuncie mais acerca dos problemas do país».

Outra pergunta colocada durante esta conferência de imprensa foi sobre se também personalidades do PSD e do CDS teriam sido convidados para a apresentação do manifesto e para a realização do próprio Congresso. Gomes Motta respondeu afirmativamente, sublinhando o carácter individual de todos os convites enviados a pessoas ligadas aos mais diversos quadrantes políticos. Em comentário às declarações do secretário-geral do PSD, Nunes Liberto - que criticou duramente a iniciativa -, Gomes Motta disse que «talvez por isso» as individualidades do PSD convidadas não tivessem marcado presença na apresentação do manifesto. O comandante lamentou a interpretação dada por aquele responsável partidário às intenções dos promotores do Congresso «ainda antes de conhecer o manifesto e lendo apenas algumas notícias na comunicação social».



Inúmeras personalidades da vida pública nacional estiveram na apresentação do manifesto «Portugal: que futuro»

Finalmente responderia sobre um alegado «desagrado» do secretário-geral do PS, António Guterres, perante a realização do Congresso, ao anunciar que a sua falta na apresentação do manifesto se deveu à presença na tomada de posse de presidente da Assembleia Municipal do Fundão, para que foi eleito, e ao ler uma mensagem daquele líder partidário onde se afirma «a profunda satisfação por esta

iniciativa de debate sobre os problemas do país».

No final, Gomes Motta qualificou de «alguma exploração abusiva» o facto de certa comunicação social ligar directamente a realização desta iniciativa à figura do Presidente da República anunciando que a Comissão Organizadora vai solicitar, oportunamente, a Mário Soares, o patrocínio deste Congresso, mas ignorar qual será a sua resposta ao pedido.

«Democracia de sucesso?»

O manifesto lido na sessão de apresentação do Congresso «Portugal: que futuro?» começa por enumerar os «sinais de crise» que hoje se sentem em Portugal em contraste com o «oásis» com que chegou a ser apontado o nosso país: «crescimento zero, se não, mesmo negativo»; «destruição de parte do sistema produtivo»; «desordem do sistema educativo» que «deixou de ser uma prioridade nacional»; «desapego pelos valores culturais, a falta de apoio à investigação científica»; «incúria na preservação do património» e «ausência de uma estratégia correcta de defesa da língua coexistem com obras de fachada» são expressões que se encontram no documento que ainda refere a gravidade das situações vividas em sectores como a justiça, saúde ou segurança social e sublinha o «regresso dos salários em atraso, os contratos a prazo e o desemprego».

«Falou-se, com arrogância, em «democracia de sucesso». Sucesso em quê?», questiona o manifesto que fala em crescimento da «sobranceria do poder» e dos «comportamentos autoritários»; esvaziamento no «parlamento da sua competência fiscalizadora»; partidarização do aparelho de Estado; tentativas de manipulação da Comunicação Social; «incompetência e corrupção» com ilegalidades que, apesar de denunciadas «não são averiguadas nem corrigidas».

Um «neo-situacionismo» a que falta participação e debate e que gera entre os portugueses «inquietação e insegurança». Razões para o grupo de cidadãos que forma a Comissão Organizadora deste Congresso lançar esta iniciativa de debate, aberto a todos os que nele desejem participar, para «procurar linhas de orientação a longo prazo que permitam definir os desafios, as alternativas, os caminhos para os vencer ou para as aplicar, os sacrifícios que implicarão».

Integram a Comissão Organizadora deste Congresso as seguintes personalidades: Álvaro Veiga de Oliveira, António Alçada Baptista, António Dias da Cunha, António Galhordas, Augusto Santos Silva, Carlos Baral, Carlos Monjardino, Carlos Santana-Maia, Clara Meneres, David Mourão-Ferreira, Frederico de Carvalho, Guilherme Oliveira Martins, Guilherme Palma Carlos, Helena Cidade Moura, Helena Roseta, Henrique Medina Carreira, Humberto Chaves Rosa, Idalina Salgueiro, Joaquim Romero Magalhães, José Gomes Motta, José Valente, Júlio Castro Caldas, Manuel Vila-verde Cabral, Mário Ruivo, Miriam Halpern Pereira, Rosalina Tavares Machado, Rui Feijó, Vasco Lourenço, Victor Cunha Rego e Victor Ramalho.

CNA protesta

Região do Vinho Verde só para grandes produtores

«A Comissão de Vitivinicultura da Região do Vinho Verde (CRVV) e o Ministério da Agricultura continuam a actuar de forma gravemente lesiva para os interesses dos lavradores e da Região Demarcada dos Vinhos Verdes», afirma, em comunicado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que se solidariza com a recente posição tomada pelas adegas cooperativas que acusam a CRVV e o Ministério de «estarem ao serviço de alguns engarrafadores» e diz estar disposta «a encerrar com os vitivinicultores e o movimento cooperativo da região todas as formas de acção» para a resolução do problema.

A posição é tomada em função «dos atrasos na autorização de «manifestos» para a circulação e comercialização dos vinhos» daquela região e «as imposições das graduações naturais mínimas de oito graus e meio para os brancos e nove graus para os restantes» (sendo para a região de Monção ainda mais altos, o que a CNA considera serem «medidas desadequadas e com objectivos inconciliáveis que, além do mais, não tem em conta uma campanha de fraca produção».

A nota da CNA acusa os responsáveis governamentais e alguns interprofissionais de tentar justificar estas posições através das regras comunitárias existentes para o sector vinícola

mas, «foram os senhores governantes que negociaram mal o Tratado de Adesão à Comunidade, e em particular o seu artigo 341, onde cederam perante a CEE». A CNA sublinha no entanto que, apesar disso, a CEE «autoriza a fabricação e comercialização de grandes contingentes de vinho com graduações naturais de apenas quatro e cinco graus na Alemanha, França, Luxemburgo e mesmo Itália».

A CNA refere ainda a legislação nacional (nomeadamente o decreto-Lei 10/92 e a Portaria 802/93) que «vem regulamentar e até agravar tais imposições» e acusa o Ministério e a CRVV de, em Outubro de 92 terem andado «a cozinhar uma proposta de alteração aos estatutos desta Região Demarcada em que se pretende retirar aos lavradores e às adegas a designação de Vinho Verde para os seus vinhos VQPRD que passariam, apenas, a terem designações regionais genéricas».

Segundo a Confederação, «a denominação de Origem Controlada - Vinho Verde, passaria, então, só para alguns produtores e engarrafadores», enquanto que no que diz respeito ao enriquecimento das massas vnicas através de mostos concentrados, «apenas uma minoria dos (grandes) produtores - aqueles que têm um mínimo de 70 pipas - é que está a ter acesso a esse benefício».

Seca ainda é problema

A Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo (AABA) exigiu o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado relativos à nova Política Agrícola Comum (PAC) e aos subsídios para a seca.

Em comunicado, a associação refere que «começa a esgotar-se a paciência dos agricultores» e exige «uma resposta urgente do Governo, que resolva o pagamento dos compromissos assumidos pelo Estado».

Segundo a AABA, «as promessas feitas pelo Instituto de Garantia Agrícola (INGA) de pagamento das ajudas, até 31 de Dezembro de 1993, não foram cumpridas», enquanto o IFADAP «está atrasado na aprovação das propostas de desendividamento dos agricultores».

Os agricultores do Baixo Alentejo afirmam não aceitar mais «a desculpa de que se trata do primeiro ano da aplicação da nova PAC», e sublinham o facto de «não se poder admitir que pelo não pagamento do que lhes é devido, não possam os agricultores pagar o que devem aos seus fornecedores».

A AABA refere ainda que «os agricultores foram forçados, no final de 1993 e no começo de 1994», a pagar os empréstimos que contraíram para enfrentar as duas secas e intempéries «aos valores negociados nos últimos cinco anos».

INTERNACIONAL

Chiapas

Diálogo contra repressão

O levantamento camponês de Chiapas parece estar neste momento a evoluir para uma solução negociada de um conflito que radica nas miseráveis condições de vida impostas às populações indígenas do México.

Samuel Ruiz, bispo de San Cristobal de las Casas, a segunda cidade do Estado de Chiapas, aceitou a proposta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) para mediar o conflito. Ruiz manifestou entretanto o desejo de que Rigoberta Menchu, Prémio Nobel da Paz de 1992, participe igualmente nesta tarefa.

Os dirigentes do levantamento tinham proposto negociações públicas, atra-

vés de cartas a publicar na imprensa, mediadas nomeadamente por Samuel Ruiz e Rigoberta Menchu.

Prossegue entretanto nas montanhas de Chiapas a perseguição aos camponeses revoltados. Perseguição para que o governo de Salinas de Gortari mobilizou mais de 12 mil soldados apoiados por tanques, aviões e helicópteros que patrulham toda a zona.

Simultaneamente, as autoridades mexicanas impediram a livre circulação de jornalistas na zona, provocando um total hermetismo e desinformação em torno dos acontecimentos. Os jornalistas em serviço na zona exigiram das autoridades o respeito pelo seu trabalho e garantias para se

deslocarem às zonas de conflito, o que foi recusado.

O exército mantém o cerco total a Ocosingo e fechou todos os acessos. A Cruz Vermelha só transporta feridos civis a pedido dos militares.

Domingo passado, vinte organizações indígenas e camponesas de Chiapas exigiram a desmilitarização do Estado, a suspensão do bloqueio das estradas, negociações para o fim do conflito e o respeito pelos direitos da população civil.

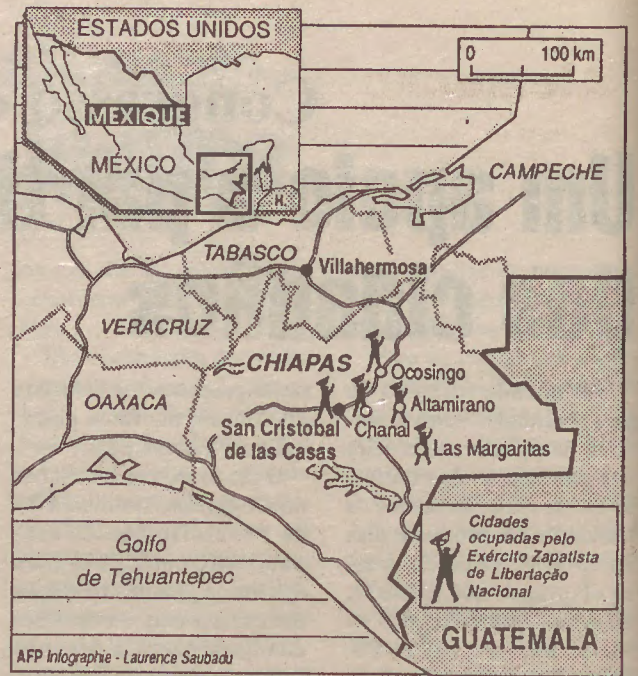
Ao longo de todo este processo, a aposta do governo tem sido na mais brutal repressão.

Foi em Ocosingo, onde se encontram as ruínas maias de Bonampak, que se registaram os mais violentos confrontos. A zona de San Cristobal de las Casas, onde vivem cerca de 600 000 índios tzotziles, foi por várias vezes bombardeada por helicópteros. Numa conferência de imprensa realizada há dias, o bispo Samuel Ruiz denunciou a existência de numerosas vítimas (a Igreja fala de 400 mortos), prisões e execuções, não confirmadas oficialmente. E considerou mesmo indispensável a presença de observadores internacionais.

Os confrontos actuais vêm na sequência de idênticos acontecimentos em Maio de 1992. E traduzem a gravidade dos problemas subjacentes, que a

repressão não poderá calar.

Em Maio de 1992, o diário "La Jornada" referia confrontos entre o exército e grupos armados na região de San Cristobal de las Casas, no Estado de Chiapas. Então o exército bombardeou algumas zonas deste Estado do Sul, o mais miserável do México. Por essa mesma altura, o semanário "Proceso" noti-



Centenas de mortos é o balanço da repressão, pelo exército mexicano, da revolta camponesa

Terras espoliadas

Numa série de reportagens realizadas em Julho passado, o diário mexicano "La Jornada" referia um projecto turístico "Mundo Maia", que visava, com a participação de diferentes governos e da iniciativa privada, o desenvolvimento do turismo nas regiões maias do México, Guatemala, Belize, Honduras e El Salvador. Em 1991, a Comunidade Europeia investiu cerca de um milhão de dólares no transporte aéreo e construção hoteleira.

As decisões foram tomadas à margem das comunidades indígenas, numerosas nesta região, em flagrante violação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribos nos países independentes. Uma convenção assinada em 1990 pelo México.

Esta convenção exige "o respeito pelas culturas, formas de vida e organização e instituições tradicionais dos povos indígenas", tal como "a efectiva participação destes povos nas decisões que lhes dizem respeito".

No seu artigo 7º, a convenção afirma que "os povos interessados deverão ter o direito de decidir das suas próprias prioridades em tudo o que se refere ao processo de desenvolvimento, na medida em que tal afecta as suas vidas, as suas crenças, as instituições, o seu bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou utilizam, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento, económico, social e cultural".

Entretanto, em Palenque, no Estado de Chiapas, os homens de negócios começaram a comprar parcelas de terra próximas das ruínas, nas terras comunitárias de Cascada, nas bordas de uma das últimas florestas virgens do país.

A comunidade indiana não foi consultada, e os pedidos de negociação das dívidas contraídas com a compra de gado ou a concretização de projectos de produção ficaram sem resposta.

Em contrapartida, a administração agrária apareceu para incitar à venda de parcelas de terra no quadro da alteração do artigo 27 da Constituição.

A Assembleia da comunidade índia da região decidiu não vender. "Os ricos querem tudo o que nós aqui temos. De outros países vem gente para gozar de tudo isto e nós acabaremos por ser tratados como lixo, e os nossos filhos não passarão de criados. Não queremos que venham invadir o que os nossos antepassados nos legaram. Não queremos vender. Temos necessidade de terras para cultivar com os nossos filhos".

As comunidades índias não querem que as suas terras sejam saqueadas, como tem acontecido, e conhecem os interesses alheios em torno das ruínas ainda existentes nas suas terras, e das florestas que ao longo dos séculos souberam proteger.

Entretanto há dinheiro para a construção de estradas e hotéis, para o desenvolvimento turístico, mas não para os projectos de conservação do meio e de desenvolvimento avançados por muitas comunidades.

Palestina

OLP e Israel – reinício do diálogo

Recomeçaram em Taba, no Egípto, as negociações entre Israel e a OLP sobre as modalidades de autonomia em Gaza e Jericó.

As negociações israelo-palestinianas estiveram suspensas desde a reunião do Comité de ligação, em 29 de Dezembro último, no Cairo. Israel defendia que o documento de síntese dos acordos concluídos com a OLP deveria constituir a base de futuras negociações. Proposta rejeitada pela OLP por considerar que o documento em causa reflecte no fundamental o ponto de vista israelita.

A semana passada, Israel e a OLP publicaram, em simultâneo, um comunicado assinado pelo ministro dos negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, e pelo membro do Comité Executivo da OLP, Mahmud Abbas, em que as duas partes se declaram de acordo em "recomeçar as nego-

ciações de Taba com base na declaração de princípios de Oslo e nos acordos do Cairo".

Os pontos em litígio serão agora retomados. Em causa, nomeadamente, a questão do controlo dos pontos de passagem entre as futuras zonas autónomas e o exterior.

Enquanto os palestinianos reivindicam o controlo exclusivo dos pontos de passagem para Jericó e a faixa de Gaza, Israel prevê um sistema de duplo controlo, com postos aduaneiros israelitas e palestinianos, lado a lado, cada qual com a sua bandeira. Em causá, igualmente, a extensão da região autónoma de Jericó e os colonatos israelitas na banda de Gaza.

Os sensíveis atrasos registados na implementação dos planos de autonomia e paz estão entretanto a ter reflexos negativos, também em Israel.

ciava a existência de grupos guerrilheiros em Chiapas já há uma dezena de anos.

No início de Julho, em Ocosingo, houve uma violenta intervenção policial para expulsar das suas terras uma comunidade de índios tzeltales, ligados à organização camponesa Emiliano Zapata (OCEZ).

Registaram-se então algumas dezenas de prisões. A polícia confiscou como armas de rebelião -

utensílios de trabalho agrícola. 116 famílias foram obrigadas a fugir para a montanha e a floresta.

O carácter explosivo da situação social era aliás bem conhecido do governo mexicano. Na sequência dos acontecimentos do mês de Maio foi financiado, no quadro de um Programa nacional de solidariedade, um programa de urgência para a zona de Ocosingo, Las Margaritas e Altamirano.

Um programa que - como foi reconhecido oficialmente - não deu quaisquer resultados palpáveis.

Entretanto a situação dos índios-camponeses foi-se agravando cada vez mais. Em particular após a modificação do artigo 27 da Constituição mexicana, que levou à autorização de venda das terras comunitárias, forma de propriedade social da terra, e que abriu portas a expropriações e expulsões das populações índias por parte de proprietários das terras, que para tal pediam e obtiveram o apoio do exército.

Na declaração do EZLN divulgada quando do início do levantamento, afirmam-se claramente as dramáticas raízes da revolta.

Em Chiapas "morre-se de fome e de doenças curáveis" - diz-se na declaração, e sublinha-se que as populações indígenas "não têm nada, absolutamente nada, nem um tecto digno, nem terra para trabalhar, nem saúde, nem alimentação, nem educação".

seguir pôr termo aos ataques anti-israelitas.

Entretanto a violência continua a marcar a vida na região. Em vésperas do fim do ano, soldados israelitas abateram três combatentes palestinianos que tinham entrado em Israel provenientes do Líbano e helicópteros israelitas fizeram vários raids contra localidades do Sul do Líbano.

Nos primeiros dias de Janeiro, um jovem palestiniano de 20 anos era morto a tiro por soldados israelitas no campo de refugiados de Jabalya, na faixa de Gaza ainda ocupada. Fazia parte de um grupo de jovens que atirava pedras contra os ocupantes perto do campo militar que deveria ter sido evacuado em 13 de Dezembro, segundo o calendário do acordo OLP-Israel.

Factos dispersos que testemunham de uma realidade de que ainda é de guerra.

INTERNACIONAL

Alemanha

Oitenta mil pessoas desfilarão em Berlim para assinalar o 75º aniversário da morte dos revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, ambos assassinados em 1919. Sob o lema «Rosa Luxemburgo, Liebknecht, Lenine - Ninguém vos esqueceu - Levantem-se e resistam», o desfile foi organizado pelo Partido do Socialismo Democrático (PDS), e pelos jovens do SPD (Jusos).

Egipto

Várias centenas de intelectuais egípcios subscreveram um documento de protesto contra «o terrorismo intelectual em nome do Islão», que vai ser entregue no Parlamento.

O abaixo-assinado, rubricado nomeadamente pelo romancista Naguib Mahfouz, prémio Nobel da Literatura em 1988, surgiu em resposta aos ataques públicos de um deputado que acusou o Estado de favorecer «uma cultura contrária aos valores do Islão».

Bósnia

Os presidentes croata, Franjo Tudjman, e bósnio, Alija Izetbegovic, concluíram, em Bona, um acordo de cessar-fogo para a Bósnia Central, indicaram fontes das duas delegações.

Segundo as mesmas fontes, os dois presidentes deram instruções aos comandantes das forças que se enfrentam no terreno para aplicarem o cessar-fogo.

Na capital croata, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mate Granic, anunciou o acordo através da televisão, afirmando que o presidente Izetbegovic «se comprometeu a ordenar ao general Delic (comandante das forças bósnias) a cessação de todas as acções ofensivas».

«A parte croata respeitará estritamente o cessar-fogo», garantiu Granic.

De acordo com os porta-vozes das duas delegações, os comandantes das forças croatas e bósnias foram encarregados de entrar em contacto com o comando da FORPRONU.

As duas delegações decidiram ainda manter uma reunião sobre a cidade de Mostar, disputada entre as duas comunidades.

Haiti

O Conselho de Segurança da ONU advertiu os militares golpistas haitinos de que serão considerados responsáveis por qualquer entrave à distribuição de combustíveis com fins humanitários no Haiti.

O presidente em exercício do Conselho, o checo Karel Kovanda, reafirmou «a sua vontade em assegurar o total restabelecimento da legalidade constitucional» no país.

Na semana passada, organizações haitianas que se opõem ao presidente deposto Jean-Bertrand Aristide, ameaçaram impedir a distribuição de um carregamento de combustível que deve chegar entretanto ao Haiti.

O Conselho encarregou a Organização Panamericana da Saúde (OPS) pela entrega e distribuição do combustível enviado para o Haiti pelos Estados Unidos.

O Haiti atravessa uma grave crise energética pelo facto das Nações Unidas terem decretado em Dezembro um embargo petrolífero para forçar o governo de Port-au-Prince a aceitar o regresso ao poder do presidente constitucional Aristide, que foi derrubado por um golpe de estado liderado pelos militares.

Venezuela

Foi lançada na Venezuela uma campanha para trocar armas por dinheiro, com a denominação «uma arma pela vida», com o objectivo de reduzir o número de mortes violentas em Caracas.

A operação de desarmamento consiste na entrega voluntária de armas de fogo em troca de 94 dólares (cerca de 17 contos) que poderão ser trocados por comida nos supermercados de Caracas.

Números oficiais referem que 90 por cento dos homicídios que ocorrem em Caracas são cometidos com armas de fogo.

Todos os fins-de-semana morre de maneira violenta na zona metropolitana de Caracas uma média de 30 pessoas, número que aumenta em épocas de festa como o Natal e Ano Novo, durante as quais morreram 250 pessoas.

Retirada israelita

O rádio nacional israelita anunciou que o exército começou a estruturar a retirada da cidade de Jericó (Cisjordânia), tendo em conta a implementação da autonomia palestina.

Segundo a mesma fonte, as tropas deverão recuar para Mul Mevo, região a Sul de Jericó.

A televisão israelita revelou recentemente que está a ser construída uma estrada com 17 quilómetros de extensão ao longo do Jordão e contornando Jericó, para servir as posições do exército e os colonatos da região.

Ainda segundo o rádio, as autoridades israelitas deverão concluir até Abril de 1995 a construção de uma barreira electrónica com 50 metros de largura e 64 quilómetros de comprimento, que isolará Israel da futura região autónoma de Gaza.

Israel planeia a construção de outra barreira electrónica em redor de Gush Katif, na Faixa de Gaza, que conta mais de uma dezena de colonatos judaicos.

Angola
Entre a guerra
e as negociações

Movimentos da extrema-direita sul-africana enviam mercenários para Angola para combater ao lado das forças da UNITA, acusou o embaixador angolano na Namíbia.

As declarações do diplomata angolano surgem no momento em que decorrem em Lusaka conversações entre representantes da Unita e do Governo angolano, visando o fim da guerra civil. Entretanto a guerra continua a devastar o país.

Na província do Cuanza-Sul, segundo a rádio nacional, a situação militar tem-se agudizado nos últimos tempos, com a Unita a emboscar e a movimentar-se em todas as direcções.

Durante o mês de Dezembro as tropas da Unita realizaram oito ataques contra as posições das forças armadas nos municípios do Gando e Lucambo, a 20 quilómetros de Cela, tendo causado oito mortos civis.

Uma situação com consequências dramáticas para as populações.

Segundo dados das Nações Unidas, confirmados pelas organizações humanitárias, só neste último ano morreram, como consequência da guerra, mais de 250 000 pessoas e, nos últimos meses, a média de mortes é de mil por dia. Três milhões de pessoas tiveram que abandonar os seus lares.

A situação agravou-se drasticamente neste último ano. Até 1991, quando da assinatura dos acordos de paz em Bicesse, o balanço da guerra desde 1975 era de 300 000 mortos e 1,3 milhões de pessoas tinham fugido de suas casas para zonas mais seguras do país. Entre 1992 e 1993 estes números praticamente duplicaram.

“Nos países do mundo industrializado, a imprensa publica os movimentos da bolsa. Em Angola, em consequência do estado de guerra e do estrangulamento da economia por causa da hiperinflação, os jornais publicam os preços do tomate, do arroz, do açúcar, do presunto, que não param

de subir”, refere uma correspondente da APF.

A maioria dos produtos básicos são inacessíveis para a população das cidades. Cidades que vêem todos os seus problemas agravados com a chegada de dezenas de milhares de refugiados.

No campo, o abandono forçado do cultivo da terra provoca uma dramática penúria alimentar. Segundo a Coordenadora da ajuda humanitária das Nações Unidas, dois milhões de angolanos precisam de ajuda alimentar de urgência. Situações de fome atingem todo o país e a desnutrição generaliza-se mesmo em Luanda. Entretanto, os bandos da Unita continuam a impor a guerra.

África do Sul

Apoios crescentes para o ANC

O Congresso Nacional Africano, ANC, está a ganhar apoios no eleitorado e aproxima-se da maioria de dois terços necessária a emendas constitucionais na África do Sul, revela uma sondagem divulgada em Joanesburgo.

O estudo, do Conselho de Pesquisa de Ciências Humanas, HRSC, que envolveu respostas de cerca de 2100 inquiridos, indica que o movimento presidido por Nelson Mandela aumentou de 62 por cento (Julho de 1993) para 67 por cento das indicações de voto nas primeiras eleições multirraciais na África do Sul, marcadas para 27 de Abril.

Comparativamente, o Partido Nacional (NP, no poder) manteve os 17 por cento registados na sondagem prévia do Conselho, enquanto a popularidade do Partido Inkatha da Liberdade, IFP, de Mangosuthu Buthelezi desceu, no mesmo período, de 10 para seis por cento.

Assinada pelo professor Bill Johnson, a quarta sondagem elaborada pelo Conselho relativamente a estas eleições históricas traduz assim, como principais conclusões, o aproximar da maioria de dois terços para o ANC, o ressurgir do NP como principal força de oposição e a perda de apoios do Inkatha.

Após prognosticar que a popularidade do ANC poderá atingir números ainda mais expressivos uma vez adicionados os votos de localidades negras a que os investigadores não tiveram acesso devido à violência ali prevalente, o professor Johnson atribuiu a queda de popularidade do IFP à hesitação deste em disputar as eleições.

Este estudo veio confirmar a tendência verificada desde Outubro de 1992 relativamente ao crescendo de apoios ao ANC, que, com ligeiros percalços, foi progredindo de 53 por cento até aos actuais 67 por cento de intenções de voto.

O partido do Presidente de Klerk, segunda força mais popular, sofreu uma trajetória inversa, descendo sucessivamente de 28 por cento de apoio até aos 17 por cento actuais, quadro ainda mais “negro” se prevalecessem os 13 por cento indicados por sonda-

gem da empresa de pesquisa de mercado, IMR, em Setembro de 1993.

Toda esta evolução ocorre num quadro de grande violência, como o testemunha a tentativa de assassinato do secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, e do presidente do Partido Comunista sul-africano, Joe Slovo, durante uma visita destes dois dirigentes a um bairro negro dos arredores de Joanesburgo.

Deste atentado - obra de atiradores entricheirados em dois albergues, considerados bastiões do partido Inkatha - resultou a morte de quatro pessoas, entre as quais um jornalista.

Na sequência destes acontecimentos, o presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, apresentou uma proposta concreta ao presidente Frederik de Klerk sobre o problema da violência. Mandela sublinhou que “não se pode aceitar uma situação em que um albergue se torna no centro de um acto criminoso sem que a polícia intervenha”, reafirmando a necessidade de se sair desta crise.



Os sindicatos espanhóis marcaram nova greve geral para 27 de Janeiro. É a quarta greve geral dos trabalhadores espanhóis desde que o PSOE assumiu o poder, há dez anos. Entretanto foi lançada uma campanha nos órgãos de Informação com o objectivo de desacreditar a acção de luta promovida pelas centrais sindicais

Dar uma nova dimensão à luta

Findou mais um ano mas não terminaram nem se resolveram os problemas dos trabalhadores e muito menos ficaram arredados os perigos e ameaças que decorrem da política do Governo.

De uma forma ou de outra, os milhões de trabalhadores, de reformados, as centenas de milhar de desempregados, têm fundadas razões para estarem preocupados face aos objectivos do executivo de Cavaco Silva, no plano dos salários, da estabilidade e segurança no emprego, dos direitos individuais e colectivos, da Saúde e Segurança Social.

Caíram as folhas do calendário, mas por cumprir ficaram promessas e compromissos eleitorais e legislativos de maior justiça social.

O que foi feito durante e após o Ano Europeu da Higiene, Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho?

Em que se traduziu o Ano Europeu da Solidariedade entre Gerações?

Esquecida numa gaveta qualquer do edifício da Praça de Londres está a Lei de Bases de Higiene e Segurança a aguardar regulamentação, enquanto aumenta a sinistralidade e se degradam as condições de trabalho.

Mas se nesta matéria o Governo está em mora, escolheu, no ano que devia ter sido de solidariedade com os mais idosos, o caminho do agravamento das injustiças, ao alterar, para pior, a forma de cálculo das pensões e aumentar a idade de reforma das mulheres.

São contas que um dia o Governo do PSD terá de prestar ao povo português, tal como o atraso no aumento do salário mínimo nacional que deve vigorar a partir de 1 de Janeiro.

O seu «esquecimento» está na ordem inversa da celeridade com que aumentou as rendas de casa.

Neste início do ano de 94, o Governo vai deixando cair as roupagens do diálogo e da concertação.

Ante o fracasso da sua operação política que visou fazer vergar e comprometer o movimento sindical no processo que decorreu em torno do denominado Acordo Social, não se limita agora a proteger ou a assistir passivamente às propostas mais ultramontanas e bloqueadoras do patronato na negociação da contratação colectiva. Toma a dianteira e protagoniza-as, dando a força do exemplo através da contraproposta provocatória feita às

Para amenizar o impacto da brutalidade da sua proposta, para além da adjectivação mistificadora de «moderação salarial», contrapõe com a garantia do emprego.

É uma falsa e insustentável dicotomia. E é com a Lei dos Disponíveis e com a sua prática de redução de postos de trabalho em diversos serviços e Ministérios que se garante e promove o emprego?

Nas empresas do sector público, as Administrações tuteladas pelo Governo, «a toque de caixa», propõem o aumento zero, como fizeram na Carris.

Claro que o patronato, mesmo em sectores rentáveis, aplaude este Governo amigo e de mãos rotas, tentando não só reduzir os salários como reduzir ou destruir direitos expressos nas convenções livremente negociadas.

É a lógica implacável de quem nunca se conformou nem conforma com as parcelas de domínio perdido, conquistadas por muitas lutas de muitas gerações de trabalhadores, mesmo quando essas conquistas, esses direitos têm, como no nosso caso, ampla consagração constitucional.

A luta por melhores salários está na ordem do dia.

Mas a luta pela defesa do emprego contra os despedimentos, a defesa dos direitos individuais e colectivos não

pode ser secundarizada, na medida em que a ofensiva é muito vasta.

O cutelo suspenso sobre milhares de postos de trabalho, na Lisnave, na Metalomecânica Pesada, nos Ferrovários, na Siderurgia, na TAP, nas Telecomunicações e Têxteis, não foi arredada.

Do lado dos que erguem os diques de resistência podem haver sectores que se sintam tentados a ceder direitos para ganhar — ou julgar que ganham — nos salários.

E no entanto, no percurso histórico do Movimento Operário e Sindical, a vida está cheia de lições e ensinamentos de que quando se trocam ou cedem direitos

Este braço de ferro que a dupla Governo/grande patronato estão a travar com o movimento sindical, visando, no plano imediato, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, é também uma operação de largo alcance que se subordina não só às orientações das transnacionais europeias como à sua perspectiva de revisão constitucional, como mais uma etapa para restaurar o poder do grande capital.

Se na primeira revisão constitucional foi alterada a forma de organização do poder político, se na segunda revisão a direita se bateu e conseguiu alterar os fundamentos da organização económica, não tardará a inserir nos seus objectivos duma terceira revisão, a desconstitucionalização dos direitos sociais e laborais.

As vozes de membros do Governo que se erguem nesse sentido não são só «gritos de alma».

Precisam antes de criar situações de factos consumados, para bater na tecla da «Constituição desfasada da realidade», tentando envolver e co-responsabilizar o PS.

A luta pelos salários e pelos direitos assume assim uma importância vital agora e no futuro que aí vem.

No percurso histórico do Movimento Operário e Sindical, a vida está cheia de lições e ensinamentos de que quando se trocam ou cedem direitos por dinheiro, os trabalhadores acabam por perder as suas coisas mais adiante.

Em primeiro lugar, porque se trata da defesa dos direitos dos trabalhadores e das suas legítimas aspirações.

Depois porque esta batalha tem muito a ver com a dimensão social e com a essência da própria democracia.

A envergadura da ofensiva não dispensa, antes exige, que se comece em cada empresa concreta e em cada sector concreto, a agir, a reivindicar, a exercer os direitos como trilho seguro para os defender.

O envolvimento dos trabalhadores é um factor decisivo, tal como o empenhamento na unidade na acção, sem condicionamentos do protagonismo natural do movimento sindical unitário.

Mas o carácter estratégico e a amplitude da ofensiva reclamam a convergência e a unificação das lutas, dando-lhes uma nova dimensão que se expresse num curso onde desaguem e confluem os descontentamentos, os protestos, as reivindicações e aspirações das classes trabalhadoras e sectores mais atingidos pela política do Governo.

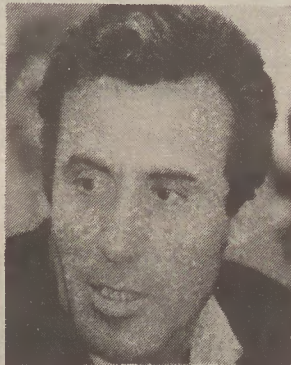
Decidir uma forma de luta superior coloca como condição prévia a consciência da sua necessidade e da sua possibilidade por parte dos trabalhadores, mas essas consciência também pode transformar-se em acção, se a decisão se perspectivar.

Neste ano de 94 temos uma razão acrescida.

A luta vai desenvolver-se no quadro das comemorações dos vinte anos da Revolução de Abril.

Nestes sete mil dias a luta foi sempre determinante, tanto na arquitectura como na conquista e realização de transformações, como na resistência e na defesa em torno dos direitos sociais e laborais.

Apesar das mutações que se operaram, das conquistas fugitivas, das transformações abaladas e da desgastante e prolongada resistência, ainda assim há valores, ideais, direitos e razões bastantes para que a luta seja travada com confiança e com êxito, com a convicção de que é possível derrotar a política do Governo e os seus objectivos.



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política



centenas de milhar de trabalhadores da Administração Central, Regional e Local.

Nem sequer «dá com uma mão e tira com a outra». Quer tirar com as duas!

De facto, ao propor-se «dar» 1% de aumento salarial e tirar mais 2% nos descontos para a Segurança Social, ao não considerar a inflação previsível e muito menos a perda real dos salários no ano passado, o Governo quer aplicar um rude golpe no poder de compra dos salários dos trabalhadores da Administração Pública.

por dinheiro, os trabalhadores acabam por perder as duas coisas mais adiante.

Acresce que nos processos de contratação e na forma como o Governo e o patronato estão a agir, importa colocar como questão primeira a defesa, o exercício e a existência da liberdade de negociação.

É a sua própria legitimidade que começa a ser questionada, mesmo sabendo que ela se inscreve no Capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais da Constituição da República.

Negro borrão em livro branco ou as novas incursões da «bicha solidária»

■ José Barata-Moura

Em termos capitalistas, o dado novo não é a crise. É o aproveitamento metódico que, articuladamente e em vasta escala, dela está a ser feito pelo grande capital transnacional. O objectivo inconsciente é, no Ocidente, fazer recuar para níveis próximos do desejado pelo «bom liberalismo selvagem» as conquistas salariais e sociais, apesar de tudo significativas, que as classes laboriosas, pela sua luta organizada, foram arrancando ao longo dos últimos 150 anos. Trata-se, em suma, de explorar uma conjuntura externa favorável no sentido de acelerar e ampliar o bombeio de mais-valias para o bolso do capital.

A Comissão das Comunidades e o Conselho Europeu são, neste tabuleiro, os intérpretes políticos fiéis de uma estratégia global que, em rigor, os ultrapassa. É, neste quadro, que por fim vieram à luz da publicidade um «livro branco» (profusamente salpicado de *negros borrões*) e umas «conclusões» do Conselho de Bruxelas (elucidativas da orientação a prosseguir em termos de «subsidiariedade»).

Pretendo fixar-me hoje aqui apenas num ponto — nodal e nevrálgico, estruturante mesmo: o desentranhamento e reinterpretação «ceéticos» da questão da *solidariedade*.

Com a crise em fundo e os silenciados designios de sobre-extorsão referidos em horizonte, impõe-se proceder a uma «renovação do modelo europeu de sociedade». Do receituário prescrito destaca-se e ressalta um renovado apelo à «solidariedade».

Afirma a Comissão, sob a batuta de Jacques Delors e o aplauso embevecido de importantes sectores: «Solidariedade, em primeiro lugar, entre os que têm um emprego e os que o não têm», e logo acrescenta como futurante materialização desta «ideia central»: «os novos ganhos de produtividade seriam, em grande parte, destinados a investimentos com futuro e à criação de novos postos de trabalho.» (1)

O Conselho corrobora, transcreve sem aspas e explicita implicações (para que retóricas dúvidas nos não assaltem): «Os ajustamentos necessários não devem pôr em causa o nosso modelo de sociedade [...]. A solidariedade deve manifestar-se, em primeiro lugar, entre os que têm trabalho e os que o não têm; uma forma de manifestar esta solidariedade consiste em afectar prioritariamente uma parte dos ganhos de produtividade ao investimento e à criação de postos de trabalho, nomeadamente através de uma política de moderação salarial.» (2)

Vale a pena efectuar um pequeno exercício hermenéutico de desmontagem clarificadora do teor e do alcance destas proposições. Restrinjo-me a três nótulas.

A primeira prende-se com os parâmetros intrascendíveis em que ficamos autorizados a equacionar e examinar o problema. «Renovar» e «reajustar», sim; mas sem que em caso ou momento algum se «ponha em causa» o sacrossanto «modelo de sociedade» — que, diga-se de passagem, é o responsável determinante pelas situações de alarme que, a contragosto, se não podem mais silenciar.

Com estas declarações preliminares se baliza o terreno admitido para a reflexão, e se descartam liminarmente outras (decerto embaraçosas) possibilidades de abordagem e de procura de soluções. Fica assim ressalvada, que mais não seja no papel e nos efeitos públicos induzidos que se almejam, a estabilidade do quadro institucional.

A segunda nótula já se prende com questões de receituário. Repesque-se a mezinha da «solidariedade». Mas aqui também envolvida nos panos e na linguagem de uma precavida reinterpretação semântica.

Na nossa tradição jurídica, lexicográfica e cultural, a «solidariedade» costumava designar a inseparabilidade e a reciprocidade das partes relativamente a um todo ou comunidade, o que determinava formas cooperativas de responsabilização. Assim a entenderam os corifeus oitocentistas de uma determinada filantropia «positiva» e os teorizadores do «pensamento social» católico; assim a criticaram também destacados representantes do movimento operário, designadamente de inspiração marxista, por pressupor, com intuítos ilusórios e ilusionistas (não se questionam aqui as boas intenções), uma harmonização e tendencial identidade de interesses entre exploradores e explorados, que a realidade *estruturalmente* se tem encarregado de desmentir.

Na enviezada lição «ceética» mais recentemente revista, dá-se um passo mais. A «solidariedade» deixa de fora o capital; passa a aplicar-se *em exclusivo* a uma parte do conjunto. Explico-me: a «crise» é do todo, mas a sua debelização deve ser procurada *apenas à custa do trabalho*, para mais enriquecida dieta da *outra parte* — «em primeiro lugar», diz-se e repete-se, «solidariedade entre os que têm emprego e os que o não têm»...

Esta virtuosa restrição da «solidariedade» às classes laboriosas, para além de pretender «deslocalizar» contradições para o seu seio, significa que, acrescidamente, é ao seu trabalho não-pago que importa ir buscar os recursos para relançar e reproduzir, em moldes alargados, a exploração.

«E isto conduz-nos directamente à terceira nótula: o desvio dos «ganhos de produtividade» para o «investimento» por intermédio de uma reforçada «moderação salarial». Deparamos de novo aqui com um recrudescimento despudorado da extorsão, que inclusivamente aspira a ver-se justificado e absolvido!

Como é geralmente sabido (mas cuidadosamente conservado a bom recato), passada uma fase histórica primitiva ou «original» de acumulação, o capital é exclusivo resultado de trabalho assalariado não-pago que se recicla numa circulação social em que o valor se revaloriza. O «investimento» é por isso ainda uma aplicação determinada de parte do produto da exploração.

Por outro lado, em termos capitalistas, a produtividade (relativa) do trabalho é precisamente a medida em que ele é produtor de mais-valia, de «novos valores», de que o capital se apropria. Os «ganhos de produtividade» são, deste modo, taxas acrescidas de rendimento que os capitalistas logram retirar da força de trabalho que empregam. Nos processos colectivos contratação, uma parcela — uma parcela apenas — destes ganhos têm vindo a reverter para aumentos salariais, isto é, para uma melhoria (relativa) das contrapartidas percebidas pelos trabalhadores.

O que agora se pretende, de acordo com as políticas que os textos mencionados reflectem e determinam, é que mesmo os resultados deste incremento ou desta intensificação da exploração deixem de reverter para quem trabalha, a fim de serem integralmente empalmados pelo capital, a pretexto de reforçar o seu (debilitado) poder de investimento. Trata-se, de facto, de agravar objectivamente a extorsão, pedindo ainda por cima aos extorquidos que a aceitem de boa mente e como fatalidade inelutável!

É por isso que em toda esta encenação político-ideológica desempenha um papel tão relevante a lírica encomendação às virtudes do «pacto social». Tocado em andamento concertante, este «pacto» acelera a cadência para se converter realmente em galopante exercício desportivo-cinegético de tiro ao *pato*, isto é, ao trabalhador, objecto de acrescida exploração ao som melífluo e largo da trauteada «moderação».

Com um virtuosismo mais brilhante ou mais baço nas variações, a partitura estratégica é esta. Atento, venerador e obrigado, o cavacante discípulo lusitano — com a mira num lugarzito no «quadro de honra» dos crescidos e na «fitinha azul» do «bom comportamento» — obedece, aplica, executa. O povo trabalhador sofre, e paga. É o segredo do recém-desencantado, o sobranceiramente imposto,

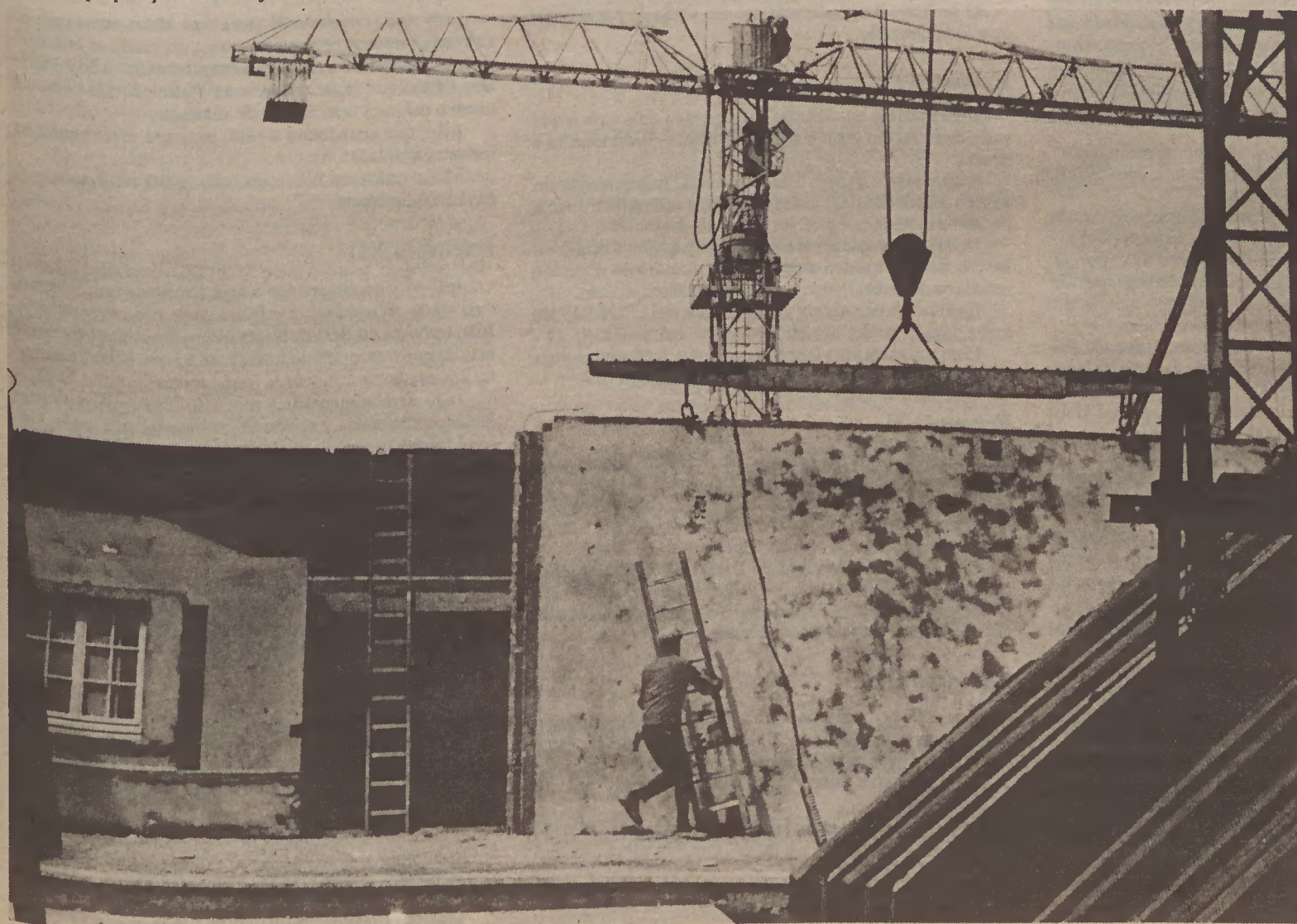
«crescimento zero» dos salários que, com desfaçatez, se oferece.

A ténia é um verme intestinal que o nosso povo conhece sob o nome de «bicha solitária». Já nos largaram para as entranhas do corpo do trabalho este novo espécimen da «bicha solidária». Saibamos identificar o mal, e administrar os purgantes mais apropriados.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1993

Notas — (1) *Crescimento, competitividade, emprego. Os desafios e as pistas para entrar no século XXI. «Livro Branco», Bruxelas - Luxemburgo, Comissão das Comunidades Europeias, 1993, p. 16.*

(2) *Conselho Europeu de Bruxelas, 10 e 11 de Dezembro de 1993. Conclusões da Presidência, Doc. PE 164.790, SN 373/93, p. 6.*



A cavalgada legislativa contra o direito à habitação

■ Odete Santos

Passou quase completamente a discussão na Assembleia da República, na passada sexta-feira, dia 7, do Decreto-Lei nº 278/93, de 10 de Agosto.

Estava na agenda a sujeição a ratificação deste diploma, através do qual o Governo introduziu novas alterações ao arrendamento.

Passou despercebida, porque quando se trata de ratificações (como, aliás, noutros casos) já se sabe que, dominado o poder legislativo pelo poder executivo (através da maioria absoluta de um partido) tudo ficará na mesma, ainda que se prove a injustiça e a iniquidade dos diplomas em debate.

Mas, a situação dos sem abrigo é que nem sempre se consegue esconder.

Um destes dias, talvez até muito antes do próximo Natal, mas seguramente na quadra natalícia, as reportagens televisivas vão tornar a falar-nos dos que dormem em soleiras de portas, daqueles a quem foi mesmo dedicado um ano «O Ano dos Sem Abrigo».

São momentos em que as consciências tocam a rebate mas não deixam de merecer um comentário irónico como de António Gedeão:

«É dia de pensar nos outros coitadinhos

De lhes darmos coragem para continuar a aceitar a sua miséria.»

Esta ironia amarga é suscitada pela verdadeira cavalgada legislativa que desde 1985 investiu contra o regime dos arrendamentos para habitação.

Com falsos argumentos, alteram-se com a Lei nº 46/85 e alteram-se significativamente os contornos jurídicos do contrato de arrendamento.

O interesse público que há cerca de um século o poder político reconheceu como inseparável do contrato de arrendamento para habitação cedeu com a lei do aumento das rendas perante o interesse individual, ainda que não totalmente.

A chamada liberdade contratual, a sobrevalorização da autonomia das partes na celebração do contrato começou a renascer das cinzas.

Aliás, a par e passo com o que também se começou a passar relativamente ao contrato de trabalho.

O conjunto de regras constituindo o chamado Direito Social e que no dizer de Ripert são aquelas que asseguram a igualdade das situações apesar da diferença de fortunas, aqueles que socorrem os mais fracos e desarmam os mais poderosos, aqueles que organizam a vida económica segundo os princípios da justiça distributiva, essas regras sofreram um forte abanão com a Lei nº 46/85.

Lei que não fomentou o mercado de arrendamento, objectivo fundamental que dizia prosseguir.

Chegou depois na caminhada desregulamentadora o Decreto-Lei nº 321-B/790, de 15 de Outubro.

Com o qual se deu mais um passo para afastar normas com as quais o Estado, imperativamente, garantia o fornecimento de um bem essencial a habitação.

Mas o diploma publicado ao abrigo de uma autorização legislativa em branco, não foi ainda suficiente para o Governo e seus lobbies.

Conhecemos agora, como o DL nº 278/93, de 10 de Agosto, mais uma investida na senda de um neoliberalismo que não se ocupa, nem se quer ocupar da desigualdade real dos cidadãos que considera igualdade aquela que é meramente formal, que reserva para o Estado como alguém já disse (Ehrardt Soares) uma atitude de serena indiferença perante a vida social, a preguiçosa tarefa de árbitro de conflito de interesses individuais.

Atitude que conduz a situações absolutamente iníquas.

De facto, relativamente ao diploma que hoje apreciamos, não pode falar-se senão de iniquidade.

Deve esclarecer-se, contra a proverbial demagogia usada pelo Governo, que do diploma não resulta qualquer obrigação de colocar no mercado de arrendamento as casas que fiquem devolutas por virtude das acções de despejo que vão inflacionar os nossos Tribunais.

A filosofia do diploma é bem outra.

O diploma permite quaisquer aumentos de rendas deixando de existir os limites, que em nome da garantia de habitação, já conhecíamos desde 1914.

Agora, diz o Governo, hipocritamente, com a vista humildemente no chão posta, que as partes são livres de convencionar o regime de actualização anual das rendas.

Mas que liberdade de resistir a actualizações brutais para aquele que necessita de habitação e não tem meios, e vive no limiar da pobreza?

A mesma que se reconhece no trabalhador coagido a aceitar a cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo, diz-se.

Gérard Willman escreveu, a respeito da evolução do arrendamento em França que aquela evolução oferece ao observador um quadro da subordinação inelutável do sistema jurídico em relação ao sistema social, acrescentando que, sem prejuízo dos direitos do senhorio, a necessidade de alojamento foi erigida numa aspiração essencial do ser humano.

E se esta análise era perfeitamente adequada ao sistema jurídico português, com uma ou outra excepção, desde 1914 até 1985 mesmo durante o regime fascista, cauteloso em prevenir o excesso de tensões sociais, a verdade é que desde 1985, nesta matéria, podemos afirmar que a lei oprime.

Mais do que quaisquer locubrações teóricas, alguns exemplos poderão ilustrar a conflitualidade que surge do regime de arrendamento urbano pèpêdista (com algumas —, aliás, da passada aliança PS/PSD que em 1985 desenvolveu o primeiro ataque a esse bem essencial que é a habitação. Veja-se a Lei nº 46/85.

Mas vamos aos exemplos, resultantes da aplicação do novo regime.

Exemplo I

João vive numa casa arrendada estando em seu nome o contrato de arrendamento. É casado e vive com a mulher, Maria, que é doméstica.

João morre e aquela tem apenas como meio de sobrevivência a pensão por morte do marido que era servente da construção civil.

A viúva ignora, por nunca ter sequer ouvido dizer que tem de comunicar ao senhorio por escrito em carta registada com aviso de recepção, o falecimento do marido e a prova documental de que se lhe transmitiu o direito ao arrendamento. Julga que, naturalmente, este direito se lhe transmitirá sem necessidade de quaisquer formalidades.

Expira o prazo de 180 dias contados a partir da morte de João, sem que tenha comunicado a morte. O direito à transmissão do arrendamento caduca, e o senhorio tem o direito de despejar Maria.

Exemplo II

João tem uma casa arrendada e nela vive apenas com um filho que é deficiente. A incapacidade para o trabalho do filho foi classificada em 60%. O filho de João não tem trabalho e está a receber apenas a pensão por acidente de trabalho de que lhe resultou aquela deficiência.

João morre, e o filho tem nessa altura 27 anos.

O senhorio pode aumentar a renda do prédio para renda condicionada, que consumirá, ou mesmo ultrapassará a pensão que João recebe (regime tomado possível pelo Decreto-Lei 321-B/90).

Mas pelo Decreto-Lei nº 278/93, o senhorio pode optar por despejar o filho. E este, que nem sequer a renda condicionada pode pagar, e que só poderia tentar a hipótese de fugir ao despejo oferecendo uma renda superior à condicionada, vê-se subitamente sem abrigo.

Exemplo III

João vive numa casa arrendada sujeita ao regime de correcção extraordinário de rendas, com o filho Manuel que, com 27 anos, sempre viveu naquela casa.

Manuel está desempregado no momento da morte do pai, a receber subsídio de desemprego.

Comunica ao senhorio, nos termos legais, a morte do pai. O senhorio informa-o de que, em vez do aumento para renda condicionada, opta pelo despejo.

A renda condicionada seria, por hipótese de 20 000\$00. Manuel tenta evitar o despejo e oferece uma renda que calcula ser atraente para o senhorio, mas que no entanto só poderá pagar se arranjar emprego a curto prazo. Oferece 50 000\$00 de renda.

O senhorio aceita a renda. Mas os meses passam e Manuel não arranja emprego. Não pode continuar a pagar aquela renda, e fica com rendas em atraso.

O senhorio despeja-o sem que lhe tenha de pagar qualquer indemnização.

Exemplo IV

João trabalha em Setúbal. Aí arrendou uma casa ainda antes de entrar em vigor o regime de rendas condicionadas e livres.

Algum tempo depois, e também ainda antes de entrar em vigor a legislação das rendas, o médico aconselhou João a instalar a mulher, por motivos desta, em Sintra.

Dado o tempo que perde em transportes de Sintra para Setúbal e vice-versa, e dado o custo dos transportes, João mantém a residência de Setúbal, onde permanece durante a semana.

Na altura da entrada em vigor do Decreto-Lei 278/93 João está a pagar 2 rendas sujeitas a correcção extraordinária.

Com a entrada em vigor deste diploma João verá as suas rendas aumentadas para rendas condicionadas.

Exemplo V

João vive em Setúbal numa casa arrendada, sujeita neste momento ao regime de correcção extraordinária de rendas. Trabalha em Tróia, na Torralta. Em 1974 e 1975 conseguiu amealhar algum dinheiro e construiu uma pequena casa na Costa da Caparica para passar os seus dias de descanso e as férias.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 278/93 João, apenas porque concretizou, com alguns sacrifícios, o sonho de ter uma segunda residência para repouso, vê a renda da casa de Setúbal aumentada para renda condicionada.

Exemplo VI

João reside em Caneças com a mulher numa casa que há muitos anos tomou de arrendamento. João e a mulher têm 2 filhos que frequentam a Universidade em Lisboa.

João e a mulher estão desempregados a receber subsídio de desemprego.

Encontram trabalho na Ford Volkswagen, em Palmela, mas apenas com contrato a prazo, que não sabem se será renovado, como é óbvio.

João toma de arrendamento uma casa nas proximidades de Setúbal, no regime de renda condicionada, mantendo o arrendamento da casa de Caneças onde sempre teve instala-

da a sua vida. Os filhos mantêm-se na casa de Caneças. Por força do Decreto-Lei 278/93 João vê aumentada a renda da casa de Caneças para renda condicionada.

Exemplo VII

João que sempre trabalhou em Mafra na Repartição de Finanças foi destacado em Comissão de Serviço para Setúbal no ano de 1979. Por tempo indeterminado. Em Mafra tem arrendada uma casa onde sempre viveu com a mulher, que é doméstica, e 2 filhos em idade escolar.

Porque terá de regressar a Mafra terminada que seja a Comissão de Serviço e dada a distância entre Setúbal e Mafra, João arrenda em 1979 uma casa em Setúbal, onde se instala com a mulher e os filhos, e mantém o arrendamento da casa em Mafra.

A data da entrada em vigor do Decreto-Lei 278/93 a situação mantém-se.

João, apenas por aplicação deste diploma, vê as rendas das 2 casas aumentadas para rendas condicionadas.

Exemplo VIII

João herdou uma casa em Palmela. Sempre viveu e trabalhou em Lisboa, onde reside numa casa que há muito tempo tomou de arrendamento.

Por força do Decreto-Lei 278/93 João vê aumentada a renda da casa de Lisboa para renda condicionada.

Exemplo IX

João é casado com Maria de quem tem 1 filho. Vivem numa casa arrendada em nome de João, cuja renda está sujeita a correcção extraordinária.

João abandona a família e toma de arrendamento, em seu nome, uma outra casa, na mesma localidade.

O senhorio, informado do facto, comunica a João que a renda da casa onde vive Maria é aumentada para renda condicionada.

Exemplo X

João foi casado com Maria de quem tem 1 filho. Estão divorciados. Foi Maria, que ficou com o filho, quem permaneceu na casa de morada da família que está arrendada em nome de João, e cuja renda está a ser sujeita, anualmente, a correcção extraordinária. O divórcio foi litigioso, mas, posteriormente ao mesmo tempo, Maria, por falta de informação, não requereu que lhe fosse atribuído o direito ao arrendamento.

João vive noutra casa na mesma localidade.

Maria vê a sua renda aumentada para renda condicionada por força da aplicação do Decreto-Lei 278/93.

Exemplo XI

João viveu em união de facto com Maria numa casa de cujo arrendamento é titular João e cuja renda se encontra sujeita anualmente a correcção extraordinária. João e Maria têm 1 filho que ficou a viver com Maria naquela casa, e a quem o pai paga uma pensão de alimentos.

João, que abandonou a casa, passou a viver noutra na mesma localidade.

Maria verá a renda da casa onde habita aumentada para renda condicionada.

Exemplo XII

João vive na Amora numa casa arrendada em seu nome, cuja renda, anualmente, é sujeita a correcção extraordinária. João trabalha no Seixal. Nesta última localidade tem uma casa de que é proprietário há mais de 5 anos, e que se encontra arrendada.

João verá aumentada a renda da casa da Amora para renda condicionada, e se não puder suportar essa renda, ver-se-á forçado a despejar o seu inquilino no Seixal para aí instalar a sua habitação.

Os exemplos podem desenvolver-se ainda mais. Para a Área Metropolitana do Porto, para outras localidades.

Mas de tudo o que se disse resulta com clareza, que se trata, de uma lei iníqua.

Em época de graves carências habitacionais, de desemprego de precarização das relações de trabalho, em época de completo demissionismo do Estado quanto à obrigação de garantir o direito à habitação, resulta mais gritante essa iniquidade.

O diploma contribuirá para o aumento do número de prédios devolutos, para a desertificação dos centros das cidades para a sobreocupação dos alojamentos, para recurso a subarrendamentos camuflados de hospedagem, para a violação do direito à privacidade das famílias para um aumento de conflitualidade.

E porque é uma lei aleijada, sem remédio, com uma filosofia tão velha que torna podre o tecido técnico-jurídico de que se reveste, não há remédios que a ajeitem.

Por isso, o PCP propôs a recusa de ratificação.

Mas para lei tão iníqua só há um remédio eficaz: a mudança de Governo e de política.

O caso Totta & Açores/Banesto Uma desnacionalização exemplar

Com o final do ano de 1993 e o estouro de Mario Conde à frente do banco espanhol Banesto, vieram a lume os chorudos negócios feitos por aventureiros e especuladores a partir do momento em que o Governo PSD decidiu entregar ao capital privado o Banco Totta & Açores. Muito do que nestas semanas tem surgido nos jornais já era do conhecimento das entidades mais directamente ligadas ao problema. Agora, talvez por algumas comadres se terem zangado, vem a lume um jorro de revelações sobre a forma como uns senhores ganharam milhões apenas com a compra e venda de acções e como, apesar da legislação que tal impede, ficou sob controlo estrangeiro o grupo financeiro encabeçado pelo Totta & Açores e o Crédito Predial Português, que é um dos maiores no País.

O caso do Totta é exemplar, desde 1989, quando o Governo PSD decidiu avançar com a venda do banco. Nessa altura, a privatização do Banco Totta & Açores serviu de bandeira para o executivo *laranja* afirmar a sua democracia de sucesso e as vantagens do muito apregoado capitalismo popular. Tudo o que Cavaco Silva e os seus pares fizeram nestes 4 anos (ou, como referem vários comentadores, tudo o que não fizeram...) esteve subordinado à premissa de não pôr em causa esta *bandeira*: os interesses nacionais ou do próprio grupo Totta/CPD foram subjugados ao forte desejo de não comprometer a primeira privatização de um banco. Com isto, claro, ganharam - e não foi assim tão pouco dinheiro - os profissionais da especulação financeira, que

adquiriram posições no capital do Totta apenas para as venderem mais tarde com uns milhões de lucro.

Também no seu epílogo, o caso do Totta é exemplar e vem dar razão a quantos, como e depois do PCP, têm tido justas críticas a todo o processo de entrega de empresas públicas ao capital privado.

Audição parlamentar

Na semana passada (6 de Janeiro) o grupo parlamentar comunista entregou na AR um pedido de audição parlamentar ao processo de privatização do BTA e eventuais incidências no banco da crise do Banesto. O PCP requer que sejam ouvidos, entre outras entidades, o presidente do conselho de administração do Totta, a Comissão de Acompanhamento das Privatizações, o presidente da Comissão de Mercados e Valores Mobiliários, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e o ministro das Finanças.

O caso Banesto-Totta - afirma-se no texto do pedido de audição parlamentar - «veio confirmar as crescentes preocupações sobre a falta de transparência no processo de privatizações, designadamente quanto à ultrapassagem do limite de participação de capital estrangeiro», de que são exemplo o BTA/CPD, no sector financeiro, e a Centralcer, nas empresas não financeiras.

O grupo parlamentar do PCP, quer através de um pedido de inquérito parlamentar para apreciação dos cri-

térios de avaliação e processos de privatização de empresas públicas (duas vezes apresentado e duas vezes rejeitado pela maioria *laranja*); quer em requerimentos e intervenções, tem mantido sob a sua atenção esta matéria, reclamando o cumprimento dos dispositivos legais e a salvaguarda dos interesses da economia nacional.

O texto do pedido de audição parlamentar regista o contraste entre as afirmações de membros do Governo negando que tivessem sido ultrapassados no BTA/CPD os limites impostos à participação estrangeira (25 por cento) e a confirmação, devida à profunda crise financeira do Banesto, de que o banco espanhol detém, directa e indirectamente, cerca de 50 por cento do capital do Totta.

Criticando «a irresponsabilidade com que se permitiu que, contra a lei, uma entidade financeira estrangeira tivesse tomado uma posição dominante numa instituição financeira nacional» - uma vez que tal irresponsabilidade «abre as portas ao inaceitável domínio do sistema financeiro português por grupos estrangeiros, com uma crescente e perigosa dependência da nossa economia» -, os comunistas afirmam que a AR «não pode ficar alheia ao caso Banesto-Totta e à necessidade de serem esclarecidas as condições em que o Banesto ascendeu a uma posição dominante, bem como as consequências para o BTA e para o sistema financeiro português da crise do Banesto».

■ DM

Recortes

Muita tinta já correu sobre os negócios feitos com a privatização do Totta/CPD, e a procissão apenas saiu do adro. Para abrir a boca de espanto e os olhos de indignação, ou apenas para traçar com mais pormenor os recortes da especulação financeira estimulada por Cavaco Silva e seus governos, deixamos aqui alguns nacos de prosa tornada pública na imprensa dos últimos dias. Muito está por saber ao certo, mas a verdade é que não falta pontas por onde pegar... se quem tem poder e obrigação quiser esclarecer as dúvidas levantadas em torno desta exemplar desnacionalização.

Pagamentos, recebimentos e outros proventos

«É uma história de que não há memória. Depois da Centralcer, chegara a vez de o Estado colocar à venda o Banco Totta & Açores (BTA). Estava-se no Verão de 1989 e o mercado financeiro vivia tempos agitados. Começou então a luta pelo seu controlo. Tudo se passou à margem do banco. José Roquette dava os primeiros passos com vista à realização de um negócio que ultrapassaria os 32,5 milhões de contos. Viria a formalizar-se dois anos mais tarde, em 1991, e daria o controlo do capital da instituição ao banco espanhol Banesto.»

(...)
«Em simultâneo com a primeira fase de privatização, José Roquette e Mario Conde haviam negociado as linhas gerais do acordo que conduziria à constituição da Valores Ibéricos (VI), *holding* que se destinava a controlar as acções que espanhóis e portugueses (cerca de vinte accionistas no total) detinham no BTA. A nova *holding*, com um capital de 25 milhões de contos, tinha ainda por objectivo assegurar a gestão da instituição bancária. A operação de controlo do BTA pelo Banesto começava assim a desenhar-se dentro da VI.» (...) «José Roquette, através de uma hábil operação financeira, obtém de Mario Conde, um ex-advogado do Estado espanhol, créditos concedidos à VI em condições altamente vantajosas: a taxa de juro aplicada será igual à taxa de rendimento das acções do Totta. Com um investimento relativamente reduzido, da ordem dos 13 milhões de contos, o núcleo liderado por José Roquette torna-se accionista do Totta. «A VI recorreu sempre ao mercado financeiro para se financiar», é a explicação adiantada por alguns intervenientes neste processo. Roquette declarou mesmo, nessa época, ter adquirido acções, a título individual, no valor de dois milhões de contos, o que é verdade. Estes títulos foram comprados com empréstimos concedidos pelo próprio BTA, em condições preferenciais.»

(...)
«Em Setembro de 1989 fala-se na existência de contactos com Mario Conde com vista à venda da posição de Belmiro de Azevedo. Conde terá dado conhecimento do que se passava ao advogado de José Roquette, João Morais Leitão. Pouco tempo depois, numa operação-relâmpago, Belmiro acaba por vender a sua participação no BTA (13 por cento) à Valores Ibéricos e a José Roquette. Com a transacção obterá uma mais-valia que lhe rendeu cerca de dois milhões de contos.»

(...)

No final de 1991 «os accionistas portugueses minoritários da VI, liderados por Farinha dos Santos, transferem as acções que detinham na VI para a posse de Mario Conde e José Roquette, que as integram na MSF. Este grupo receberá pela operação, no seu conjunto, cerca de seis milhões de contos. Na mesma data, José Roquette, Moniz da Maia/Serra e Fortunato e Mague recebem cerca de 12 milhões de contos, repartidos em partes iguais (quatro milhões de contos). Trata-se da concretização financeira do acordo que começou a ser negociado dois anos antes.»

(«A história do assalto ao Totta», Cristina Ferreira, Público, 3/1)

«Mario Conde pagou aos accionistas portugueses cerca de 25 milhões de contos para ascender ao controlo da instituição. O processo não foi ortodoxo, mas foi assim que sucedeu.»

(«Lar, doce lar», João Cândido da Silva, Público, 3/1)

«Os resultados do exercício de 1993, da ordem dos 24,1 milhões de contos, são superiores aos do ano anterior, 22,4 milhões.»

(«Banco de Espanha com "testa-de-ferro"», Francisco Ferreira da Silva, Expresso, 8/1)

Por que falhou?

«Por que razão falhou a parceria no caso do BTA? Em primeiro lugar, porque o núcleo nacional cedo se deixou convencer pelas mais-valias que poderia realizar com a venda ao parceiro estrangeiro, desistindo de um projecto liderado pelos interesses portugueses.»

Quando, em Abril de 1993, o Dr. José Roquette propõe ao Governo a criação de uma *holding* que passaria a controlar o Banesto e o BTA e na qual seriam consolidadas as contas dos dois bancos ibéricos, é a sujeição da lógica portuguesa à estratégia do Banesto que está claramente assumida.

Em segundo lugar, porque o parceiro estrangeiro, o terceiro maior grupo financeiro de Espanha, entrou em desequilíbrio e o BTA, com os seus lucros e mais-valias ocultas, passou a funcionar como o factor determinante na credibilização do aumento de capital, que resolveria os problemas da instituição espanhola.»

(Editorial de Jaime Antunes, Semanário Económico, 7/1)

«Afinal, Belmiro de Azevedo sempre tinha razão. José Roquette e o Banesto já tinham uma estratégia concertada para a privatização do Banco Totta & Açores antes do início da primeira fase deste processo, em Abril de 1989. Com efeito, um protocolo assinado por Javier Abad, vice-presidente do Banesto e braço-direito de Mario Conde, e por José Roquette fixou na altura que os espanhóis se comprometiam a comprar as acções da Valores Ibéricos (*holding* gestora das participações sociais no Totta) a José Roquette. Tudo na maior regularidade formal.»

Este protocolo, segundo fontes contactadas por O Independente, «é a prova de que José Roquette comprou acções do Totta & Açores simplesmente porque Mario Conde não poderia, por si só, adquirir a quantidade que lhe atribuiria o controlo accionista do banco.»

(«O agente de Espanha», FCSI, O Independente, 7/1)

O futuro... ao Banesto pertence

«Quanto ao futuro, ou a administração nomeada pelo Banco de Espanha para o Banesto decide repor a legalidade da situação accionista no Totta - vendendo todas as acções detidas pelas empresas portuguesas controladas pelo Banesto e ficando, assim, apenas com os 25 por cento a que, pela lei portuguesa, tem direito -, ou assume que as autoridades portuguesas não têm cumprido as determinações comunitárias, segundo as quais não é possível aos Estados-membros estabelecerem limites à participação de cidadãos ou empresas de outros Estados-membros no capital de sociedades financeiras. Se os novos "donos" do Banesto optarem por vender todas as acções que detêm para além do limite dos 25 por cento, então algumas hipóteses surgem no horizonte. Para além de José Roquette e dos seus sócios, que já manifestaram publicamente interesse em regressarem ao Totta, também o BCP, que viu a sua proposta de aquisição do Banco Pinto & Sotto Mayor rejeitada, poderá vir a equacionar a possibilidade de assumir uma posição de controlo naquele que é agora o terceiro grupo financeiro português.»

(«Banco de Espanha com "testa-de-ferro"», Francisco Ferreira da Silva, Expresso, 8/1)

«Para já, há três cenários possíveis, todos eles com iguais potencialidades de concretização. O Banesto não vai vender o Totta. Mas também poderá vender. Ou vender apenas a sua participação no CPP.»

Caso a solução seja a venda da totalidade, o encaixe provável para o Banesto será de aproximadamente 100 milhões de contos.»

(«Governo quer Totta de volta», São Igreja e Franco Caruso, O Independente, 7/1)

O Governo

«A forma como o Banesto tomou o controlo do Totta & Açores e do Crédito Predial Português é um escândalo que o Governo sancionou. É também altura de apurar responsabilidades. O comportamento dos parceiros portugueses do Banesto é algo que exigia um rigoroso inquérito.»

(«O Conde e nós», Luís Marque, Expresso, 31/12)

«Sobre a actuação do Governo neste processo, pouco resta a dizer. Tapou os olhos, desmentiu o que era indementível, tentou iludir a questão, e acordou demasiado tarde, com a sua credibilidade irreparavelmente abalada.»

(...)
«Se o Governo tem culpas no cartório por não ter estancado o processo em tempo útil, será certamente necessária uma elevada dose de boa vontade para agora voltar a entregar, sem perguntas nem explicações, o Totta ao grupo que possibilitou a ascensão do accionista espanhol.»

(«Lar, doce lar», João Cândido da Silva, Público, 3/1)

Passagem do ano em Cuba (1)

As calamidades de 1993 não abalaram a confiança

■ Miguel Urbano Rodrigues

Visitar Cuba cada ano tornou-se para mim uma necessidade desde que o socialismo principiou a desmoronar-se na Europa.

Hoje, mais do que em qualquer outro momento, Cuba é um efervescente laboratório social onde se desenvolve uma revolução que já ganhou lugar na história como património da humanidade. Este ano cheguei em Dezembro. Passei o Natal em Havana e a festa do Ano Novo na província oriental de Holguin, onde nasceu Fidel.

Desembarquei apreensivo. O ano 93 fora terrível e eu temia o reencontro com uma sociedade golpeada por calamidades naturais devastadoras, quase sem transportes, sofrendo um racionamento espartano de combustíveis e alimentos, atingida duramente pelas consequências de um bloqueio imperial que configura um crime contra o povo de Martí e desrespeito pela humanidade.

Regressei com esperança renovada no futuro. O povo cubano continua a demonstrar uma capacidade ímpar para enfrentar e vencer dificuldades que roçam o insuperável. Cuba resiste, não se rende, mantém uma confiança inabalável na continuidade da sua revolução, uma revolução que insiste em cumprir-se contra a lógica aparente da história.

Cuba continua a oferecer pelo seu exemplo à comunidade das nações muito mais do que delas recebe. Mesmo cercado, o seu povo persegue teimosamente a utopia reinventa epopeias míticas da Antiguidade no limiar do terceiro milénio.

Fidel Castro não exagera ao afirmar que na actual fase da história nenhum outro povo seria talvez capaz de suportar aquilo que o cubano tem aguentado, sem ceder.

O ano de 1993 começou mal. Ao despedir-se, o Presidente George Bush assinou a Lei Torricelli que agravou drasticamente o bloqueio, que já causara à Ilha prejuízos acumulados de 40 mil milhões de dólares.

Posteriormente, ultrapassando o próprio texto da lei ilegítima (criticada pela Assembleia Geral das Nações Unidas), a Administração Clinton dirigiu-se a empresas que negociam com Cuba e ameaçou-as de represálias se adquirirem o seu açúcar, lhe venderem petróleo ou realizarem ali investimentos.

Em Março, um furacão que ficou conhecido como «a tormenta do século» varreu Cuba, provocando prejuízos avaliados em mil milhões de dólares. O mar entrou pelas terras baixas do litoral e demoliu casas, arrancou plantações, salgou os solos. As colheitas de tabaco e bananas foram parcialmente destruídas. A safra da cana — a fonte básica de divisas — foi a pior das últimas décadas. Primeiro veio a seca. Não choveu quando era indispensável; depois choveu fora de tempo. Finalmente, inundações torrenciais alagaram os campos da Província de Guantánamo. A esses desastres somaram-se os efeitos e os sofrimentos causados pela neuropatia, uma epidemia ocular que custou ao país mais de 40 milhões de dólares.

Faltou combustível no auge da safra, paralisando máquinas e centrais. Muita cana apodreceu nos campos. As previsões apontavam para um pouco mais de 6 milhões de toneladas de açúcar, mas a produção total não excedeu 4,3 milhões. Para um país cuja capacidade global de importação havia caído de 8 mil milhões de dólares para 1700 milhões de dólares (85% do comércio externo era realizado com os países socialistas europeus e a URSS) o golpe foi duríssimo.

Em 1993, Cuba somente dispôs de recursos para adquirir 5,7 milhões de toneladas de petróleo (13,4 milhões em 1989). No início da Revolução com uma tonelada de açúcar era possível comprar quase oito de combustível. Agora a mesma quantidade de açúcar apenas permite adquirir 1400 quilos de petróleo.

Não houve desânimo. Dos seus magros poços, os cubanos extraíram pela primeira vez mais de um milhão de toneladas. Foi estabelecido um recorde de produção graças à tecnologia canadiana. Mas o petróleo local, pesado e muito sulfuroso, somente serve para queimar nas caldeiras das centrais termoeléctricas e nas centrais açucareiras.

Em Havana, o número de carros particulares em circulação é mínimo. Durante meses os proprietários não receberam quota de gasolina. A capital passou a ser uma cidade onde a bicicleta é o principal meio de transporte; o total já se aproxima de um milhão.

A carência de divisas tornou mais premente a necessidade de uma revisão da estratégia para o chamado período especial.

Houve grandes mudanças na vida cubana nos sectores

ligados à produção, ao comércio, ao trabalho e na área financeira.

A estrutura agrária foi reformada. Grande parte das granjas do Estado desapareceu. Somente permaneceram as que não eram deficitárias. Em seu lugar surgiram as Unidades Básicas de Produção Cooperativa-UBPC. A terra continua a ser um bem público, mas a sua Exploração passou a ser, nas UBPC, da responsabilidade dos agricultores cooperantes. O sistema tem muito de comum com o das antigas cooperativas da Reforma Agrária portuguesa, com a diferença fundamental de o Estado cubano estar empenhado no seu êxito e de garantir compra da totalidade (cana) ou de parte da produção, consoante o tipo de culturas praticado. O progresso ou o fracasso dependem agora directamente dos trabalhadores, pois o colectivo de cada UBPC é formado por cooperantes que dividem os lucros e as perdas. Sendo também uma modalidade de propriedade social, as UBPC expressam a diferença que separa «o meu» do «nosso». Os estímulos são diferentes

numa organização cooperativa.

Outra medida com efeitos sociais imediatos foi o decreto que autorizou o exercício privado de um grande número de actividades profissionais. Dois sectores foram excluídos, o da Saúde e o do Ensino. Professores, médicos e enfermeiros continuam a ser trabalhadores exclusivos da Função Pública pela natureza social dos serviços prestados. A medicina e a educação não podem ser fonte



de lucros de qualquer espécie. Mas mecânicos, electricistas, relojoeiros, pedreiros, alfaiates, cabeleireiros, seralheiros — para citar alguns exemplos — estão agora legalmente autorizados a prestar serviços remunerados a título particular. Em todo o país aumentou também muito o número de comerciantes por conta própria (os «individuais», como lhes chamam) que, mediante o pagamento de um imposto módico, podem vender produtos como frangos, coelhos, legumes, porcos e outros produtos alimentares e artigos em segunda mão, desde electrodomésticos a roupas.

Dólares e mercado negro

A medida mais polémica foi a relativa à despenalização da posse de divisas. A decisão tomada visou permitir que o Estado captasse uma considerável massa de dinheiro estrangeiro que circulava ilegalmente no País, avaliada entre 400 e 600 milhões de dólares.

Ao autorizar o acesso de todos os cidadãos nacionais às lojas que vendiam produtos reservados a estrangeiros, o governo estimulou também indirectamente o aumento das remessas de dólares enviados por familiares residentes no Exterior, sobretudo nos EUA. A ninguém se per-

gunta sequer qual a proveniência das divisas utilizadas nas compras.

A medida resultou das dificuldades do país. O decreto foi publicado após muita discussão. Mas concluiu-se que não havia alternativa. As centenas de milhões de dólares que o Tesouro arrecadou desde então permitiram num momento crítico importar produtos que satisfizeram necessidades inadiáveis. Para se avaliar a gravidade das situações decorrentes do bloqueio é útil informar que os capitães dos navios que trazem petróleo têm ordens dos armadores para não descarregar o combustível sem previamente receberem o pagamento estabelecido nos contratos.

No Verão passado, as reservas chegaram à beira do esgotamento e durante algumas semanas, sobretudo em Agosto, os apagones (cortes de energia eléctrica e de gás) assumiram frequência alarmante; em muitos bairros excederam dez horas.

A despenalização — como abreviadamente se diz em Cuba — teve naturalmente um custo social elevado. Sabia-se que iria gerar desigualdades, pois somente uma pequena parcela da população possuía divisas ou recebia regularmente dólares do estrangeiro. Mas houve outros efeitos nocivos.

Um número de pessoas difícil de quantificar utiliza os dólares para realizar negócios ilegais. Compra produtos de primeira necessidade cuja procura é maior devido à escassez e vende-os depois no mercado negro por preços exorbitantes. Não obstante existir uma paridade teórica entre o peso e o dólar, um sabonete, uma garrafa de óleo vegetal ou um par de sapatos são vendidos por setenta ou oitenta vezes o seu preço em dólares.

Como existe um excesso de massa monetária em circulação (esse excedente é avaliado em 10,5 mil milhões de pesos) o mercado subterrâneo estimula a tendência para um certo tipo de dolarização da vida. A gravidade do fenómeno é limitada pelo facto de se verificar sobretudo em Havana.

Não há uma ideia precisa do montante da enorme quantidade de pesos acumulada pelos traficantes do mercado negro (que não devem ser confundidos com pessoas que trocam produtos importados ou de caderne- ta de racionamento) e pouco se sabe acerca do uso que é feito desse dinheiro nacional. Entretanto, os preços de determinados produtos e serviços oferecidos por particulares subiram para as nuvens. Um simples leitão custava uma fortuna nas vésperas dos festejos do fim do ano.

Em Cuba, as más notícias não constituem segredo. Essas e outras situações resultantes da despenalização da posse de divisas são, assim, publicamente debatidas com a maior naturalidade. Um taxista da área do turismo, por exemplo, pode receber em divisas (gorgetas) o equivalente ao dobro do salário em pesos de um alto funcionário. Idem para o empregado de um restaurante ou de um hotel.

Num país capitalista, esses fenómenos sociais provocariam alarme, quase pânico. Isso não acontece em Cuba. O povo, o governo, o Partido debatem as sequelas perigosas da despenalização numa atmosfera de serenidade.

Tomei conhecimento de iniciativas belas. Como a dos trabalhadores hoteleiros de Matanzas e outras províncias que criaram «a mochila vai por mim». Com os dólares das gorgetas constituíram um fundo para compra de produtos estrangeiros que são enviados a trabalhadores das UBPC da Província sem acesso a divisas.

Uma Assembleia única

O fim do ano é tradicionalmente em Cuba uma época de muito trabalho, de reflexo político e muita alegria. O início da safra do açúcar coincide com o aniversário da vitória da Revolução.

Ao chegar a Havana acompanhei pela televisão o discurso de Fidel no Congresso dos Jornalistas e, transcorridos dias, assisti como convidado à abertura do segundo período de sessões da 4.ª Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular. Para mim o funcionamento desse Parlamento único foi um espanto. O que ali vi e ouvi conferiu transparência a opiniões emitidas por Fidel sobre a democracia cubana.



A agenda incluía temas escaldantes como o balanço da safra canavieira (motor da economia), a ratificação dos decretos que vieram alterar aspectos nucleares da vida económica e social, e sobretudo o debate sobre as medidas que devem ser tomadas na área financeira para combater o défice do orçamento e o excedente da massa monetária.

Para quem conhece os alçapões e a hipocrisia da democracia representativa de figurino europeu, com parlamentos esvaziados de conteúdo e função, numa engrenagem que suprimiu a ligação real entre o povo e os seus eleitos — a tão caluniada Assembleia do Poder Popular de Cuba empurra para uma reflexão sobre o conceito de democracia.

As intervenções dos deputados, quase todas breves, por vezes marcadas pela emoção, sempre frontais, sucederam-se numa atmosfera de espontaneidade, de intimidade — é a palavra — que colocava os convidados estrangeiros perante o espírito humanista da Revolução e o sentido da fraternidade das várias gerações que a tornaram possível e lhe asseguram a continuidade.

Durante horas no anfiteatro do Palácio das Convenções falou-se de cana, de calamidades e de inovações, de erros e acertos, de trabalho, da imaginação e da firmeza revolucionárias. Dialecticamente, os dois lados da vida apareciam iluminados sem outra certeza que não fosse a da confiança para sair do túnel.

Quando se discutiu a inevitabilidade da reforma monetária, o deputado Fidel Castro interveio repetidamente para concordar e discordar no seu inconfundível estilo coloquial, e também para sublinhar uma e outra vez que, tratando-se de matéria tão delicada, não poderá ser tomada qualquer decisão sem a participação do povo, sem a sua adesão.

A televisão transmitiu integralmente os debates — escutados num silêncio para mim incomum — de modo a que em cada província, em cada município, em cada casa cubana o tema seja retomado a fim de permitir que a Assembleia, ao reunir-se novamente, talvez em Março, possa encontrar então uma solução para os males resultantes do excesso de dinheiro em circulação — uma solução que responda às exigências da defesa da Revolução e seja compreendida e aceite pelo povo que é simultaneamente o seu sujeito e o seu objecto.

A continuidade da Revolução

Falar de Fidel é, obviamente, uma necessidade para se compreender minimamente a Revolução — do desafio inicial à actualidade — da mesma maneira como a invocação do pensamento e do exemplo de Martí foi para ele uma exigência no processo de explicação da história e de criação de uma ideologia na qual o marxismo-leninismo ganhou cores cubanas.

E, contudo, a grandeza do dirigente é inseparável da sua modéstia, da capacidade que ele e os seus compa-

nheiros revelaram na demonstração prática de que a Revolução somente se cumpriria se a obra material de transformação da vida fosse acompanhada da possibilidade da transmissão permanente, na cadeia dos anos, dos princípios e valores que levaram um punhado de jovens ao assalto de Moncada.

Em Cuba — é importante chamar a atenção para essa atitude — o povo não fala da sucessão de Fidel. Não porque lhe falte consciência da dimensão excepcional do revolucionário e do estadista. A ligação afectiva entre o povo e Fidel é tão transparente, íntima e humanizada, que nem os inimigos a contestam.

Os cubanos conhecem a lei da vida e sabem que os homens não são eternos. Como diz Carlos Lage, «a questão não é conceber uma Revolução como obra de teatro em que cai o pano num acto para depois começar outro». Uma revolução autêntica tem de se desenvolver em cenário aberto onde discutem, trabalham e emitem opinião todos os participantes, em igualdade de condições e sem distinção de idades.

A Revolução cubana nunca temeu o suceder das gerações e a ascensão dos jovens porque ela nasceu precisamente do desafio que eles fizeram à história.

É por isso que os cubanos não reagem com pieguice ao contemplarem a cabeça hoje branca de Fidel. É por isso que Fidel pode recorrer a hipérboles como a do povo de gigantes. Os que o escutam apercebem-se de que não há fissuras na passagem do testemunho. Os jovens são hoje a imagem concreta da continuidade de um processo harmonioso de mudança social que transcende a duração breve das existências individuais.

Fascina-se sempre, ao visitar Cuba, verificar que a nova geração se entende maravilhosamente com as anteriores. É uma geração que produziu dirigentes como Abel Prieto, o jovem que preside à União dos Escritores e Artistas de Cuba; como Roberto Robaina, o jovem que transitou da presidência da UJC (Juventude) para o cargo



de ministro dos Negócios Estrangeiros; como Carlos Lage, o jovem que é secretário executivo do Conselho de Ministros, mas na prática desempenha as tarefas de um Primeiro-Ministro sem título.

Ocorre-me com frequência que um dos maiores erros da política cubana da Casa Branca tem sido a incapacidade permanente dos presidentes norte-americanos e dos seus assessores para entenderem que a Ilha de Martí nunca foi «satélite da URSS», mas sim uma estrela com luz própria.

A cólera e o rancor americanos inseparáveis do complexo cubano — o malogro do sonho da anexação ideado por Jefferson no final do século XVIII — impedem Washington de aceitar que do outro lado do canal da Flórida existe há mais de 35 anos um Estado totalmente independente, único no Continente.

«Nós, cubanos — a opinião é ainda de Carlos Lage — propusemos-nos construir uma sociedade muito diferente das conhecidas e reconhecidas pelo mundo actual. Os que no meu país acumulamos os cargos de direcção não somos políticos do estilo tradicional. Somos revolucionários»...

Claro que nos Estados Unidos essa linguagem não é entendida. Em Cuba ela é transparente, límpida como as águas do Caribe. Na Casa Branca soa como coisa de mau gosto o discurso político de um chefe de Estado que do Parlamento lança apelos para que sejam amansados mais uns milhares de bois para a lavoura, porque falta combustível e o número de juntas é insuficiente.

Clinton não pode compreender, obviamente, o que Fidel pretendeu com as referências aos heróis tutelares da Pátria ao discursar no dia de Ano Novo. Ao presidente norte-americano escapa o significado que para Fidel assumiu a oferta da réplica do machete de Antón Maceo, como nada lhe diz a alusão ao famoso protesto de Baraguá. Os cubanos, porém, esses entendem. E foi a eles e não ao império norte-americano que Fidel se dirigiu em Santiago, tal como o fizera dias antes na Assembleia Popular.

Falava do balcão do branco palácio colonial do antigo Ayuntamiento da Cidade Herói. O mesmo balcão azul no qual tomou a palavra em Janeiro de 1959 para saudar o povo na hora da vitória da Revolução, quando forças do Exército Rebelde entravam sob aclamações e lágrimas de alegria em todas as cidades do país.

O povo de Cuba — repito — entendeu tudo o que Fidel disse nos discursos pronunciados nos últimos dias do dramático ano que findou. Percebe que lhe pediram primeiro o possível e as circunstâncias históricas o obrigaram a ter de realizar coisas aparentemente impossíveis. Agora tem pela frente a exigência de praticar autênticos milagres pagãos: produzir mais sem dispor de matérias-primas, quase privado de fertilizantes e pesticidas... E não se assusta.

O povo de Cuba acredita que não poderá haver ano pior do que 1993. Tantas calamidades somadas não vão repetir-se. Tendo tocado no fundo do poço, o povo acredita que a subida vai começar.

Muita gente, mundo afora, incluindo amigos de Cuba, acham que o optimismo é excessivo. Uma análise fria da conjuntura mundial e americana não abre perspectivas favoráveis ao povo cubano. Mas aquela gente já demonstrou incontáveis vezes que gosta de empurrar a história e seguir em frente, contrariando-lhe a lógica e o rumo.

Confesso que também acredito de que este ano poderá ser menos mau do que o anterior. Muito depende, como disse Fidel, da possibilidade de se produzirem mais umas centenas de milhares de toneladas. Mas inverter a tendência, crescer um pouco, já seria uma vitória.

Em Cuba a mundividência é diferente.

A excepção cultural do GATT (2)

Continuamos - e concluímos - neste número, a série de artigos sobre o GATT e a cultura que, sobre o tema, a revista "Revolution", nº 714, de 4 de Novembro, publicou, dando voz a destacados militantes, a prestigiados intelectuais e artistas. Tema que, uma vez os acordos assinados, virão ainda mais a suscitar debate e protesto, quando as consequências começarem a mostrar o quanto de subserviência ao domínio do imperialismo norte-americano o GATT representa, não apenas em matéria de agricultura, de

indústria e de comércio, mas também no âmbito cultural. As vozes que aqui deixamos não constituem um coro uníssono, embora todas se assumam desfavoráveis ao GATT. Nem se pretende, com esta série de artigos, esgotar as razões e os pontos de vista de um debate que tem em França razões para continuar, como em Portugal encontra motivos para também se aprofundar, no sentido da defesa da cultura e da identidade nacionais face aos perigos que as ameaçam. (Tradução da Redacção do "Avante!".)

Nova desilusão

■ **Serge Regourd** Professor da Universidade de Toulouse

O que está em causa com as actuais negociações do GATT, no quadro do "Uruguai Round", e que diz respeito ao audiovisual e à cultura, é já conhecido: a extensão das competências da organização mundial do comércio nestes domínios poderia repor directamente em causa tanto os subsídios públicos nacionais, tipo fundo de apoio, como as diversas regulamentações protectoras no domínio da difusão, do tipo das quotas de obras francesas e comunitárias, ou ainda o regime jurídico do direito moral dos autores segundo a tradição francesa. Quer dizer, a competência do GATT no domínio do audiovisual pode ameaçar a própria existência de uma criação original francesa ligada a modalidades de intervenção pública que até agora lhes haviam assegurado a perenidade e a importância.

Tal constatação, rapidamente sintetizada, pode actualmente ser objecto de um consenso nacional. Desde o ministro da Cultura, Jacques Tubon, ao seu colega da Comunicação, Alain Carignon, passando pelo seu predecessor comum, Jack Lang, todos estão de acordo em denunciar os perigos e em avançar com os meios de os conjurar: a concepção de "excepção cultural" é brandida e martelada num mesmo gesto, da direita à esquerda do tabuleiro político. "Não vamos assinar" (Jacques Tubon, em "Le Figaro", 14/9/93), repetem em conjunto todos os responsáveis políticos de ontem e de hoje.

No entanto, olhando de mais perto, pode temer-se que no horizonte se profile uma nova e cruel desgraça para os artistas e profissionais do audiovisual: os meios até agora usados não parecem ser de natureza a permitir uma saída das actuais negociações.

Para melhor compreender a situação actual convém evocar brevemente as mais importantes características desta negociação e do seu desenvolvimento.

- No plano fundamental da negociação, tudo é límpido: está em curso um confronto com os Estados Unidos, e o conteúdo dos acordos irá reflectir a relação de forças. Com efeito, são os Estados Unidos

que neste domínio colocam as exigências - o audiovisual corresponde ao segundo lugar nas suas exportações (depois da aeronáutica). Jack Valenti, em nome do lobby das grandes "Major Companies" americanas (MPAA: Motion Picture Association of America), preveniu abundantemente: "Se o cinema e o audiovisual não fizerem parte do GATT, Bill Clinton não assinará os acordos comerciais..."

- No plano do procedimento das negociações, três considerações principais merecem ser destacadas: o procedimento da adopção dos acordos é, em princípio, o do consenso, o que significa que não há voto formal nem oposição entre uma maioria e uma minoria, e que os acordos serão adoptados por aceitação tácita de todas as partes contratantes.

De mais, a negociação é global, o que significa que não haverá uma sucessão de acordos separados respeitando isoladamente cada um dos diversos serviços e produtos objecto de negociação, mas um único acordo globalmente negociado e no quadro do qual o audiovisual poderia, por exemplo, constituir elemento de concessões em proveito de sectores de peso económico mais decisivo.

Por fim, a França não participa nas negociações a título autónomo: é a Comunidade Europeia que, por intermédio da Comissão, representa colectivamente - e solidariamente - os doze Estados membros. O que portanto significa que a França, seja qual for a limpidez das posições declaradas, não pode bloquear o processo de negociação no seio do GATT: deve primeiro fazer convergir as ditas posições no seio da Comunidade...

Nesta base, que pode observar-se? Para contrariar as posições americanas conviria evidentemente fazer prevalecer uma posição de defesa do audiovisual nacional e europeu que fosse ao mesmo tempo rigorosa e determinada. Seria eufemismo dizer que tal não foi o caso até hoje.

Resumamos: **Primeiro acto das negociações:** desde o início, quer dizer, desde 1986, aquando do lançamento do "Uruguai Round" em Punta Del Este,

e desde 1990, que a Comunidade aceitou expressamente fazer figurar o audiovisual e a cultura entre os domínios de extensão das competências do GATT, precisando-se mesmo no projecto de acordo de Montreal em 1988 que os "princípios gerais do GATT" seriam aplicáveis a esses serviços.

Segundo acto: em Julho de 1993, as instâncias comunitárias reivindicam apenas uma cláusula de "especificidade cultural", desprovida de qualquer pertinência política e jurídica face às pretensões americanas, na medida em que correspondia precisamente à posição já tomada pelo GATT com o pleno acordo dos negociadores americanos. Posição traduzida a partir de 1990 pela criação de um "grupo de trabalho sectorial específico do audiovisual" e pelo princípio segundo o qual as regras do GATT poderiam ser especificamente adaptadas a cada um dos relativos domínios. Isto é, tratando-se de defender a cultura europeia, uma cláusula sem qualquer alcance, revelando de passagem um cruel desconhecimento do dossier por parte da maioria dos membros do Parlamento Europeu.

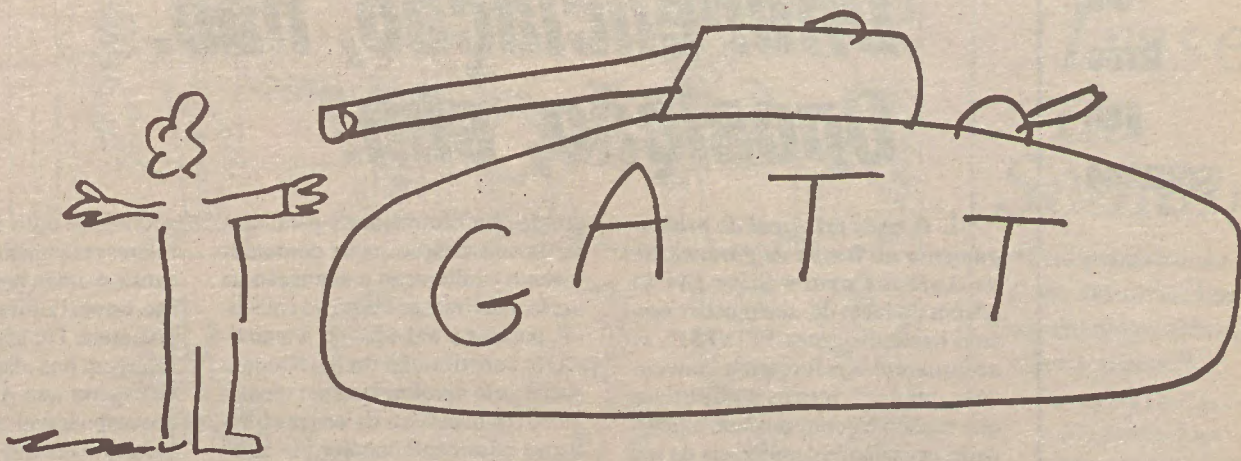
Terceiro acto: tocado pelo remorso, o Parlamento Europeu voltou hoje - Setembro de 1993 - a uma posição mais consequente, juntando-se à noção de "excepção cultural", objecto de um tocante consenso no debate público francês. Esta noção é entretanto muito ambígua e, na lógica do GATT, apresenta sérios riscos de conseguir uma vitória de Pirro se fosse adoptada. Claro, no espírito da maioria dos promotores, artistas e cineastas, esta cláusula pretende significar que, por motivos culturais, os princípios do GATT (cláusula do país mais favorecido, tratamento nacional...) não se aplicaria aos intercâmbios audiovisuais. Mas na própria arquitectura do GATT, a noção de "excepção" tem um outro significado. O professor De Lacharrière, eminente especialista destas questões, escreveria há uns anos, tendo estudado os procedimentos do GATT, que "o GATT vive apenas das excepções que admite às suas próprias regras". Vários artigos dos acordos (artigos 20 e seguintes) prevêem expressamente o mecanismo das excepções na aplicação dos princípios do GATT, logo que um país invoque, por exemplo, a necessidade de salvaguardar em casa sua, a segurança, a ordem pública, a saúde pública ou a conservação dos tesouros nacionais... A "excepção" cultural poderia então ser junta a esta lista de excepções. Mas tal significaria que o GATT seria perfeitamente competente de maneira geral, salvo quando, por excepção, certos "serviços audiovisuais" pusessem de facto em causa questões culturais. Imagina-se os problemas de interpretação que não deixariam de aparecer na prática... É por isso que a única posição efectivamente operacional face às ameaças que o GATT faria pesar sobre o audiovisual francês e europeu, é a da



"excepção cultural", quer dizer a exclusão das questões culturais do âmbito das competências do GATT.

Será esta posição demasiado irrealista ou radical? Foi precisamente uma tal cláusula de "exclusão" - ou de "isenção" - que o Canadá conseguiu obter no seu tratado de comércio livre com os Estados Unidos, negociado ao mesmo tempo - 1988 - que o "Uruguai Round". O artigo 1205 do acordo estipula expressamente a exclusão de qualquer sector cultural, de todas as indústrias culturais integrando particularmente o audiovisual (ficam de resto igualmente excluídos os sectores que em França relevam dos domínios tradicionais do serviço público: educação, saúde, segurança social, transportes...). O problema é portanto simples: não poderia a Europa obter dos Estados Unidos o que o Canadá conseguiu? Na realidade a questão está mal posta: não se deve perguntar se a "Europa pode", mas sim se a "Europa quer". No essencial, os valores da Comissão Europeia não serão precisamente os mesmos dos do GATT? O negociador europeu, Lord Brittan, não partilhará a mesma fé nos princípios liberais dos seus interlocutores americanos? As respostas a essas questões estão, infelizmente, já em vias de ser dadas. Aquando da sua recente reunião de Mons, em 5 de Outubro, os ministros da Comunicação da Europa dos Doze pretenderam definir a "excepção cultural" em seis pontos (manter a directiva "Televisão sem fronteiras" e as suas quotas, manter as ajudas financeiras nacionais e o poder da regulamentação nacional...) Mas estas diferentes reivindicações supõem assim a aceitação prévia da competência do GATT no domínio audiovisual e foram apresentadas pelo Comissário europeu encarregado do dossier como destinadas a "alimentar o debate"... Fica-se longe de uma cláusula de exclusão, única a poder conter os perigos. Mas não podemos contentar-nos com lamentar a falta de determinação e de coerência apenas das instâncias comunitárias. É necessário também lamentar as contradições da própria posição francesa, que os negociadores americanos não desdenham explorar: com efeito, a posição central dos Estados Unidos relativamente ao audiovisual con-

siste em contestar fundamentalmente que tal releve da cultura. Por seu lado, a posição francesa consiste, oficialmente, em afirmar, ao contrário, alto e bom som, a dimensão cultural do audiovisual. Mas, na mesma altura, um projecto de lei do sr. Carignon, amplamente divulgado, visa, por exemplo autorizar um segundo corte nas obras audiovisuais francesas e europeias nas cadeias privadas francesas, isto é, visa claramente fazer prevalecer as lógicas financeiras e de mercado sobre a natureza cultural das obras assim mutiladas. Poder-se-á assim acreditar nas negociações com os Estados Unidos? Observações análogas poderiam ser feitas quanto à sorte que espera a SFP, símbolo, efectivamente, de uma televisão de criação e de ambição cultural mas abandonada pelos poderes públicos comprometidos com puros cálculos económicos...



Tecnocratas de mãos limpas

■ **Raoul Peck** — Cineasta haitiano

A região de onde venho cobre países tão diversos como Cuba, Porto Rico, Guadalupe, Jamaica, a costa Leste da Nicarágua, a da Colômbia ou da Costa Rica; isto é, cerca de meia centena de entidades culturais diferentes e muitas vezes negligenciadas.

O acesso aos meios de expressão audiovisuais, com algumas excepções, nomeadamente no caso de Cuba, é praticamente inexistente. O cinema é um luxo. As televisões locais só têm de local o seu lugar geográfico. Algumas ilhas já não possuem salas de cinema. Outras nunca as tiveram. Na maior parte desses países, as estações de televisão recebem os seus programas gratuitamente dos Estados Unidos, do Canadá, da França, da Espanha ou de outros lugares, programas que afogam pouco a pouco as produções locais.

Nas Antilhas francófonas, um único distribuidor e explorador, com base em Paris, detém o monopólio de todas as salas de cinema. Esta situação de monopólio é a mesma que a América poderia obter a médio prazo sobre a totalidade dos territórios europeus, em nome de uma lógica de livre câmbio, que nem é livre nem é câmbio.

Assim, no Haiti, o meu filme *L'Homme sur les Quais* não será distribuído, não por motivos políticos locais como seria de esperar, mas simplesmente porque este distribuidor, de que falei acima, pensa que o valor comercial do meu filme nas Antilhas é quase nulo, apesar de todo o interesse cultural pelos habitantes desta região. Preferi portanto recusar a oferta extremamente irrisória que ele me

fez, a fim de não vender em saldos nem o meu trabalho nem o dos outros.

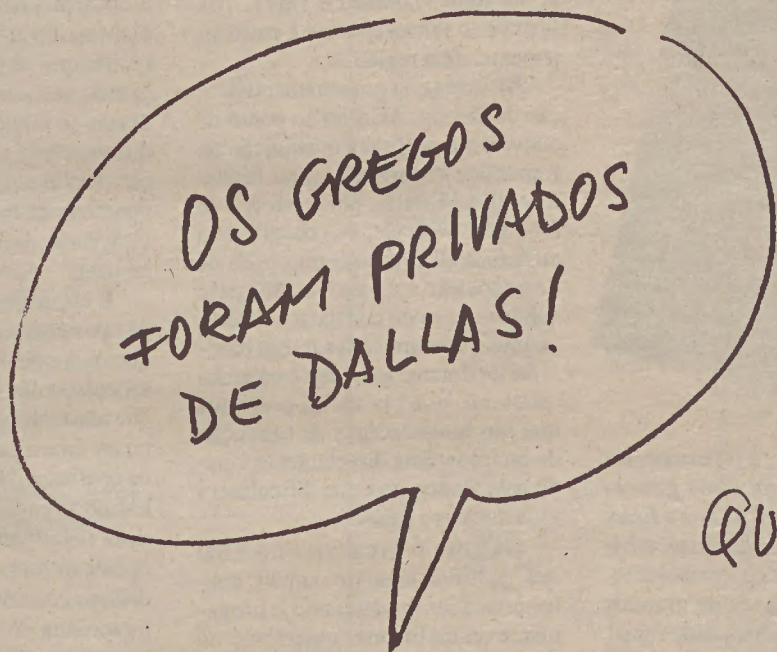
Esta história poderia um dia destes desenrolar-se em França. Hoje, depois da queda do muro de Berlim e após o desmembramento do império soviético, qualquer diferença ideológica, qualquer análise crítica da lógica da economia de mercado parecem ter desaparecido.

A derrota histórica dos países de Leste transformou inconscientemente o capitalismo puro e duro na única forma viável de sociedade. Enquanto que, comparada com o conjunto da humanidade, esta forma de sociedade dita ocidental é um imenso malogro, já que não poupa senão uma ínfima minoria dos seus membros à custa do resto da humanidade.

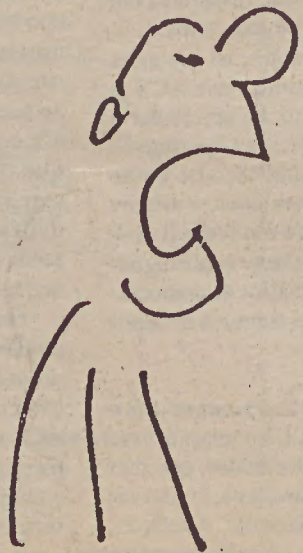
No Haiti, e isto desde Cristóvão Colombo, a lógica do lucro que agora domina a totalidade do mundo não pára de causar estragos. Sabemos do que estamos a falar. A exploração da maioria por uma minoria é vivida quotidianamente.

O GATT, tal como quer apresentar-se hoje, seria a consagração hegemónica desta lógica do lucro. Uma lógica de tecnocratas, uma lógica de mãos limpas. Uma lógica que nos pede para sermos compreensivos, conciliadores, realistas, objectivos. Uma lógica que nos pede para aceitarmos a realidade das coisas ao mesmo tempo que nos faz crer que esta realidade é imutável e eterna. Perdoem-me a escolha da imagem, mas não posso impedir-me de pensar naquele condutor de locomotiva no filme *Shoah*. As nossas obras tornam-se mercadorias. Tentam fazer-nos aceitar essa comercialização como uma evidência decorrente da normalidade das coisas. Cada um de nós bate-se hoje em permanência contra aqueles a quem chamo negociantes. Pintores, escritores, músicos, cineastas temos já de nos defender todos os dias nesse famoso mercado. Porquê? Porque esse mercado é contrário à própria essência do nosso trabalho. Vivemos numa sociedade em que a poesia se vende e a cultura se mede com o audiómetro. E tudo isto parece perfeitamente normal.

Nós, artistas, actores, cineastas, recusamos ser tecnocratzados. Não estamos cá para sermos "compreensivos, conciliadores, realistas, objectivos". Mantenhamos o sonho de uma verdadeira liberdade de expressão, mantenhamos o sonho de uma coabitação pacífica entre as culturas da Terra, única condição de um enriquecimento mútuo, única condição da sobrevivência para todos nós.



QUE ESCÂNDALO!



Um
livro
por
quinzena

Diferenciação, não. Oposição, sim.

■ Pedro Ramos de Almeida

1. O risco principal do prolongamento no tempo de governação de Aníbal Cavaco Silva (ACS) advém do facto de, sob o poder pessoal deste dirigente PPD/PSD, se acentuarem e reforçarem concepções, práticas, rotinas e objectivos que atacam e comprometem a liberdade, esvaziam a democracia do seu conteúdo popular, tal como corrompem e apagam a soberania e identidade nacionais.

Esta realidade que nos anos noventa se veio a adensar, já se anunciava na colecção de intervenções (6.XI.85/3.IV.87) de ACS («Cumprir a esperança»), cuja apreciação iniciámos a 30.XII.93.

«Cumprir a esperança, hoje, é agarrar a oportunidade de desenvolvimento e progresso que temos à nossa frente», declara Cavaco Silva no Prefácio (p. 11) daquela obra.

Para ele, sob o oportunismo político de direita, «agarrar» o tempo de crescimento veio a ser realmente entendido como uma

gração, multiformemente paralisante, da concertação social corporativista; a adulteração e alienação da união, movimento e espírito colectivo, popular e trabalhador; a tentativa de substituição do movimento social pelo aprofundamento ideológico, em benefício de um pragmatismo falsamente incolor, de facto imediatista, acéfalo e desmobilizador; o adensamento intimidatório de operações policiais e de forças de intervenção em manifestações públicas antigovernamentais de diferenciados e até contraditórios sectores nacionais; a repetida submissão monopolista e o empobrecimento, conceptual e democrático, dos grandes meios de comunicação social — tudo contribuindo largamente, sob a ofensiva do capital financeiro e monopolista, para enfraquecer e marginalizar o movimento de massas e o movimento da

opinião pública — inclusive atingindo e afectando as colectividades desportivas — debilitando deste modo as forças oposicionistas, nas suas raízes e expressões mais populares.

2. O poder político, a divisão e

estruturação social que opõe governantes e governados, de que o Estado é apenas uma forma desenvolvida e moderna, nasceu, estabeleceu-se e progrediu através de grandes lutas históricas, em sociedades antigónicas: em sociedades assentes na desigualdade e oposição de classes — determinadas, em última análise, pela sua posição na divisão social do trabalho e face à propriedade privada dos meios de produção — cujos interesses económicos e políticos mutuamente se excluem.

Neste cenário de exploração, o Estado foi sempre, e antes de tudo o mais, um poderoso instrumento de «violência legítima» (porque imposta/porque e enquanto aceite), basicamente destinado a assegurar e fazer vingar, contra os produtores despossuídos, uma ou mais formas de propriedade privada e de mais-valia, e com elas os interesses dos grupos socialmente dominantes.

Como bem se compreende, a concepção marxista-leninista da

sociedade e do Estado, dados os interesses parasitários que põe em causa, é ainda hoje, sob o capitalismo imperialista, historicamente polémica. Ou seja: fonte e objecto de áspera luta ideológica. E não será de esperar que ACS — como quadro responsável da União Europeia, como governante da sociedade e do Estado monopolistas e antagónicos em que Portugal, em perda de soberania, se estrutura — e adopte ou nela venha a reconhecer-se...

Para ACS, o centro do poder, da «sociedade civil» e não civil, de Portugal (ou da «região portuguesa») não é a Nação, o Povo, o Estado, a Constituição, as leis, o PPD/PSD... O centro da vida é para ele — um pouco à maneira de Salazar, e de todos os senhores do poder pessoal — o Governo, o principal órgão executivo da democracia portuguesa.

Assim, logo no debate de apresentação do Programa do X Governo Constitucional na Assembleia da República (AR), em 15.XI.85, ACS parece querer ignorar que o semi-presidencialismo, que vigora constitucionalmente em Portugal desde 1976, se traduz numa forma de organização do poder que faz que os dois principais órgãos soberanos do Estado sejam o Presidente da República (PR) e a própria Assembleia da República (AR) — e nunca o Governo. Diz ACS:

«O Governo sabe bem as dificuldades que o esperam, mas não recua, sabe bem as suas responsabilidades e não as enjeita. Mas sabe também que o momento que se vive em Portugal é de grande esperança na sua actualização. Aí reside a sua força».

Tal como acrescentará, a 20.XI.85, no encerramento desse mesmo debate, enchendo o peito de ar: «Vamos viabilizar o País (...)!» E de facto Portugal era, e é crescentemente, uma região...

Na defesa da governamentalização do Estado, ACS irá ao ponto de converter a própria Constituição da República Portuguesa, a lei fundamental do Estado, em... «força de bloqueio!» Diz ele: «(:) chegou-se a atribuir ao Governo o propósito de desrespeitar a Constituição, pelo simples facto de constatar e referir, como o fizeram várias forças partidárias durante a recente campanha eleitoral, que ela inclui preceitos que são bloqueadores da execução de um programa directamente votado pelo eleitorado e que dificultam a vida do nosso país».

Não era o Programa do PSD que, justificadamente ou não, contrariava a lei fundamental e propunha, eventualmente, objectivos ou práticas inconstitucionais. Era a Constituição que não respeitava um Programa sufragado por votos...

E cinco dias antes, na sua clara ofensiva anticonstitucional, ACS já fora até mais claro, ao apresentar o seu Programa: «(...) a Constituição não representa um traço de união entre cidadãos, mas antes se afigura como um ponto de discórdia (...)!»

A discórdia entre os portugueses, para os adversários da democracia, é sempre a lei suprema de Abril que a semeia...

3. A política é sempre uma relação de poder. Uma relação entre governantes e governados, que tem por objectivo a conquista, conservação e exercício do poder. A relação, com os mesmos objectivos, entre

governados e governantes, poderá ser — e é-o geralmente — uma relação com objectivos políticos. Mas não é uma relação política, exactamente porque não é, ou não é ainda, uma relação de poder. Eventualmente será uma relação de reivindicação, pela transformação, atenuação ou desaparecimento de poderes. Mas não é uma relação de poder, porque as massas populares, como sujeito activo, dando conteúdo material próprio à soberania popular, o não conquistaram ainda.

Quando ACS, em 18.XI.85, na apresentação do Programa do X Governo Constitucional na AR afirma: «As tarefas em democracia são de todos, no poder ou na oposição, e nós não enjeitaremos as nossas», — ele aparenta dar um exemplo de grande generosidade, com promoção e respeito pelos direitos de todos. Na realidade, ele limita-se a irresponsabilizar os governantes e a envolver e manietar os governados, não nos direitos mas nas obrigações de poder da classe dominante.

Tal como ao destacar, dias antes, na tomada de posse do mesmo Governo, que «o exercício do poder deve ser conduzido de forma que resulte clara para a opinião pública não só a actualização do Governo, mas também das forças da oposição, parlamentar ou não», ele tende a iludir que o dever de informação, clareza e publicidade em política é, em primeira mão, uma obrigação estatal inalienável, dada a sua natureza de poder público; obrigação essa que nunca pode ser escamoteada ou oculta por eventuais carências oposicionistas e partidárias, próprias ou alheias.

É esta recusa de reconhecimento, à oposição, de um estatuto próprio, distinto e contraditório ao do poder — recusa que se pretenderá vir consagrando, primeiro na prática política e depois no direito vigente — que conduz directamente à limitação e negação das liberdades fundamentais, em benefício da hegemonia estagnada e estagnante das classes monopolistas no poder.

É ela que estará na base da busca de oposições «colaborantes» («penso que uma oposição responsável deve ser colaborante, embora seja evidente que não tenha de ser concordante» — no encerramento do debate da moção de confiança, 26.VI.86), como o tinha levado ao culto da oposição «construtiva» («aos partidos democráticos da oposição propomos uma prática de diálogo construtivo e transparente»), na tomada de posse do X Governo Constitucional.

É esta concepção direitista da oposição pública e do Estado, que tem necessariamente pontos de contacto e riscos de extrapolações desajustadas, no tempo e na relação de forças sociais, com o salazarismo/caetanismo, que o levará, na sua colectânea seguinte — «Construir a modernidade», 1989 — a avançar mais na senda do culto de uma diferenciação que se substituisse à oposição.

Os anarquistas preconizavam, à esquerda, a abolição imediata do Estado, antes de terem vencido a contradição classista que lhe dava origem. ACS, esse, quer que a direita faça submergir a oposição na diferenciação, embora conservando e multiplicando os antagonismos da exploração.

A cada um o seu futuro.



declaração e urgência para a sujeição de Portugal ao domínio e opções monopolistas: sob velhas estruturas atlânticas e novas formas e destaques confederais e europeus, o imperialismo, de ascendência estrangeira, corromperá aceleradamente a autonomia e a consciência histórica portuguesas — destruindo, subvertendo ou apoucando a identidade nacional e o movimento popular.

Neste quadro, e para tanto, ACS vir-se-á batendo, desde então e de um modo crescente, pelo desuso e definhamento das liberdades civis, formais e materiais; a multiplicação de intromissões antioperárias e anti-sindicais nas empresas e na vida; a hostilização, às vezes aparentemente por meras razões tributárias, das jovens gerações estudantis e da sua capacidade de luta em favor da ascensão cultural e social; a consa-

Gazetilha

O nome da coisa

Nos domínios de Arlequim
mas que grande confusão
PPD é nome sim
PSD nome não.

Onde uns vão, outros não vão
entrechoca-se o chinfrim
o PPD é que não
PSD é que sim.

Sim, não, sim, sim, não, sim, não
mas que grande confusim
com todos a dizer são
com todos a dizer nim...

Distrital, etc. e tal

Senhores, podem fazer
tudo aquilo que quiserem
desde que aquilo que querem
seja igual ao meu parecer.

Ser livre é bem que venero
e torna a gente mais rica.
Mas um conselho aqui fica:
queiram somente o que eu quero.

Sois livres? Sois, na verdade.
Tão medíocres, que enfim,
toda a vossa liberdade
começa e acaba em mim...

História com memória

Champalimaud e Jardim
andam na berlinda os dois
e fazem tocar os bois
mais a mim mais a mim.

O Sotto Mayor já deu.
Totta espreira baú.
Ora agora bailo eu
ora agora bailas tu...

Disputam ossos e peles
abutres de antiga bruxa
enquanto, por baixo deles,
há uma pátria que estrebucha.

Quem tem alguma memória
entende melhor a crise.
Champas, Jardim... Uma história
que está passando em reprise...

Explicação

Dizem alguns que há calma na cidade.
Crise, se existe, é uma crise mansa.
Mas os jornais estão na desesperança.
Concorrência, tenaz ferocidade!

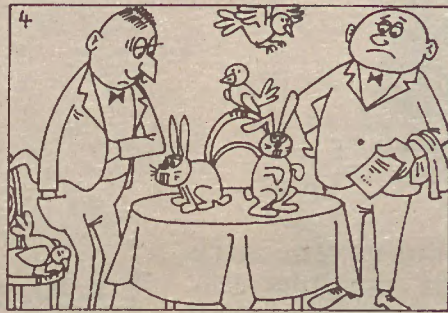
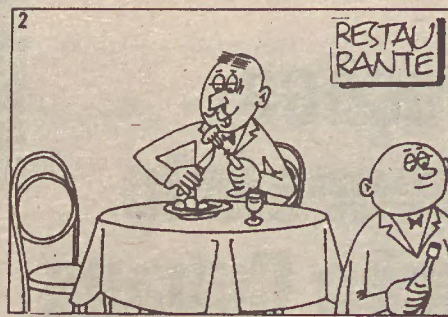
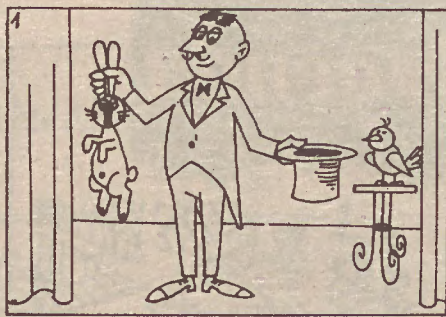
Rareia mais e mais publicidade.
Dela, cada vez menos lucro avança
e cada qual na corda bamba dança
com o abismo à vista a que velocidade!

Mas para a Situação e sua gente
é navegar a pano solto, em frente,
na arte da mentira e da trapaça.

Tempos de antena fartamente auferem.
Publicidade têm-na quanta querem
por uma razão simples: é de graça.

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS



Mouco, não é

Malferido nas pugnas da distrital de Lisboa do PSD, Santana Lopes foi recebido no regaço dos incondicionais da SEC num almoço comemorativo do 4º aniversário do seu consulado cultural. Falaram os do costume com as manteiguices habituais. O subsecretário de Estado, Manuel Frexes, aproveitou para atacar a comunicação social no que parece ter-se tornado uma firme linha de intervenção da casa. Chegou mesmo a interrogar: "Que

país é o nosso onde os que cumprem o seu trabalho não são notícia?" Esta de não ser notícia não pode referir-se a Santana Lopes... Mais elaborada, ainda, foi Simonetta Luz Afonso. Afirmou ela em certo momento: "Perguntaram-me um dia se um secretário de Estado da Cultura tem de ser culto. Respondi que não necessariamente, desde que saiba ouvir." Com isto, a responsável máxima dos Museus prova que Santana Lopes não é mouco...

Vasco Pulido Valente, por exemplo, não hesita em acusar os promotores do Congresso de terem o "propósito de reunir os inimigos de um governo legitimamente eleito e discutir os meios de o liquidar". Mas o mesmo Valente, numa outra peça no mesmo jornal, não hesita em declarar que "o 'carisma' de Cavaco Silva (para não lhe chamar outra coisa) impediu o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das instituições políticas portuguesas e estabeleceu em seu lugar um regime populista e plebiscitário". Então em que ficamos? Esta perversão do regime não legitima que os opositores de Cavaco Silva se unam para corrigir o entorse e assegurar o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das instituições políticas portuguesas?

Um patamar

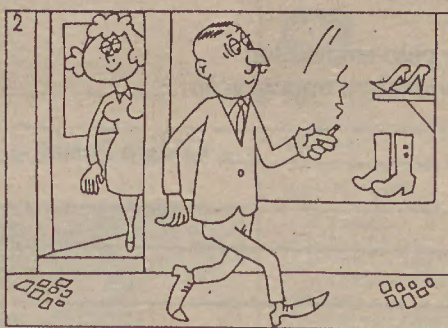
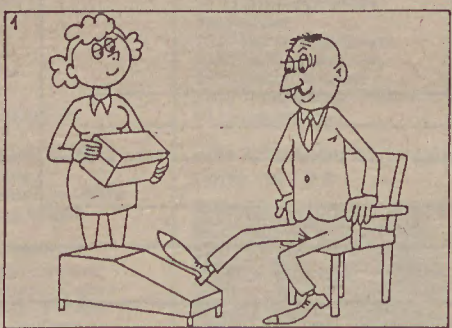
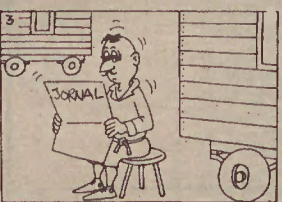
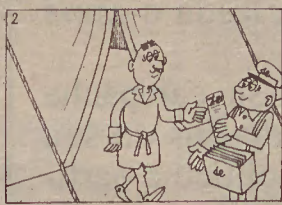
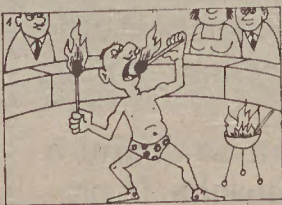
Os jornais noticiaram que todos os elementos do grupo do "Manifesto" abandonaram a chamada "Plataforma de Esquerda" e com eles outros críticos que não se sujeitam ao papel de peões de brega do PS ou de escadote das ambições de alguns que o que querem é trepar para lugares bem remunerados no poder. Um nosso amigo observador atento destas operações escreveu-nos a dizer: "Plataforma aquilo? É um simples patamar... e dos pequenos."

As confusões de Valente

Afinal, os direitinhos do "Independente" são muito mais situacionistas do que querem parecer. Pudera, a situação é que é o seu ganha-pão. E vê-los como se atiram furiosos ao Congresso "Portugal: que futuro?". Mas os rapazes estão nesta emergência um bocado confusos e perturbados.

As verduras de Portas

É aqui que surge o Paulo Portas, com os seus verdes anos, a confessar por claro o que receia no Congresso "Portugal: que futuro?", sem recorrer a pretensos argumentos de ciência política, que aliás desconhece. O que Portas teme é que "a direita faça de idiota útil". Por isso é ele que decreta que "a oposição de direita, construída a pulso por Manuel Monteiro, não pode ter nada a ver com o 'frentismo de esquerda'". Estará ele mandatado pelo Monteiro? Mas por quê tanta perturbação?



frases da Semana

"Pela primeira vez na nossa História, houve alguém que se debruçou sobre a música."

☞ (Álvaro Cassuto sobre Santana Lopes, no almoço comemorativo dos quatro anos de mandato do SEC, citado em «Público», 10.01.84)

"Este é o tempo de reafirmar os ingredientes do sucesso ocidental: democracia política, economia de mercado, comércio livre, comprometimento com a causa da paz."

☞ (João Carlos Espada - «Público», 10.01.94)

"No dia em que Cavaco Silva abandonar a política activa, os militantes do PSD arriscam-se a verem-se ao espelho e a não gostarem do que vêem, mas então será tarde de mais."

☞ (Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 6.01.94)

"Tanto quanto sei, não foi o líder do partido que impôs o meu nome."

☞ (Arlindo Carvalho, novo Presidente da Distrital de Lisboa do PSD - «Diário de Notícias», 8.01.94)

"Sei também que o presidente do partido, ao tomar conhecimento do meu nome, manifestou inteira concordância."

☞ (idem)

"Apoiaria seguramente Nogueira para suceder a Cavaco Silva."

☞ (idem - «Expresso», 8.01.94)

"Essa promiscuidade entre partido e Governo, com a clientela que gravita à sua volta, essa é a situação."

☞ (Gomes Mota - «Semanário», 8.01.94)

"Se do congresso ('Que Futuro para Portugal?') sair uma ideia positiva, a sua formulação implica a unidade de esquerda, que o Partido Socialista, e muito bem, vem repetidamente recusando."

☞ (Leonel Moura, artista plástico e membro do PS - «Público», 11.01.94)

Comemorações do 35º aniversário da Revolução Cubana

Em Setúbal

sábado, dia 15,
promovido pelo Núcleo de Setúbal
da Associação Portugal-Cuba:

Encontro com delegados ao Encontro Europeu de Solidariedade com Cuba realizado recentemente em Havana: testemunhos, projecção de vídeo, mostra de fotografia: a partir das 16h na sede do Núcleo, R. Dr. António Joaquim Granjo (junto à Igreja de Sta Maria), 72, 1º.

Jantar comemorativo no restaurante "O Beco", no Lg. da Misericórdia, às 20h.

Estará presente em ambas as iniciativas o Embaixador de Cuba

Lisboa

sábado, dia 15,
promovido pela Juventude Comunista Portuguesa:

Encontro-convívio na Caixa Económica Operária, a partir das 20h, com a presença de Niurka Domenico, membro do Comité Nacional da Juventude Comunista de Cuba

Agenda



Campanha de assinaturas do «Avante!»

O interesse que se tem colocado na promoção de assinaturas do «Avante!» tornou-se agora uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

O «Avante!» como publicação periódica beneficiava de uma taxa de porte especial.

Este estatuto foi-lhe retirado com a alegação de que é um jornal partidário, o que triplica o custo do seu envio pelo correio e inviabiliza o presente sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma outra modalidade de expedição suportável (só para o Continente e Regiões Autónomas), mas que exige um *mínimo de mil assinaturas*.

Este número torna-se assim o objectivo de uma campanha de promoção de assinaturas do «Avante!» que deve estar concluída o mais rapidamente possível.

É para o sucesso desta campanha que vimos apelar, seguros do seu importante alcance político e partidário.

Tabela de Assinaturas

Portugal	50 números: 6750\$00
	25 números: 3487\$50

Ficha de assinatura do «Avante!»

A preencher pelo assinante:

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o banco/Estação de

correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90-7º A,

1100 Lisboa, no valor de _____ \$ _____.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Reunião de dirigentes, delegados sindicais, membros das Comissões de Trabalhadores

com a participação do camarada
Domingos Abrantes

- análise da situação política e social
- tarefas do Movimento Sindical

Sexta-feira, dia 14
a partir das 10h
no CT de Alpiarça

REUNIÕES E PLENÁRIOS

Santarém

Reunião de militantes para balanço das eleições autárquicas e discussão do calendário de trabalho para 1994: sexta-feira, dia 14, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Lisboa

Sessão-convívio, com entrega dos novos cartões do Partido 1994/95, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: sexta-feira, às 20h, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião do Executivo da Zona Norte de Lisboa: sábado, às 13h, no Centro de Trabalho de Benfica.

Plenário de militantes do PCP e de activistas e candidatos da CDU de **Alcabideche**, para balanço do trabalho eleitoral, resultados eleitorais e situação decorrente: no CT de Alcabideche, domingo, às 15h30.

Reunião ampla de militantes da Organização Regional do Porto

sobre

**A situação política
e as tarefas do Partido**

Sábado, dia 15, às 15h
no Centro de Trabalho da Boavista

Lisboa
Para entrega
dos novos cartões 94/95:

**Lanche-convívio
no CT de Alcântara**

Sábado, dia 15, às 15.30

**Confraternização
no CT dos Olivais**

Sábado, dia 15, às 15h

Televisão

Quinta, 13

- 08.00 Bom Dia
09.15 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 A Sombra de Um Homem
(ver «Filmes na TV»)
16.50 O Factor Humano
18.00 Caderno Diário
18.00 Lotaria Nacional
18.15 Marina, Marina
18.45 Com a Verdade Me Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.45 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.10 Ratos e Coriscos
23.10 2000 Malibu Road
00.10 24 Horas
00.50 Tempo de Matar

- 12.00 Infantil
12.55 Intensamente Maria
13.45 Forças Especiais
14.20 Sem Legendas
15.55 Força Bruta
16.20 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.50 Infantil
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 A Crise dos Mísseis
Cubanos
20.45 Sem Limites
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.15 Remate
22.30 Deus nos Acuda
23.20 Você é Excepcional
00.20 Tramas de Seda
01.25 Magazine
«Ecologia/Ciência»

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Na Cama Com...
00.20 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola



«Uma Fenda na Muralha», nova série policial: segunda-feira, às 23.15, no Canal 1

- 22.20 Casos de Polícia
23.20 Cuidado com as Aparências
23.55 Último Jornal
00.20 Os Donos da Bola
00.30 Em Nome de Uma Criança
01.20 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Telemotor
22.10 Artur Albarran
00.50 Ponto Final
01.10 Hunter

Sexta, 14

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 A Escola Assombrada
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 Nuvem Amarela
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Agora Escolha!
18.00 Caderno Diário
18.10 Marina, Marina
18.40 Com a Verdade Me Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.45 O Dono do Mundo
21.40 Esperança - Parte II
(ver «Filmes na TV»)
23.20 24 Horas
24.00 Loucura nas Ruas
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 Intensamente Maria
13.45 Competições Fantásticas
14.20 Sem Legendas
15.55 Vida Animal
16.25 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.55 Infantil
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Os Trintões
20.50 Outras Margens
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.15 Remate
22.30 Deus nos Acuda
23.20 Casa Comum
00.55 O Rosto
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Na Cama Com...
00.20 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Na Cama Com...
00.20 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Classe de 96
14.30 A Lança em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
16.30 PS: Amo-te
17.30 Grandes Planos
18.00 Portugal Radical
18.30 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 MTV

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Charlie Chaplin
(ver «Filmes na TV»)
13.40 Pet Shop Boys
14.30 Eerie Indiana
15.00 A Gruta da Rosa Dourada
16.00 TV2 Desporto
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.50 Crimes
00.30 La Dolce Vita
(ver «Filmes na TV»)
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Classe de 96
14.30 A Lança em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
16.30 PS: Amo-te
17.30 Grandes Planos
18.00 Portugal Radical
18.30 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 California Dreams
20.30 Futebol: PSG-Marselha
22.15 Rua Jump, 21
23.00 Ponto Final
23.20 O Gavião dos Mares
(ver «Filmes na TV»)
09.50 Consultório do Accionista
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Momentos de Glória
13.05 Contra-Ataque (desporto)
14.35 Prova dos Nove
15.10 Estrela (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.55 Duque de Ouros
22.00 Missão Secreta
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Informação Quatro
23.50 Os Olhos da Noite
(ver «Filmes na TV»)
09.00 Universidade Aberta
12.00 Charlie Chaplin
(ver «Filmes na TV»)
13.40 Pet Shop Boys
14.30 Eerie Indiana
15.00 A Gruta da Rosa Dourada
16.00 TV2 Desporto
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.50 Crimes
00.30 La Dolce Vita
(ver «Filmes na TV»)
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Classe de 96
14.30 A Lança em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
16.30 PS: Amo-te
17.30 Grandes Planos
18.00 Portugal Radical
18.30 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 MTV

Sábado, 15

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto é Magia
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Força de Vencer
(ver «Filmes na TV»)
17.10 Emoções Fortes
18.05 Beverly Hills 90210 (IV Série - 1º epis.)
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Os Simpsons
21.00 Despedida de Solteiro



Maria João Luís na telenovela portuguesa «Verão Quente». Diariamente no Canal 1

- 22.00 Parábens
23.35 Dinastia Strauss
00.25 Pesadelo
em Elm Street II
(ver «Filmes na TV»)
12.30 Forum Musical
13.30 Regiões
14.30 Lisboa 94
15.00 TV2 Desporto
23.00 Artes e Letras: «Prémio do Filme Europeu»
00.05 Cammouille
(ver «Filmes na TV»)
09.00 Universidade Aberta
12.00 Charlie Chaplin
(ver «Filmes na TV»)
13.40 Pet Shop Boys
14.30 Eerie Indiana
15.00 A Gruta da Rosa Dourada
16.00 TV2 Desporto
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.50 Crimes
00.30 La Dolce Vita
(ver «Filmes na TV»)
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Classe de 96
14.30 A Lança em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
16.30 PS: Amo-te
17.30 Grandes Planos
18.00 Portugal Radical
18.30 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 MTV

- 09.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 National Geographic
14.30 O Miúdo da Bica
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tarzan
17.00 O Santo
18.00 Labirinto
18.30 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Bom, o Mau e o Vilão
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Conversas Curtas
01.00 Último Jornal
00.25 Espiões
01.25 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Forum
14.30 Queridos Inimigos
16.00 Rosa Baiana
17.30 Tio Carlos
18.30 O Novo Caminho das Estrelas
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.50 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Missão Impossível
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.05 Marés Vivas
15.10 Um Robot do Outro Mundo
(ver «Filmes na TV»)
19.15 Dinossauros
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Chela
21.00 Despedida de Solteiro
22.00 Os Bonecos da Bola
22.30 Paragem no Bairro Boémio
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Clips e Spots
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
11.00 Missa
12.00 70 x 7

Domingo, 16

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Missão Impossível
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.05 Marés Vivas
15.10 Um Robot do Outro Mundo
(ver «Filmes na TV»)
19.15 Dinossauros
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Chela
21.00 Despedida de Solteiro
22.00 Os Bonecos da Bola
22.30 Paragem no Bairro Boémio
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Clips e Spots

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
11.00 Missa
12.00 70 x 7

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.30 Crónicas Nómadas
16.05 As Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Vamp
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Verão de 45
20.40 Crimes
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Deus nos Acuda
23.10 Ópera: «Lucrécia Bórgia»
01.35 Magazine «Cinema»

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Lar, Doce Lar
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Tostões e Milhões
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Três É Companhia
01.20 MTV

- 09.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 National Geographic
14.30 O Miúdo da Bica
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tarzan
17.00 O Santo
18.00 Labirinto
18.30 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Bom, o Mau e o Vilão
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Conversas Curtas
01.00 Último Jornal
00.25 Espiões
01.25 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Forum
14.30 Queridos Inimigos
16.00 Rosa Baiana
17.30 Tio Carlos
18.30 O Novo Caminho das Estrelas
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.50 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação

«Os Trintões»: semanalmente à 6ª feira, ao fim da tarde, na TV 2



Segunda, 17

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Sarilhos Com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.15 O Homem Que Vendeu a Arma
(ver «Filmes na TV»)
17.00 O Factor Humano
18.10 Marina, Marina
18.40 Com a Verdade me Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.45 O Dono do Mundo
21.45 Festival RTP da Canção - 2ª Eliminatória
23.15 Uma Fenda na Muralha
24.00 Querido John
00.25 24 Horas
01.05 Bonecos Assassinos II
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.30 Crónicas Nómadas
16.05 As Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Vamp
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Verão de 45
20.40 Crimes
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Deus nos Acuda
23.10 Ópera: «Lucrécia Bórgia»
01.35 Magazine «Cinema»

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.30 Crónicas Nómadas
16.05 As Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Vamp
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Verão de 45
20.40 Crimes
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Deus nos Acuda
23.10 Ópera: «Lucrécia Bórgia»
01.35 Magazine «Cinema»

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Lar, Doce Lar
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Tostões e Milhões
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Três É Companhia
01.20 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 O Nosso Filho é Um Estranho
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Ponto Final
00.05 Desporto
00.35 Forum



«A Dinastia Strauss»: sábado, às 23.35, no canal 1

Terça, 18

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Sarilhos Com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 O Imperador Jones
(ver «Filmes na TV»)
17.10 O Factor Humano
18.10 Marina, Marina
18.40 Com a Verdade Me Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP-Financial Times
20.45 O Dono do Mundo
21.40 Os Inocentes
22.15 Nico d'Obra
22.45 Lace
23.35 Canções do Século
00.35 24 Horas
01.15 Tudo ou Nada
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Q.E.D.
14.20 Sem Legendas
15.15 Para Além do Ano 2000
16.05 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Vamp
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.15 Remate
22.25 Deus Nos Acuda
23.15 Ideias Com História
00.10 A Última Valsa
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Q.E.D.
14.20 Sem Legendas
15.15 Para Além do Ano 2000
16.05 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Vamp
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.15 Remate
22.25 Deus Nos Acuda
23.15 Ideias Com História
00.10 A Última Valsa
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
11.50 Consultório do Accionista
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Caixa de Perguntas
22.10 Queridos Inimigos
23.40 Ponto Final
00.05 Hunter

Quarta, 19

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 Furor de Matar
(ver «Filmes na TV»)
16.50 O Factor Humano
18.00 Caderno Diário
18.15 Marina, Marina
18.40 Com a Verdade me Enganas
19.20 Verão Quente
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.35 RTP-Financial Times
20.40 Vamos Jogar no Totobola
21.00 O Dono do Mundo
21.50 Sozinhos em Casa
22.20 Berkett, o Atirador
(ver «Filmes na TV»)
23.55 24 Horas
00.35 Projecto Mortal
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Universidade Aberta
14.20 Sem Legendas
15.10 O Sexo do Cérebro
16.00 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
16.55 Vamp
17.50 Patinagem Artística
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 A Igreja Católica em Portugal
20.40 Realce
21.25 TV2 Desporto
23.30 TV2 Jornal
24.00 RTP-Financial Times
00.10 Deus Nos Acuda
01.00 Heimatt II
01.55 Magazine «Artes Visuais»

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Universidade Aberta
14.20 Sem Legendas
15.10 O Sexo do Cérebro
16.00 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
16.55 Vamp
17.50 Patinagem Artística
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 A Igreja Católica em Portugal
20.40 Realce
21.25 TV2 Desporto
23.30 TV2 Jornal
24.00 RTP-Financial Times
00.10 Deus Nos Acuda
01.00 Heimatt II
01.55 Magazine «Artes Visuais»

- 16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Caixa de Perguntas
22.10 Queridos Inimigos
23.40 Ponto Final
24.00 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 13

A Sombra de um Homem

«The Browning Version» (Gr.Br./1951). Real.: Anthony Asquith. Int.: Michael Redgrave, Jean Kent, Nigel Patrick. P/B, 87 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Tempo de Matar

«Time to Kill» (EUA/1989). Real.: Giuliano Montaldo. Int.: Nicolas Cage, Ricky Tognazzi, Patrice Flora Praxo. Cor, 102 min. Drama. (00.40, Canal 1)

SEXTA, 14

Nuvem Amarela

«The Clouded Yellow» (Gr.Br./1950). Real.: Ralph Thomas. Int.: Jean Simmons, Trevor Howard, Sonia Dresdel. P/B, 92 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Esperança, Parte II

«Part 2, Sounder» (EUA/1976). Real.: William A. Graham. Int.: Harold Sylvester, Ebony Wright, Taj Mahal. Cor, 98 min. Ver Destaque. (21.35, Canal 1)

O Gavião dos Mares

«The Sea Hawk» (EUA/1940). Real.: Michael Curtiz. Int.: Errol Flynn, Brenda Marshall, Claude Rains, Flora Robson, Donald Crisp, Alan Hale. P/B, 127 min. Ver Destaque. (23.40, Quatro)

Loucura nas Ruas

«Crazy Streets» / «Forever, Lulu» (EUA/1987). Real.: Amos Kollek. Int.: Hanna Schygulla, Deborah Harry, Alec Baldwin. Cor, 83 min. Comédia. (23.55, Canal 1)

O Rosto

«Ansiktet» (Suécia/1958). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Max von Sydow, Ingrid Thulin, Ake Fricell, Naima Wifstrand, Lars Ekborg. P/B, 98 min. Ver Destaque. (00.20, TV 2)

Amor e Sangue

«Flesh + Blood» (EUA/1985). Real.: Paul Verhoeven. Int.: Rutger Hauer, Jennifer Jason Leigh, Tom Burlinson. Cor, 126 min. Aventura. (01.45, SIC)

SÁBADO, 15

Charlie Chaplin

«A Woman» / «The Fireman» / «The Floorwalker» (EUA/1915/1916). Real.: Charlie Chaplin. Int.: Charlie Chaplin, Albert Austin, Lloyd Bacon, Eric Campbell. P/B, 76 min. Ver Destaque. (12.20, TV 2)

A Lança em Chamas

«Flaming Star» (EUA/1960). Real.: Don Siegel. Int.: Elvis Presley, Barbara Eden, Steve Forrest, Dolores Del Rio. Cor, 101 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Força de Vencer

«The Pistol: The Birth of a Legend» (EUA/1991). Real.: Frank C. Schroeder. Int.: Millie Maravich, Nick Benedict, Adam Guier. Cor, 96 min. Drama. (15.30, Canal 1)

Missão Secreta

«Springfield Rifle» (EUA/1952). Real.: Andre DeToth. Int.: Gary Cooper, Phyllis Thaxter, David Brian, Paul Kelly, Lon Chaney, Philip Carey. Cor, 88 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

Os Olhos da Noite

«Wait Until Dark» (EUA/1967). Real.: Terence Young. Int.: Audrey Hepburn, Alan Arkin, Richard Crenna, Efrem Zymbalist, Jr. Cor, 107 min. Ver Destaque. (23.50, Quatro)

A Doce Vida

«La Dolce Vita» (It./Fr./1960). Real.: Federico Fellini. Int.: Marcello Mastroianni, Anouk Aimée, Anita Ekberg, Alain Cluny, Magali Noël. P/B, 167 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

Pesadelo em Elm Street - 2

«A Nightmare on Elm Street, Part 2: Freddy's Revenge» (EUA/1985). Real.: Jack Sholder. Int.: Robert Englund, Mark Patton, Kim Meyers. Cor, 82 min. Horror. (00.25, Canal 1)

DOMINGO, 16

Um Robot do Outro Mundo

«And You Thought your Parents Were Weird» / «Newman» (EUA/1991). Real.: Tony Betzer. Int.: Joshua Miller, Edan Gross,

Marcia Strassman. Cor, 89 min. Fantástico. (a partir das 14.00, Canal 1)

Costa Azul

«Costa Azzurra» (It./1960). Real.: Vittorio Sala. Int.: Alberto Sordi, Elsa Martinelli. Cor, 92 min. Comédia. (14.30, SIC)

O Bom, o Mau e o Vilão

«Il Buono, Il Brutto e Il Cattivo» (It./1966). Real.: Sergio Leone. Int.: Clint Eastwood, Eli Wallach, Lee Van Cleef. Cor, 148 min. «Western-spaghetti». (21.30, SIC)

Paragem no Bairro Boémio

«Next Stop, Greenwich Village» (EUA/1975). Real.: Paul Mazursky. Int.: Lenny Baker, Shelley Winters, Ellen Greene. Cor, 107 min. Ver Destaque. (22.30, Canal 1)

Camomille

«Camomille» (Fr./1987). Real.: Medhi Charef. Int.: Phillipine Leroy-Beaulieu, Rémi Martin, Monique Chaumette. Cor, 79 min. Ver Destaque. (00.05, TV 2)

SEGUNDA, 17

O Homem que Vendeu a Alma

«The Devil and Daniel Webster» / «All That Money Can Buy» (EUA/1941). Real.: William Dieterle. Int.: Edward Arnold, Walter Huston, Jane Darwell. P/B, 96 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Lar, Doce Lar

«Parenthood» (EUA/1989). Real.: Ron Howard. Int.: Steve Martin, Tom Hulse, Rick Moranis, Martha Plimpton. Cor, 119 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

O Nosso Filho é um Estranho

«Stranger in the Family» (EUA). Real.: Donald Wrye. Int.: Teri Garr, Meil Patrick Harris, Randle Mell, Sierra Samuel. Cor, 100 min. Drama. (21.40, Quatro)

Bonecos Assassinos II

«Puppet Master II» (EUA/1990). Real.: David Allen. Int.: Elizabeth MacLellan, Collin Bernsen, Gregory Webb. Cor, 86 min. Fantástico. (01.05, Canal 1)

TERÇA, 18

O Imperador Jones

«The Emperor Jones» (EUA/1933). Real.: Dudley Murphy. Int.: Paul Robeson, Duddley Digges, Frank Wilson, Fredl Washington. P/B, 78 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

O Leão e o Vento

«The Wind and the Lion» (EUA/1975). Real.: Jerry Goldsmith. Int.: Sean Connery, Candice Bergen, Brian Keith, John Huston, Geoffrey Lewis. Cor, 119 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

A Última Valsa

«The Last Waltz» (EUA/1978). Real.: Martin Scorsese. Int.: Michael Chapman, Laszlo Kovacs, Vilmos Zsigmond, David Myers. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

Tudo ou Nada

«Stacey's Knights» (EUA/1982). Real.: Jim Wilson. Int.: Andra Millian, Kevin Costner, Eve Lilith. Cor, 91 min. Ver Destaque. (01.15, Canal 1)

QUARTA, 19

Furor de Matar

«The Bounty Killer» (EUA/1965). Real.: Spencer G. Bennet. Int.: Dan Duryea, Audrey Dalton, Fuzzy Knight, Rod Cameron. Cor, 90 min. «Western». (15.20, Canal 1)

Beckett, o Atirador

«Sniper» (EUA/1992). Real.: Luis Llosa. Int.: Tom Berenger, Billy Zane, Aden Young, Ken Radley, J. T. Walsh. Cor, 94 min. Guerra. (22.20, Canal 1)

Projecto Mortal

«Shadowzone» (EUA/1988). Real.: J. S. Cardone. Int.: David Beecroft, James Hong, Shaw Weatherly, Miguel Nuñez. «Thriller» Fantástico. (00.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

A Sombra de um Homem

(Quinta, 15.20, Canal 1)

Se há realizador que personificou com exemplaridade tudo aquilo que de «sedutoramente académico» existe no «velho cinema» inglês - e que justamente foi combatido e contrariado no plano ideológico e estético, de forma radical, pelos jovens cineastas ingleses do *Free Cinema*, nos anos 60 - ele foi **Anthony Asquith**. Dito isto, não pode esquecer-se ter sido ele o autor de *Pigmalião* ou *O Caminho para as Estrelas* ou *A Importância de se chamar Ernesto* (para apenas referir algumas das obras com que se impôs no cinema britânico) e, sobretudo, o filme que o *Canal 1* mais uma vez hoje desperdiça numa sessão da tarde - o que é incompreensível dado tratar-se, seguramente, da obra-prima da sua filmografia. *A Sombra de um Homem* retrata, com grande mestria, um dos temas caros ao cinema britânico - as complexas relações entre estudantes e professores num colégio inglês. Além do mais, trata-se de um espectáculo de representação, designadamente de **Michael Redgrave**, a não perder.

Nuvem Amarela

(Sexta, 15.20, Canal 1)

Eis um outro «aproveitável» filme da semana, este também proveniente da mesma origem, e que foi realizado, em 1950, por **Ralph Thomas**. De entre a filmografia de «grande consumo» que foi apêndice deste realizador (e em que avulta a série *Doutor...*, embora um pouco menos abjecta do que essa outra série *Com Jeito Vai...*, realizada pelo seu irmão **George**, e de que a *RTP* tanto gosta), *Nuvem Amarela* sobressai como uma história policial bem contada, em que brilha a personagem desempenhada por **Jean Simmons** no esforço para demonstrar a sua inocência face a um crime que não cometeu.

Esperança, Parte II

(Sexta, 21.35, Canal 1)

Trata-se da continuação de um primeiro filme sobre o mesmo tema - extraído do romance de **William Armstrong** - que fora anteriormente realizado por **Martin Ritt**. Ao contrário do que costuma acontecer, a *sequela* não é de forma alguma inferior ao original de que parte; e esta história forte, que retrata o drama e a tragédia vividas por uma família negra nos tempos da Depressão, no Sul dos Estados Unidos, é realizada por **William Graham** com grande realismo e convicção.

O Gavião dos Mares

(Sexta, 23.40, Quatro)

Um dos grandes espectáculos cinematográficos da semana! São as inesquecíveis aventuras, no mar alto, de um pirata-aventureiro, o Capitão **Geoffrey Thorpe**, que (com o secreto assentimento de Isabel I) emprendia o saque dos navios mercantes espanhóis em fins do século XVI, quando Filipe de Espanha procurava dominar a Inglaterra. É, sem dúvida, um dos mais excitantes filmes de **Michael Curtiz** (que já experimentara o mesmo ambiente numa outra magnífica aventura de 1935 - *Captain Blood*), com o mesmo intérprete de excepção, **Errol Flynn**, e uma desenvoltura cinematográfica invulgar para a época. Existem várias versões deste filme (algumas lamentavelmente encurtadas); mas, pela duração que a *Quatro* anuncia (127 min.), esta parece ser a versão completa de uma obra que esteve para ser rodada em *technicolor*, não fora o elevado orçamento do projecto, embora seja de recer (fundamentalmente) que nos seja proposta a sua versão «colorizada» por computador. Mas, se for esse o caso, os botões do televisor fizeram-se para ser accionados...

O Rosto

(Sexta, 00.20, TV 2)

Com uma história debruçando-se sobre uma companhia de comediantes especialistas nas artes do magnetismo e do ilusionismo, **Ingmar Bergman** constrói um extraordinário filme sobre a magia e a ilusão, a fé e o cepticismo - temas tratados de forma expressionista por um realizador no ponto alto da sua arte. E que tem, no insuperável naipe de actores que sempre o acompanharam - **Max von Sydow**, **Ingrid Thulin**, **Lars Ekborg**, entre tantos outros - um incontornável e suplementar motivo de permanente e intenso fascínio. Mais uma obra-prima incluída no *ciclo Bergman* da TV 2.

Charlie Chaplin

(Sábado, 12.20, TV 2)

Mais uma série de três pequenos filmes mudos estrelados por **Charlot**, a que as manhãs de Sábado da TV 2 já nos habituaram. Desta vez, o destaque vai para o *travesti* de **Charlot**, em *A Woman* (um estratagemma através do qual ele pretende escapar a uma situação complicada, acabando por ver os seus problemas agravados...) e para a série de equívocos, provocados por um sócia, num caso hilariante de roubos e fugas - *The Floorwalker* - num grande armazém. Para começar bem o dia, não podia haver melhor!



Charlot travestido de mulher, em «A Woman»...



A Lança em Chamas

(Sábado, 14.30, SIC)

O destaque aqui fica, apenas por se tratar de um dos melhores papéis de **Elvis Presley** no cinema - num *western* em que ele interpreta a personagem de um índio mestiço hesitando na escolha entre dois campos, quando a guerra explode. A realização de **Don Siegel** é, apenas, eficaz quanto basta.

Missão Secreta

(Sábado, 22.00, Quatro)

Também sem grandes voos é a realização de **Andre DeToth** para este outro *western* que nos conta, desta vez, a história de um major que é expulso do exército por não ter dado combate a um bando de ladrões de cavalos. Mas tudo isto não passava de uma manobra para encobrir a «missão secreta» de que ele estava incumbido com o intuito de desmascarar a conivência e a cumplicidade, nesses roubos, de um coronel do mesmo exército - missão que ele leva a cabo com êxito, sendo publicamente reabilitado. A interessante composição de **Gary Cooper** é mais um motivo de interesse para o filme.

Os Olhos da Noite

(Sábado, 23.50, Quatro)

É um daqueles filmes que costumam rotular-se de *intenso suspense*, com uma história intrincada que se desenrola após uma viagem de avião, com os inevitáveis incidentes provocados à volta de uma boneca (na qual traficantes de droga escondem heroína) que vai parar a casa de um homem inocente de que esses traficantes se haviam servido para escapar à cobiça de um bando rival. Claro que a dose máxima de tensão, por entre crimes e vinganças várias, é provocada pelo facto de a mulher do involuntário «intermediário» ser invisível - o que vai provocar muito mais calafrios... É aqui que **Audrey Hepburn**, na protagonista, vai tateando o melhor da sua arte, mas o papel decisivo pertence a **Alan Arkin**, na figura do indisponível psicopata...

A Doce Vida

(Sábado, 23.55, TV 2)

Gentes do dinheiro, da aristocracia, dos bastidores do cinema, do jornalismo croniqueiro da *sociedade*, bonecos falantes e exibicionistas do microcosmos de um mundo em constante derrocada e renovada recomposição, *marionettes* manipuladas por «novos

senhores» que sempre reconhecemos nos «antigos» - estes são os retratos implacáveis e decadentes que **Fellini** nos mostra, mordaz, mas afinal já começando a rever-se na impotência e no pesadelo, neste filme que é um começo de viragem na sua carreira, a caminho do cinema barroco, genialmente talentoso mas intensamente desiludido, que passa a abraçar. Com as franquezas e as grandezas que sempre se lhe reconheceram: «A minha natureza não é política; e o discurso político embaraça-me. Mas eu confesso isso como uma fraqueza, como uma das minhas carências» - disse um dia. Já transmitido em Abril de 93 pela mesma TV 2, *A Doce Vida* é, naturalmente, um filme que sempre se revê com renovado agrado.

Paragem no Bairro Boémio

(Domingo, 22.30, Canal 1)

Um jovem de Brooklyn decide mudar-se para Greenwich Village com o intuito de se



Max von Sydow e Ingrid Thulin, em «O Rosto», de Ingmar Bergman

Um fotograma de «A Doce Vida», de Fellini, e enfrentando o gerente do armazém, em «The Floorwalker», ambos de Charlie Chaplin

tomar actor - uma história com gente comum, de todos os dias, aspirando à fama e aos seus proveitos, e que Paul Mazursky (um ex-actor, neste filme como que abordando uma autobiografia) transforma numa comédia dramática bem escrita e encenada com grande sensibilidade e, sobretudo, um apurado sentido de reconstituição da época e dos ambientes que rodeavam uma certa boémia artística e intelectual nova-iorquina. Shelley Winters, no papel da mãe conservadora do jovem candidato a actor, é inexecedível.

Camomille
(Domingo, 00.05, TV 2)

Seguindo-se à revelação do interessante *O Harém de Arquimedes* (que a mesma TV 2 transmitiu há pouco tempo), este é o terceiro filme realizado pelo cineasta argelino Mehdi Charef. Desta vez, o realizador debruça-se sobre a história grave, rodeada de momentos tocantes, de duas personagens - um padeiro e uma jovem toxicod dependente - que procuram dar mais calor à sua solidão. As referências são boas. Resta confirmá-lo.

O Homem que Vendeu a Alma
(Segunda, 15.15, Canal 1)

Em 1840, a troco de sete anos de prosperidade, um jovem agricultor decide vender a alma ao Diabo (uma figura com os ares de um grande financeiro...), mas a intervenção de um advogado salva-o da sua imprevidência, no último momento. Farsa relativamente pesada que, de certo modo, se inspira no tema de *Fausto* visto pelo gosto americano. *O Homem que Vendeu a Alma* está longe de ser dos melhores filmes de William Dieterle (de que o inquietante *O Retrato de Jennie* é uma das obras maiores), mas tem a seu favor a curiosidade suplementar de ter sido rodado em tom sépia (que se destinava a reproduzir as tonalidades da pintura rural americana do século XIX) e de, na banda sonora, se fazer ouvir a partitura de Bernard Herrman - o que, não sendo tudo, também não é pouco.

Lar, Doce Lar
(Segunda, 21.30, SIC)

Uma assinalável comédia dramática, cujo êxito comercial justificou a produção de uma série de TV, e cujo argumento se debruça sobre uma série de casos que afligem as várias gerações de uma família, sobretudo quanto ao «choque de mentalidades» envolvendo o aborto ou a paternidade. Uma mão-cheia de boas interpretações, em que avultam as de Tom Hulce (*Amadeus*) e Steve Martin, dão corpo à história.

O Imperador Jones
(Terça, 15.20, Canal 1)

As referências apontam um carácter pretencioso a esta adaptação da peça teatral homónima de Eugene O'Neill, cuja trama nos revela a história de um carregador de malas que se transforma em Imperador de uma Ilha das Caraíbas - mas o principal interesse deste filme acaba por ser a interpretação do grande cantor negro Paul Robeson.

O Leão e o Vento
(Terça, 21.40, Quatro)

Muito indirectamente inspirado num caso real, *O Leão e o Vento* conta-nos a história de um *sheik* de Marrocos que rapta uma cidadã americana, Eden Pedecaris, e os seus dois filhos, numa demonstração de força contra o domínio das potências ocidentais. Após vários incidentes diplomáticos, que levam mesmo à intervenção do próprio Presidente Roosevelt, o *sheik*, obtendo em troca determinadas concessões, cede às pressões norte-americanas para libertar os reféns, mas acaba por ser capturado pelas tropas francesas e alemãs, sendo necessária a intervenção de Eden Pedecaris junto de Roosevelt para que as promessas sejam cumpridas. Um filme com inegável espectacularidade, mas resultados irregulares, em que o realizador John Millius pretende modernamente inspirar-se no estilo dos antigos filmes de aventuras.

A Última Valsa
(Terça, 00.10, TV 2)

Espectáculo absoluto, à boa maneira de Hollywood, *A Última Valsa* avulta, na riquíssima e multifacetada filmografia de Martin Scorsese, como uma das suas obras mais interessantes - desta vez

na forma de um longo documentário que ficou a preservar o concerto de despedida realizado em 1976, em S. Francisco, por uma das lendárias bandas de Rock - *The Band*. Filmado em formato próprio para a «grande sala de cinema», por uma equipa de sete operadores, e com o som estéreo registado pelos (então) mais modernos processos de gravação - *A Última Valsa* tem, ainda, o interesse de recolher entrevistas com os membros do grupo, pontuando o concerto, sem esquecer a participação no mesmo de figuras marcantes da música popular, como Emmylou Harris, Neil Young, Joni Mitchell, Neil Diamond, Eric Clapton, Van Morrison ou Bob Dylan.

Tudo ou Nada

(Terça, 01.15, Canal 1)

De entre a confrangedora indigência dos filmes que passaram a povoar as «Últimas Sessões» quotidianas do Canal 1, consegue salientá-lo, apesar de tudo, este *Tudo ou Nada*, um filme à maneira da série B a que as referências apontam o interesse de desvendar os intrincados meandros dos «casinos» e dos jogadores profissionais e revelar o primeiro e saboroso papel de Kevin Costner no cinema.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aladino	-	-	★★★★
B Idade da Inocência	-	-	★★★★★
C Um Mundo Perfeito	-	-	★★★★
D Parque Jurássico	★★★	-	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. John Musker e Ron Clements - *Alfa/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.30, 21.30); *Fonte Nova/2* (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); *King Triplex/3* (14.45, 16.30, 18.30, 20.30, 22.15); *Quarteto/4* (14.30, 16.15, 18.00, 19.45); *S. Jorge/2* (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Martin Scorsese - *Monumental/1* (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); *Quarteto/3* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. Clint Eastwood - *Alfa/4* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/1* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); *Monumental/Cinetatro* (14.00, 16.30, 19.15, 22.00, 00.30); *S. Jorge/2* (15.15, 18.30, 21.30) - Lisboa.
- D - Real. Steven Spielberg - *Amoreiras/5* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Junta de Freguesia de Benfca, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 18.00. **FRAGMENTOS KAFKIANOS**, adaptação de textos de Kafka, encenação de Carlos Rocha e Ione de Medeiros, pela Companhia Absurda.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: **BÃO** (peça infantil), de João Mota. **Café-Concerto**: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: **EI GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. *Sala Um* - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. *Sala Nova* - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRAÇOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 8755626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O CONSTRUTOR**, de Ibsen, encenação de Graça Corrêa.

TEATRO MALAPOSTA

Loures, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9373299. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A ESCOLA DAS MULHERES**, de Molière, encenação de José Peixoto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30: **D. JOÃO**, pelo Teatro da Garagem.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO POLITEAMA

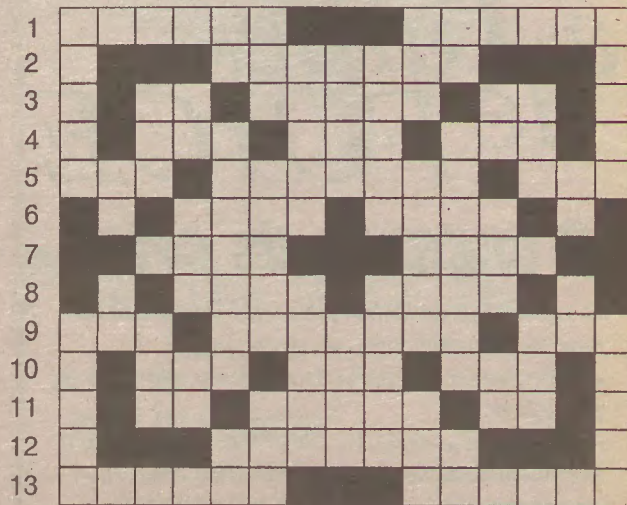
Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. **10 ELEVADO A -43 - EXTASIS**, de Christiane Torloni e José Possi Neto.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 — Amante; desonesto. 2 — Perfumada. 3 — Uma (ant.); em parte mais elevada; atmosfera. 4 — Braço de rio; aniversário; mulher que cria uma criança alheia. 5 — Ovário de peixe; uniram-se pelo casamento; astro-rei. 6 — Alforge; argolas. 7 — Sorteio; discursas. 8 — Habilidade; padrões. 9 — Enfermidade; relativo ao oásis; textualmente. 10 — Bago da videira; tinta de pintar; altar de sacrifícios. 11 — Lamento; casca; Alumínio (s.q.). 12 — Que têm calos. 13 — Desembaraçadas; produto natural, viscoso, que se extrai de alguns vegetais.

VERTICAIS: 1 — Advertência; frutos da macieira. 2 — Observa; utensílio de cozinha. 3 — Larva que se cria nas feridas dos animais; satélite da Terra. 4 — Nesse lugar; senhora (bras.); seis romanos. 5 — Caminhava; planta tintorial; Cálcio (s.q.). 6 — Reza; obedece; cabelos brancos. 7 — O fim (fig.); a fina flor. 8 — Galeria subterrânea; elemento químico metalóide. 9 — Fruto silvestre; azedos. 10 — Partida; perfume; principal rio da Suíça. 11 — Nociva; terna; igreja episcopal. 12 — Américo (s.q.); saudáveis; batráquio. 13 — Pano de arrás; chiste (fig.). 14 — Suf. de agente; nota musical. 15 — Sítio; missiva.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

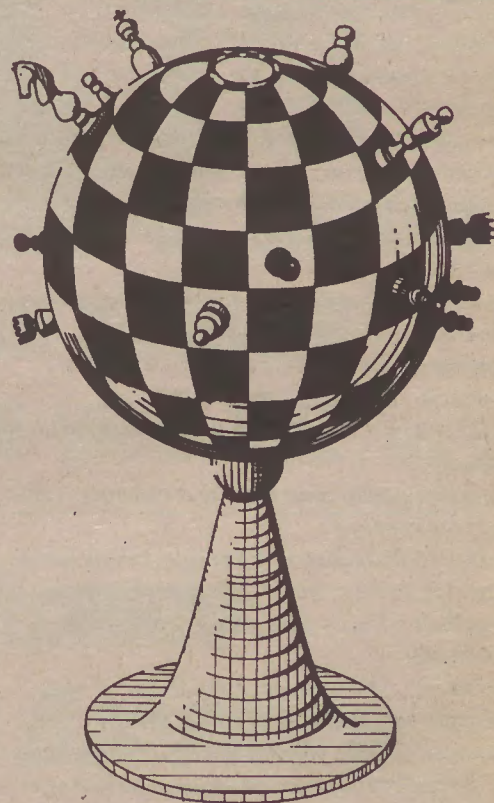
HORIZONTAIS: 1 — Mão; Morcego; bar. 2 — Ar; carta; VI. 3 — mel; siá; mor. 4 — Donas; solar. 5 — Pó; Omar; mira; és. 6 — Aço; Ana. 7 — Cor; dor. 8 — Ode; ida. 9 — Em; eras; Roma. 10 — Arcas; Solta. 11 — Nós; rim; ria. 12 — Aa; limas; sé. 13 — Rio; solário; sol.

VERTICAIS: 1 — Mar; pá; pé; par. 2 — Ar; dó; ai. 3 — Mó; Sor; Rn. 4 — Reno; ecos. 5 — Lama; oras. 6 — Oc; sacadas; ló. 7 — Rás; ro; Es; ril. 8 — Cria; cima. 9 — Eta; má; ir; mar. 10 — Ga; sínodos; si. 11 — Mora; amor. 12 — Cola; alia. 13 — Ra; coa; tá. 14 — Av.; ré; lá; só. 15 — Rir; sã; pi; fel.

XADREZ DAMAS

O nosso amigo e habitual colaborador Professor Artur de Matos Marques, que ao longo dos anos tem mantido a Secção de Damas e Xadrez do nosso jornal, foi forçado, por motivos de saúde, a interromper essa interessante e estimada colaboração. Esperamos que por pouco tempo. E daqui lhe enviamos, com o nosso abraço, votos de rápidas melhoras, para que torne em breve ao nosso convívio e ao dos leitores.

O colectivo da Redacção do «Avante!»



Jogo de xadrez esférico

Este novo jogo é um aperfeiçoamento do imortal jogo de xadrez. De facto, confere-lhe uma nova dimensão: a terceira! Imagine-se o efeito de surpresa e o renovado interesse do jogo quando uma Rainha que ninguém vira surge dos antípodas para «abafar» uma peça do parceiro!

(in «Catalogue d'Objets Introuvables», de Jacques Carelman)

Tempo

Vento fraco a moderado. Neblinas e nevoeiros matinais. Continuação de chuva e aguaceiros.



a talhe de FOICE

O sucesso da crise

O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, considerou anteontem em Alcobaça que "é errado pensar que todas as empresas vão sobreviver".

A afirmação poderia ser filosófica, constatando a evidência do ciclo da vida. Mas Mira Amaral, embora pratique o óbvio, não se prende com dialécticas. Para ele é pão pão, queijo queijo, pelo que a sua asserção tem, como de costume, um destinatário concreto.

As fábricas que vão fechar neste País, somando-se às inúmeras que encerraram nos últimos anos. Definido o alvo, afina-se o ponto de mira. Amaral.

As empresas vão fechar, mas o ministro tem para elas "o recurso aos apoios sociais" como forma de "minorar os efeitos da perda dos postos de trabalho".

Por outro lado, "o Governo está disposto a apoiar os projectos viáveis e modernos de investimento", apontando como "exemplo de sucesso" desta política governamental a empresa que acabara de visitar, a Sonovis, por sinal a única que fabrica discos compactos em Portugal e que recebeu 70 000 contos do Executivo para se lançar no negócio.

Na decorrência, o ministro considera que, apesar de haver empresas em dificuldade, também há outras que se encontram bem e "cuja qualidade importa dar a conhecer, dentro de um espírito a que chamo de pedagogia do sucesso".

Finalmente questionado pelo "DN" sobre o estudo que a Associação de Cristalaria lhe enviou há alguns meses, relativo à crise naquele sector, o governante afirmou que "não tem de responder a tal documento".

Pelo que temos, em ilações sucessivas:

- que as empresas vão fechar, enquanto abrem os apoios sociais;

- que o Governo apoia os "projectos viáveis e modernos";

- que é necessário divulgar a qualidade de algumas empresas que exemplificam a "pedagogia do sucesso".

Não importa que o encerramento sucessivo das fábricas, nas mais diversas áreas económicas e atingindo todos os sectores estratégicos da economia, ameace a própria sobrevivência do País. Os apoios sociais não-de resolver o problema.

Não interessa travar a degradação vertiginosa da economia nacional, regenerando e desenvolvendo a capacidade produtiva instalada. O que o Governo quer é apoiar "projectos viáveis e modernos".

Não há que olhar para a sangria que alastra na indústria, na agricultura e nas pescas, anemizando diariamente o País. Urge, sim, divulgar a "pedagogia do sucesso".

Provavelmente, pondo toda a gente a fazer discos compactos.

De certeza pondo toda a gente a estender a mão aos apoios sociais.

O ministro da Indústria e Energia já nem perde tempo a negar a crise em que o seu Governo mergulhou o País - apresenta-a como facto consumado.

Tal como já não se detém a minimizar a catástrofe social que daí resulta. Olha sobranceiramente para as falências aos milhares e os desempregados às centenas de milhares e desafia-os com a "pedagogia do sucesso".

É lógico que o ministro da Indústria e Energia se considere desobrigado de responder a documentos sobre crises.

A crise, para este Governo, é um sucesso.

■ HC

Luís Sá acusa PS de ter numerosos acordos com a direita com o objectivo de isolar o PCP

A Comissão Política do PCP promoveu ontem, quarta-feira, uma conferência de imprensa para divulgar as posições do Partido sobre o processo em curso de composição e funcionamento dos órgãos autárquicos.

Luís Sá, o dirigente comunista que apresentou o texto aos jornalistas, fez várias críticas ao comportamento do PS, salientando nomeadamente:

«Nos encontros e negociações que se têm estado a desenvolver foi frequente o

PS assumir as seguintes posturas:

- reivindicar lugares para que não tem votos suficientes sem proceder às necessárias diligências e negociações;

- adoptar uma postura arrogante e apresentar exigências desmedidas sem qualquer flexibilidade negocial;

- recusar qualquer colaboração com a força maioritária optando por uma política a que chama de oposição o que significa recusa de toda e qualquer

colaboração na resolução dos problemas das populações.

- desviar as atenções da cumplicidade do PS na fixação da composição do Comité das Regiões, que retirou um mandato ao PCP e o deu ao PSD, levando mesmo a que este partido tenha mais representantes que o próprio PS (apesar de ter a maioria dos municípios).

Mais adiante o texto acrescenta:

«As acusações do PS acerca dos supostos acor-

dos entre o PCP e o PSD são inseparáveis dos seguintes objectivos:

- iludir a sua responsabilidade em numerosos acordos do PS e da direita para isolar o PCP e a CDU;

- desviar as atenções do facto de não corresponder às aspirações de unidade e à grande corrente que se pronuncia pelo entendimento e convergência dos democratas designadamente do PCP e PS, com o objectivo de assegurar uma política alternativa à direita».

Em detrimento do PCP Socialistas beneficiam PSD no Comité das Regiões da Europa

O Organismo Inter-regional do Alentejo do PCP denuncia em comunicado «o descarado acordo do PS com o PSD para a designação dos representantes portugueses no Comité das regiões da Europa», que permitiu ao PSD ganhar um mandato que foi retirado ao PCP.

Aquele organismo do PCP sublinha que «ao optar por critérios de lógica meramente partidária alheia a qualquer princípio regional e ao recorrer a engenharias de representação claramente arquitectadas para, em detrimento do PCP, beneficiarem o PSD, o PS e o Governo cavaquista põem a nu toda a sua hipocrisia, ofendem e desrespeitam a vontade do povo português, livre e democraticamente expressa nas

umas, e evidenciam de forma inequívoca a natureza centralista e antidemocrática das soluções que protagonizam».

O texto divulgado saúda a indicação pelo PCP do camarada João Saraiva para o Comité das Regiões, chamando a atenção para «a postura demagógica do Partido Socialista que depois de tanto propagandear e valorizar a sua proposta de dois representantes para o Alentejo, contrapondo-a à do PCP que apontava para um representante, acabe significativamente por não indicar ninguém do Alentejo como efectivos apesar de contar com cinco lugares à sua disposição. A diferença entre a teoria e a prática salta à vista e dispensa mais comentários», sublinha a nota.

PS e PSD em Barcarena

Depois de inicialmente ter proposto à CDU a presidência da Assembleia de Freguesia de Barcarena, o PS deu o dito por não dito e foi aliado ao PSD com quem assinou um acordo que cede aos sociais-democratas um Secretário e um Vogal na Junta, a presidência da Assembleia de Freguesia e o segundo Secretário.

A Comissão Concelhia de Oeiras do PCP condena fortemente esta acção afirmando que «revela a hipocrisia e a má-fé do PS que multiplicando os ataques ao PCP e fazendo diaria-

mente declarações de fundamentalismo anti-PSD tem, na prática este comportamento».

Recorde-se que a CDU dirigiu a Freguesia de Barcarena durante os últimos 12 anos, onde realizou uma obra por todos reconhecida como notável. Porém nas últimas eleições, devido à nova divisão administrativa do concelho, o PS ganhou por 174 votos, tendo ficado com cinco eleitos contra quatro da CDU e quatro do PSD.

Na presente situação, a CDU «alerta contra aqueles que, não se preocupando com os problemas da população, parecem preparar-se para transformar o mandato autárquico numa guerrilha permanente».

PSD confirma boicote à Associação de Municípios

Os autarcas do PSD com assento no Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) confirmaram terça-feira o abandono anunciado pelo partido, não comparecendo à reunião do órgão, realizada naquele dia em Coimbra.

Segundo a LUSA, participaram na reunião apenas o presidente da direcção, Mário Almeida, e os representantes dos municípios de Benavente, Sardoal, Reguengos de Monsaraz e Guarda.

A ordem de trabalhos incluía, entre outros pontos, a elaboração do programa do próximo congresso da ANMP, marcado para fins de Março.

Na semana passada, o PSD anunciou o abandono

do Conselho Directivo (CD) da ANMP por parte dos seus autarcas, mas alguns deles não concordam com a decisão, designadamente o presidente da Câmara de Poiães.

Jaime Soares, que integrava até agora o CD, e José Lopes, também do PSD, ex-presidente da Câmara de

Miranda do Corvo, foram, nos últimos anos, dois dos mais destacados contestatários da política do Governo para as autarquias.

«É lamentável esta situação», declarou hoje Mário Almeida aos jornalistas, considerando que a saída do PSD «nao fragiliza a posição» da ANMP.

Na óptica do presidente da ANMP, «a linha de actuação da estrutura não se desvirtuou», pois os autarcas portugueses são «pessoas responsáveis e dedicadas».

«Não podemos permitir que uma decisão meramente política desestabilize a nossa acção», sublinhou Mário Almeida.

«Reestruturação» faz vítimas na RA

A «reestruturação» em curso na ainda chamada Rodoviária do Alentejo já provocou centenas de despedimentos «selectivos», encerrando serviços, oficinas e outras instalações, e extinguindo em ritmo acelerado «carreiras não rentáveis».

Neste processo que prejudica gravemente os utentes, os trabalhadores são alvo de pressões para rescindirem os contratos a troco de valores irrisórios. Segundo denuncia a Comissão de Trabalhadores, recente-

mente o método de coacção contra aqueles que não aceitam a rescisão foi reforçado com ameaças de transferência para outras regiões do País, aproveitando a administração o facto da empresa cobrir praticamente cinco distritos.

Esta atitude é ilegal uma vez que viola a lei em vigor e o próprio Acordo de Empresa, alerta a Comissão de Trabalhadores que se mostra determinada a despoletar acções de luta adequadas.